

ABERTURA



MANUEL AZEVEDO
CEO da Energia Simples

Mercado Liberalizado ou Regulado? Eis a questão

O fim das tarifas reguladas de eletricidade é já uma realidade bem atual. Desde setembro de 2006 que todos os consumidores de energia elétrica têm a liberdade de escolher o seu fornecedor. Neste sentido, o mercado liberalizado de energia já tem mais de uma década, em Portugal, e proporcionou aos consumidores uma maior flexibilidade no relacionamento comercial por parte dos seus comercializadores, com um maior nível de interação e informação, bem como mais opções de serviços, de acordo com os seus padrões de consumo e de utilização da energia.

A abertura do mercado permitiu assim que diversas empresas pudessem apresentar ofertas diferenciadas, inovadoras, transformando pelo caminho a forma como os operadores tradicionais e exclusivos operavam, e criando, em contrapartida, um ecossistema de empresas associadas extremamente interessante e competitivo. Apenas, nos últimos seis anos, entraram mais de duas dezenas de novos operadores que introduziram novas ofertas no mercado, nomeadamente em termos de preços mais competitivos e serviços adicionais aos clientes domésticos e empresariais. Porém, ao contrário de outros mercados europeus em que a liberalização está numa fase mais madura e completa, verifica-se no mercado português uma distorção na sua operação que condiciona o mercado e os seus operadores.

Se, a nível dos grandes consumidores de energia, a quase totalidade já se encontra no mercado liberalizado, o mesmo não acontece com os pequenos consumidores

domésticos, que têm transitado de um modo mais gradual. Fornecedores e clientes, atores políticos, reguladores, gestores financeiros, associações e órgãos de comunicação têm acompanhado, ao longo dos anos, o desenvolvimento de um mercado liberalizado menos concentrado e mais eficiente. Desta forma, o mercado liberalizado de eletricidade conta já com 5,3 milhões de consumidores em Portugal, mais 100 mil, pelo menos, do que no final de 2019, de acordo com os dados fornecidos pela ERSE.

A transição entre mercado regulado e mercado liberalizado continua a acontecer. E, segundo o regulador, em fevereiro de 2020, permaneciam, ainda, no mercado regulado 1,02 milhões de consumidores. Nos quais se incluem os 2026 clientes domésticos que, no último ano, entre fevereiro de 2019 e igual período de 2020, regressaram ao mercado regulado, cujas tarifas são estabelecidas pelo regulador. O regresso às tarifas reguladas passou a ser possível a partir de 1 de janeiro de 2018, mas apenas para os consumidores em baixa tensão normal, ou seja, famílias e pequenos negócios. A questão que agora se coloca é saber se esta possibilidade compensa ou não, sobretudo, agora que o Governo decidiu adiar o fim das tarifas reguladas, desta vez para 31 de dezembro de 2025.

Existem, em Portugal, alguns exemplos de liberalização de setores, anteriormente, regulados pelo Governo, nomeadamente: as telecomunicações e os combustíveis. Se, no primeiro, o mercado concorrencial trouxe claras vantagens para os consumidores, com o aparecimento de cada vez mais serviços

e com os players a tentar constantemente inovar e criando, por isso uma boa dinâmica no mercado e, ao mesmo tempo, conseguindo fazer com que se torne normal a mudança de operador, sem grandes inconvenientes e quase sempre com claras vantagens para o consumidor, já no setor dos combustíveis, o fim da regulação dos preços não apresentou grandes vantagens para o consumidor. A concorrência entre fornecedores não tem funcionado, muito por culpa da baixa margem de comercialização que os postos de abastecimento de combustíveis têm, não dando grande margem de manobra aos “players” para grandes variações nos preços.

Desta forma, o que se poderá esperar para o mercado de energia elétrica? Será possível esperar um comportamento semelhante ao das telecomunicações, ou iremos ter um mercado parecido com o dos combustíveis?

O preço da energia elétrica incorpora muitos fatores. Desde a distribuição, transformação e produção de energia elétrica que comporta custos de implementação e manutenção elevados, é também comum a inclusão de impostos na comercialização elétrica relacionados, sobretudo, com a orientação político-económica para a descarbonização, estimulando a produção renovável. Contudo, a margem de comercialização é pequena, e não se deve esperar grande diferenciação a nível dos preços finais da energia elétrica entre os diversos comercializadores, com exceção para campanhas promocionais de angariação de novos clientes, que poderão trazer algumas vantagens para os consumidores.

Se ao nível dos preços não será de esperar grandes diferenças entre comercializadores, já ao nível da investigação e desenvolvimento tecnológico espera-se que a dinâmica seja enorme e vários têm sido os exemplos apresentados. Pois a energia elétrica foi, desde sempre, um setor em que a investigação teve um peso importante e as empresas irão, eventualmente, dinamizar o mercado, possibilitando aos consumidores o acesso a serviços adicionais, em vez de grandes descontos na tarifa. O desenvolvimento das “smart grids”, a introdução dos contadores de energia inteligentes, a possibilidade de monitorização dos consumos e definição do perfil de consumo a possibilidade de troca de informação entre fornecedor e cliente sobre a melhor altura para ligar os equipamentos de maior consumo poderão ser serviços que trarão vantagem para os consumidores.

O desenvolvimento de cada vez mais serviços adicionais, fornecidos pelas empresas comercializadoras de energia elétrica, irão fazer a diferença e isso levará à necessidade se investir mais em investigação e na criação de empregos neste setor. Assim, a criação de novas comercializadoras de energia elétrica, concorrentes com as grandes empresas do setor, irá criar uma dinâmica importante e para a qual os clientes não estão ainda verdadeiramente preparados.

Mas a escolha final cabe ao consumidor. Este terá de escolher entre os diversos comercializadores de energia existentes a operar no mercado português, e deverá analisar todas as empresas e as suas contrapartidas, de forma a tomar a decisão mais acertada para si.

Nesta edição



05 Atualidade
Teletrabalho motiva aumento substancial de ciberataques



18 Fiscalidade
Governo poderia ir mais longe na proposta de lei referente a litígios tributários



20 Mercados
Liberty quer ser “verdadeira” seguradora digital”

AtualidadePág. 04
Matosinhos debate política de habitação com Pedro Nuno Santos e Luísa Salgueiro

OpiniãoPág. 08
Dramatizar para governar

Negócios e Empresas Pág. 11
Sonae com prejuízo de 75 milhões devido à pandemia

Negócios e EmpresasPág. 13
Wine Concept consolida nova rota de vinhos para o Brasil

AutomóvelPág. 16
Produção automóvel lusa caiu mais de 24% em julho

AutomóvelPág. 17
Pneus devem ter atenção redobrada em ano de menor circulação

Fiscalidade.....Pág. 19
Incentivo à normalização “versus” apoio à retoma: qual o mais indicado?

MercadosPág. 22
Crédito Agrícola com nova campanha de crédito pessoal

MercadosPág. 22
Energia limpa pode gerar rendimento até 4%

Imprensa EM REVISTA

EXPANSIÓN
Indústria chinesa confirma recuperação

A indústria chinesa atingiu um nível de 51 pontos, em agosto, o que prolongou o seu crescimento pelo sexto mês consecutivo. Confirma-se assim a recuperação do setor, depois da forte quebra registada em fevereiro, altura em que o índice caiu para os 35,7 pontos, em resultado do coronavírus. Apesar do crescimento de agosto, os analistas esperavam um melhor resultado e tal não sucedeu sobretudo devido às empresas de menores dimensões. As grandes empresas chinesas são aquelas que têm recuperado mais rapidamente.

RAPID
Comissão assina primeiro contrato com a AstraZeneca

Entrou em vigor o primeiro contrato que a Comissão Europeia negociou em nome dos Estados-Membros da UE com uma empresa farmacêutica na sequência da assinatura formal do contrato entre a AstraZeneca e o Executivo comunitário. O contrato contempla a compra

de uma vacina contra a COVID-19 para todos os Estados-Membros da UE, bem como a dívida a países de rendimento baixo e médio ou o redirecionamento para outros países europeus. Graças ao contrato, os Estados-Membros poderão adquirir 300 milhões de doses da vacina da AstraZeneca, com uma opção de mais 100 milhões de doses, a distribuir proporcionalmente com base na população. A Comissão prossegue a negociação de acordos semelhantes com outros fabricantes de vacinas e concluiu com êxito negociações exploratórias com a Sanofi-GSK, a Johnson & Johnson, a CureVac e a Moderna.

INVESTIR
Nestlé compra Aimmune por 2,2 mil milhões

O grupo suíço Nestlé anunciou a intenção de comprar a norte-americana Aimmune Therapeutics, na qual já detém 25,6% do respetivo capital. Esta empresa é especializada em produtos contra as alergias. Com uma oferta de 34,50 dólares por ação, a operação valoriza a biotecnológica californiana em cerca de 2,2 mil milhões de euros. Este valor inclui os 473 milhões que a Nestlé já investiu naquela empresa.

Martina Dempsey na Irlanda procura fornecedores para 800 milhões de euros

A CEO da Astellas Ireland lidera uma lista de empresas irlandesas que importam da Grã-Bretanha e necessitam de fornecedores alternativos devido ao Brexit. Trata-se também de um nicho onde Portugal é competitivo. Qual o nicho? Quais os principais importadores? Que outras actividades representam grandes oportunidades? Porquê? É este o tema da zoom conference de 24/9 organizada pela VE Business School sob o tema: o Brexit como oportunidade.

RETIFICAÇÃO “Portocargo aposta no mercado internacional”

Na passada edição, a “Vida Económica” publicou uma notícia sobre a Portocargo, com o título em epígrafe. Na mesma foi dito que, a China representa 70% do volume de negócios da Portocargo, quando na verdade representa sim, 70% do volume de negócios da empresa no continente asiático. “Sendo a China um dos principais mercados de atuação da Portocargo e responsável por cerca de 70% do volume de negócios da empresa no continente asiático, o nosso know-how neste mercado e as suas particularidades foram e são fatores cruciais e decisivos para o sucesso das soluções logísticas por nós arquitetadas e executadas”, afirma Mário de Sousa.” Aos leitores e aos lesados pedimos as nossas desculpas.

Humor económico



VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalves Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto: **DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA:** João Carlos Peixoto de Sousa - 57,14%; Jornal Fiscal, Lda. - 20,00%; João Luis Marinho Peixoto de Sousa - 5,71%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa - 5,71%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 5,71% • **ADMINISTRAÇÃO:** João Luis Peixoto de Sousa • **DIRETOR:** João Luis Peixoto de Sousa • **REDAÇÃO** Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Aquiles Pinto, Fernanda Teixeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira, Susana Marvão e Teresa Silveira; E-mail agenda@vidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César, Flávia Leitão e Mário Almeida; **FOTOGRAFIA** Rui Marinho; • **SEDE DA REDAÇÃO:** Rua de Gonçalves Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400. Fax. 222 058 098 • **ESTATUTO EDITORIAL:** https://www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1/outras-1/ficha-tecnica-vida-economica • **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalves Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@vidaeconomica.pt; • **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 • E-mail assinaturas@vidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Tel: 229 411 085 Fax: 229 485 631 **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 - Fax 214 326 009

MEMBRO DA
EUROPEAN
BUSINESS PRESS



TIRAGEM
CONTROLADA
PELA:



A PRESENTE EDIÇÃO TEVE
UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL
DE **105.630 EXEMPLARES**,
INCLUINDO A CIRCULAÇÃO
EM PAPEL E DIGITAL

4000 Município (Porto)
TAXA PAGA
Registo na D G C S nº 109 477
• Depósito Legal nº 33 445/89 •
ISSN 0871-4320 • Registo do ICS
nº 109 477

ATUALIDADE

Dívida pública atinge perto de 264,7 mil milhões de euros

A dívida pública portuguesa cifrou-se em 264 665 milhões de euros, em junho, o que compara com os 259,8 mil milhões do mês anterior, refere o Banco de Portugal. O aumento é atribuído sobretudo às emissões de títulos de dívida, num valor de 4,6 mil milhões de euros. Os ativos em depósitos das administrações públicas, por seu lado, registaram um acréscimo de 2,4 mil milhões de euros, adianta o banco central.

PACOTE DE RECUPERAÇÃO DA UE DEVE SER COBERTO PELOS NOVOS RECURSOS PRÓPRIOS

Parlamento Europeu quer prazos para aplicação dos novos financiamentos da UE

O Parlamento Europeu aumentou esta semana o limite máximo dos recursos próprios (fontes de receitas da UE), a fim de autorizar a Comissão Europeia a contrair um empréstimo no montante de 750 mil milhões de euros para financiar o pacote de recuperação destinado a dar resposta à crise da COVID-19.

Os eurodeputados querem um calendário vinculativo para a introdução de novos recursos próprios, propondo uma reforma ambiciosa do sistema. Estas novas fontes de receitas da UE deverão cobrir os custos dos empréstimos contraídos ao abrigo do instrumento de recuperação (“Next Generation EU”).

Processo de ratificação deve avançar rapidamente

O eurodeputado José Manuel Fernandes, correlator do PE sobre os recursos próprios, disse: “O Parlamento Europeu demonstra ambição e responsabilidade, trabalhou no período de férias para que não se perdesse um segundo. Exige-se que o Conselho avance imediatamente com o processo de ratificação da decisão dos re-



Para José Manuel Fernandes é importante que o novo fundo de recuperação esteja disponível a 1 de janeiro de 2021.

ambição para a Europa: queremos que as grandes empresas tecnológicas, os grandes poluidores estrangeiros, as multinacionais que praticam a otimização fiscal e que beneficiam da Europa contribuam de uma forma justa para a sua recuperação”.

UE permaneceram inalteradas ao longo das últimas décadas: direitos aduaneiros, contribuições dos Estados-Membros ba-

seadas no imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e contribuições baseadas no rendimento nacional bruto (RNB).

União Europeia vai contrair empréstimo de 750 mil milhões para financiar a recuperação

ursos próprios por parte dos parlamentos nacionais. O tempo urge! Queremos o fundo de recuperação disponível em 1 de janeiro de 2021”.

A outra correlatora do PE, Valérie Hayer, acrescentou: “Passados 32 anos desde a última introdução de um novo tipo de recurso próprio (as contribuições baseadas no rendimento nacional bruto), os membros do Parlamento Europeu demonstram a sua

Próximos passos

O relatório foi aprovado em sede de comissão parlamentar, com 33 votos a favor, cinco contra e duas abstenções, e será votado em plenário na semana de 14 a 17 de setembro.

Após o parecer legislativo do PE, o Conselho da UE terá ainda de aprovar a decisão por unanimidade. Esta só poderá entrar em vigor após ter sido ratificada pelos parlamentos de todos os Estados-Membros, em conformidade com as respetivas normas constitucionais. A fim de assegurar a transição para o sistema revisto de recursos próprios e de a fazer coincidir com o exercício orçamental, a decisão deverá ser aplicável a partir de 1 de janeiro de 2021.

As fontes das receitas do orçamento da

Calendário proposto pelos eurodeputados

Para além de uma nova contribuição nacional calculada com base nos resíduos de embalagens de plástico não reciclados, a partir de 2021, os eurodeputados querem que sejam introduzidos novos recursos próprios de acordo com o seguinte calendário:

- A partir de 1/1/2021: recurso próprio baseado nas receitas provenientes do regime de comércio de licenças de emissão da UE;
- A partir de 1/1/2023: recursos próprios baseados nas receitas provenientes de um imposto sobre os serviços digitais e no mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras;
- A partir de 1/1/2024: recurso próprio baseado num imposto sobre as transações financeiras;
- A partir de 1/1/2026: recursos próprios baseados numa matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades.

Os parlamentares defendem também a eliminação dos abatimentos e de outros mecanismos de correção de que beneficiam certos Estados-Membros.

matosinhos
à conversa

habitação

09 SETEMBRO | 21H00



Luísa Salgueiro
Presidente da Câmara Municipal



Pedro Nuno Santos
Ministro das Infraestruturas e Habitação



João Luís Sousa
Diretor Adjunto do Jornal Vida Económica
Moderador

Em direto no 



Transposta diretiva no âmbito da fiscalidade

Foi publicado o decreto-lei nº 53/2020, que transpõe para a ordem jurídica interna a diretiva comunitária que pretende fazer face à necessidade urgente de diferir certos prazos para a apresentação e a troca de informação no domínio da fiscalidade. A lei cria ainda o fórum de monitorização da DAC 6 e procede a mais uma alteração ao regime fiscal das operações de titularização de créditos.

Orçamento Suplementar pretende dar resposta à crise

As medidas fiscais que entram em vigor com o Orçamento Suplementar visam dar resposta à crise social e económica provocada pela pandemia, defendem os fiscalistas da RFF. “Através do fomento da liquidez das empresas, o Governo procura conferir às mesmas a robustez necessária para que possam continuar a enfrentar as consequências nefastas da pandemia da COVID-19, mantendo-as em atividade e com alguma saúde financeira para o período difícil que se avizinha”.

DEBATE DECORRE A 9 DE SETEMBRO E TEM ACESSO VIA FACEBOOK

Matosinhos debate política de habitação com Pedro Nuno Santos e Luísa Salgueiro

A MatosinhosHabit vai organizar, em parceria com a Câmara Municipal de Matosinhos, uma conferência dedicada à habitação. A iniciativa contará com a presença do ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, e da presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Luísa Salgueiro.

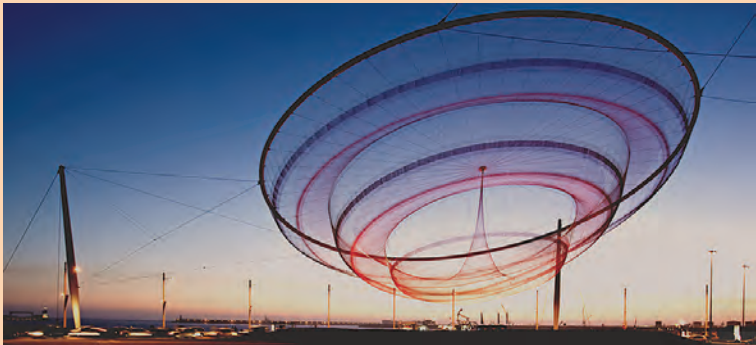
Subordinada ao tema “Habitação: dos desafios às soluções”, a webinar promovida pela MatosinhosHabit será transmitida em direto no facebook da Câmara Municipal de Matosinhos: <https://www.facebook.com/CamaraMunicipalMatosinhos>. A conferência decorre a 9 de setembro e tem início às 21 horas.

Moderado por João Luís Sousa, diretor adjunto do jornal “Vida Económica”, o evento vai trazer a debate várias questões relacionadas com a habitação, de onde se destacam as políticas de habitação implementadas em Matosinhos assim como a Estratégia Local de Habitação que tem vindo a ser desenvolvida no concelho.

Tendo em conta o esforço do município no desenvolvimento e implementação de várias medidas habitacionais impulsionadoras, a realização desta palestra «pretende estabelecer uma ligação entre a reflexão iniciada no último “Matosinhos à conversa – Habitação” sobre os desafios pós-pandemia e a consumação de políticas e ações

concretas que o município, o Governo e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana iniciaram e/ou pensam dar início em breve», sublinha Tiago Maia, administrador da MatosinhosHabit.

Por outro lado, Luísa Salgueiro, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, considera que «este debate assume uma maior relevância, não só pela situação que vivemos presentemente mas também pela conjectura atual do nosso concelho, em termos de habitação, e das respostas que podemos dar aos munícipes e a todos os outros que, por força das circunstâncias, tiveram de procurar alternativas externas, bem como aos potenciais inte-



ressados em fixar-se no concelho, em virtude da sua atratividade, viabilizando a respetiva aplicação a curto, médio e longo prazo.»

A MatosinhosHabit intervém na reabilitação urbana, além de providenciar residência para to-

dos os cidadãos. Tem ainda sob sua responsabilidade projetos de desenvolvimento e integração social e de melhoria contínua da qualidade de vida da população, para além da gestão do edificado municipal.



O Controlo de Gestão nas PME – Uma abordagem prática



21, 23, 25 e 28 setembro

Horário: 9h30 | 13h00
200 horas

ENQUADRAMENTO

Num contexto económico hostil, e face a uma realidade empresarial em constante mudança, o controlo de gestão, é uma ferramenta de gestão fundamental para assegurar o sucesso das organizações.

A resposta a este desafio assenta no domínio das técnicas tradicionais do controlo de gestão, potenciadas com acompanhamento os contributos de novas metodologias de gestão.

O conhecimento das técnicas do controlo de gestão permite aos responsáveis identificar os fatores de custo, atuar sobre as atividades que não acrescentam valor à empresa, e reforçar as competências de gestão das suas equipas.

FORMADOR Dr. Agostinho Costa

PREÇOS
Público Geral: €200 • Assinantes: €150
(IVA incluído)

PROGRAMA			
1 - O papel do controlo de gestão, numa organização	4 - As Metodologias tradicionais de controlo de gestão - Orçamentos funcionais - Os Orçamentos fixos e os orçamentos variáveis - O orçamento financeiro - O orçamento de tesouraria - Análise do ponto crítico (break even) - O processo do controlo orçamental - Os relatórios do sistema orçamental - O tableau de bord	- Como efetuar o controlo de gestão numa PME - Medidas a tomar para a empresa melhorar a rentabilidade - Preparar um tableau de bord por área operacional	
2 - Vantagens da implantação do controlo de gestão numa organização	5 - A Preparação e o controlo dum orçamento de exploração numa PME Como preparar um orçamento de exploração numa PME		
3 - Informação Financeira para o controlo de gestão - Análise da situação financeira - Análise da situação económica - Cash flow de exploração - Demonstração económica e financeira por segmento - Margem de contribuição - Margem de contribuição residual - Economic value added (EVA) - Market value added (MVA)	6 - Análise dum modelo prático de controlo de gestão para uma PME	7 - As novas metodologias de controlo de gestão - Balanced Scorecard (BSC) - Custeio baseado na Atividade (Activity Based Costing – ABC)	
		8 - Resolução de casos práticos	9 - Análise de casos de sucesso

Informações/Inscrições

Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt

RAFAEL CAMPOS PEREIRA, VICE-PRESIDENTE DA AIMMAP, DEFENDE

Trabalhadores devem ser motivados e mobilizados para os objetivos das empresas

“A formação e a qualificação dos recursos humanos são verdadeiramente essenciais para aumentar a competitividade do país” – afirma Rafael Campos Pereira. Em entrevista à “Vida Económica”, o vice-presidente da AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos – refere que a formação promovida pelo CENFIM tem contribuído para que os trabalhadores ganhem mais, estejam mais realizados, façam funções mais qualificadas. As empresas da metalurgia e metalomecânica já estão a fazer o seu papel ao cofinanciar a formação e estão a remunerar em função da produtividade. Mas Rafael Campos Pereira considera fundamental que a carga fiscal seja reduzida para que os trabalhadores tenham um benefício efetivo maior com o aumento da sua remuneração.

JOÃO LUÍS DE SOUSA
jlsousa@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Em relação à evolução e às perspetivas do setor da metalurgia e metalomecânica, quais são as tendências atuais?

Rafael Campos Pereira – O nosso setor é muito heterogêneo e, portanto, há um conjunto de realidades que coexistem, mas que não são necessariamente iguais. Há empresas que trabalham essencialmente para a indústria automóvel nas várias linhas da cadeia de abastecimento e, portanto, neste momento, essas empresas estão com alguma indefinição e a atravessar dificuldades. As empresas que trabalham para a indústria aeroespacial, também estão um pouco prejudicadas pela situação atual do negócio da aviação. Os fabricantes que produzem e vendem bens de consumo para o canal Horeca são fornecedores de equipamentos para hotelaria e restauração, entre outros, também estão com algumas dificuldades. Por outro lado, há empresas noutras áreas, como é o caso das peças técnicas, que conseguem ajustar-se e que têm resistido melhor. A verdade é que, em termos médios, o setor metalúrgico e metalomecânico tem números melhores do que a média da indústria e da economia portuguesa: mais capitais próprios, maior solvabilidade e maior resiliência. Isso permitiu que, de uma forma geral, as empresas do Metal Portugal tenham conseguido resistir a este primeiro embate da crise que estamos a viver em consequência da pandemia e, portanto, são empresas relativamente sólidas do ponto de vista financeiro que conseguiram resistir.

VE: De que forma é que a AIMMAP ajustou as suas atividades e prioridades aos efeitos da crise?

RCP – No primeiro impacto, ajudamos as empresas a resistir. E como é que ajudamos as empresas a resistir? De várias formas, mas, primeiro, manifestando a nossa presença e o nosso apoio incondicional

8,4% aumento de exportações para fora da UE no primeiro semestre

OBJETIVO DE RECUPERAÇÃO Não houve cancelamentos de encomendas mas sim adiamentos

em todos os momentos. Estivemos permanentemente em contacto com as empresas, ajudando-as a interpretar as normas, a ajustarem-se aos problemas, a obterem informação relevante para o seu dia-a-dia, apoiámos as empresas nas mais diversas vertentes. Tentámos intervir junto dos órgãos de soberania e da administração pública para, não só dar contributos para a elaboração das leis que foram sendo produzidas, como também, noutros casos, alertando para problemas que as nossas empresas estavam a passar. Foi a nossa grande prioridade durante estes seis meses, dar informação aos associados e de algum modo tentar ajudar a melhorar e a enriquecer a legislação que ia saindo, no nosso contacto com os órgãos de soberania e também através da CIP. Para além disso, reforçámos os laços de comunicação com as nossas empresas. Não parámos de fazer ações de formação e informação aos nossos associados e aos respetivos trabalhadores. Pelo contrário, temos aumentado a cadência das ações que vamos fazendo, não só “webinars” através do Zoom e de outras plataformas semelhantes como também as conferências designadas “Conversas Metal Portugal by AIMMAP” através do Youtube e, portanto, sabemos que estamos permanentemente em contacto com os nossos associados.

VE - Tendo em conta os efeitos da pandemia e os novos condicionalismos, a suspensão das feiras e também o aumento do protecionismo, significa que se torna mais difícil para as empresas portuguesas aceder aos mercados externos?

RCP - É inequívoco que este contexto gerado pela pandemia torna mais difícil a circulação e, consequentemente, o acesso das nossas empresas aos mercados globais. Devo dizer que as nossas empresas aumentaram substancialmente as exportações a seguir à crise de 2008, quando foi necessário substituir o mercado interno que tinham aqui mais próximo por clientes noutras partes do mundo, essencialmente na Europa, mas também fora do espaço da União Europeia. Neste momento, as dificuldades

são grandes, as feiras estão suspensas. No entanto, no primeiro semestre, as nossas exportações para fora da UE aumentaram 8,4%.

Esta é uma crise tremenda porque há problemas na oferta, na procura e na própria logística, mas mesmo assim conseguimos resistir. Estamos a vender para todos os mercados, as exportações na maioria dos subsetores estão a ressurgir. Houve uma quebra muito grande em abril e maio, mas penso que em junho, julho e agosto a situação já melhorou. É evidente que estamos confrontados com uma realidade muito imprevisível e problemas gerados pela pandemia associados ao ressurgir de nacionalismos e protecionismos que podem, de algum modo, tentar constranger o comércio mundial. Não estamos, para já, a sentir essa questão como maior problema. Já a sentíamos antes da pandemia no acesso ao mercado dos Estados Unidos da América.

VE: Portugal é conhecido por ter uma certa rigidez e um conjunto alargado de normas imperativas que incidem sobre a relação de trabalho. Face à crise, acha que a tendência é aproximarmo-nos dos outros países e haver menos regras imperativas ou vamos manter ou até aumentar a rigidez das normas?

RCP –Essa é uma questão que tem ingredientes de natureza política e, portanto, é relativamente difícil antecipar. Eu diria que, pela própria lógica da economia e do mercado de trabalho, faria sentido flexibilizar algumas das normas que atualmente temos e, portanto, reduzir a carga imperativa da legislação laboral. Tendo em conta a relação de forças que existe no Parlamento português, não me parece que isso seja previsível pelo menos para os próximos anos. E, pelo contrário, há sinais preocupantes de que a maioria de esquerda tenciona tornar ainda mais rígida a legislação laboral.

VE: Nos rankings mundiais da competitividade, Portugal aparece com dois aspetos negativos: a falta de formação profissional dos ativos e a desmotivação dos trabalhadores. Como se contrariam estes dois aspetos negativos e se torna a economia mais competitiva?

RCP – Relativamente à formação, é verdade que já começa a haver alguns estudos refe-



“Temos que reduzir a carga imperativa da legislação laboral” – considera Rafael Campos Pereira.

rentes ao impacto que os núcleos do CENFIM – o nosso centro de formação - têm no espaço geográfico em que estão situados. Há aqui uma relação de causa-efeito: onde o CENFIM tem os seus melhores núcleos, por exemplo, na Trofa, Arcos de Valdevez, Oliveira de Azeméis, há uma melhoria significativa da situação económica da região, aumento da capacidade exportadora das empresas, aumento do volume de negócio das empresas, mais valor acrescentado, aumento dos salários dos próprios colaboradores.

Não há dúvida nenhuma que a formação e a qualificação dos recursos humanos são verdadeiramente essenciais para aumentar a competitividade do país. Apesar dos constrangimentos à atividade, nos locais onde o CENFIM tem os seus núcleos, a situação em redor, nas empresas e nas famílias é melhor, o que tem um significado extraordinário. E se a situação é melhor é porque os trabalhadores ganham mais, estão mais realizados, fazem funções mais qualificadas. Estamos a digitalizar cada vez mais a atividade das nossas empresas, e também é possível que os colaboradores estejam mais motivados e mobilizados em torno dos objetivos das empresas. Acho que há duas questões essenciais para que os trabalhadores estejam mais motivados. Uma delas prende-se com melhores condições de trabalho, desde logo ao nível da digitalização dos processos. É muito mais apelativo trabalhar com Ipad e computadores do que com instrumentos mais pesados. Outra questão que também parece importante que todos nós temos de pensar, e que obviamente depende de todos, é que, se o trabalhador puder auferir um salário líquido superior, vai ficar mais motivado, e até poderá consumir mais e dinamizar mais a economia. Para isso, neste momento, temos dois pilares e duas questões essenciais. Por um lado, as empresas já estão a fazer o seu papel e estão a pagar em função da produtividade, mas é fundamental que a carga fiscal seja reduzida para que os trabalhadores tenham um benefício efetivo maior com o aumento da sua remuneração.

Metalurgia e metalomecânica exporta quase 20 mil milhões de euros

- As exportações da indústria metalúrgica e metalomecânica atingiram em 2019 um total de 19,6 mil milhões de euros.
- Nos primeiros 5 meses de 2020 registou-se uma queda de 27,2% face ao período homólogo.
- É esperada para os próximos meses uma recuperação significativa e crescente porque, na maioria dos casos, não houve cancelamentos de encomendas mas sim adiamentos.
- Relativamente ao número de trabalhadores, no final de 2019 o setor empregava 235.000 pessoas.
- Em 2020 o setor da metalurgia e metalomecânica está a resistir bastante bem, também no que concerne ao número de postos de trabalho.
- Numa primeira fase, foram dispensados alguns trabalhadores temporários, mas mesmo esses estão a ser reabsorvidos novamente pelo setor.

Teletrabalho motiva aumento substancial do número de ciberataques

O “aumento substancial do número de ciberataques ocorrido nos últimos meses” e a mediatização de alguns casos, nacionais e internacionais, ligados ao cibercrime e à transição forçada para o teletrabalho, têm colocado a cibersegurança na ordem do dia a nível mundial, mas também em Portugal. Em declarações à ‘Vida Económica’, Bruno Castro, especialista em cibersegurança e partner da VisionWare, fala sobre a importância de proteger sistemas eletrónicos, computadores, redes e dados contra ataques maliciosos em tempos de pandemia e alerta que os “portugueses não se protegem o suficiente” e têm ainda “alguma dificuldade em perceber e admitir que foram vítimas de um ciberataque”.

FERNANDA SILVA TEIXEIRA
fernndateixeira@vidaeconomica.pt

O crescimento exponencial do teletrabalho, induzido pela situação de pandemia que vivemos, tem aumentado os riscos de ciberataques às empresas. Os mais recentes dados indicam que “houve um aumento substancial do número de ciberataques nos últimos meses, essencialmente pelo próprio contexto de pandemia e porque nem as organizações nem as pessoas estavam preparadas para o teletrabalho”, começa por afirmar Bruno Castro. Segundo explica o partner da VisionWare, por um lado, “aumentaram as burlas e os ataques de roubo de dados e de identidade relacionados com a própria Covid-19, que é ainda um tema atrativo para ataques de “phishing”. Por outro, a exposição aos riscos de segurança face à utilização e interligação de redes domésticas e redes empresariais e o facto de os cibercriminosos saberem que as empresas passaram a estar expostas através dos seus funcionários aumentaram o número de ciberataques bem-sucedidos”. Esta mudança foi mais fácil e menos arriscada para as organizações que têm vindo a investir, de forma estruturada e contínua, em cibersegurança, que já tinham testado o conceito de trabalho remoto e que formaram os seus colaboradores para os riscos online nesse mesmo contexto. Ora, no entender deste responsável, tal demonstra que a “cibersegurança não é, nem pode ser, uma preocupação exclusiva do departamento de informática. Este é um aliado fundamental para inserir o tema na “agenda e na estratégia de evolução tecnológica da organização junto dos seus gestores”. Porém, a “cibersegurança tem de fazer parte de qualquer estratégia de negócio”, sentença o especialista. Contudo, reconhece Bruno Castro, não existem soluções milagrosas nem iguais para os vários modelos de negócio que



Cibersegurança não é, nem pode ser, uma preocupação exclusiva do departamento de informática, relembra Bruno Castro.

existem. “As necessidades de cada empresa variam consoante o seu nível de maturidade em termos de segurança da informação, os seus objetivos e o orçamento. É preciso analisar continuamente as fragilidades da organização e do seu modelo de negócio, e apoiar os gestores na definição de prioridades sérias, claras e realistas de forma a concretizar um investimento adequado à sua realidade”. Nesse sentido, existem alguns instrumentos públicos em Portugal para ajudar as empresas a fazer face a ciberataques. O Centro Nacional de Cibersegurança e a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), que são, respetivamente, as autoridades nacional e europeia, em matéria de cibersegurança, têm produzido alguns instrumentos de apoio, em alinhamento com a legislação nacional e europeia sobre o tema. Há, no entanto, “algum desfasamento entre a necessidade dos instrumentos e a sua disseminação, o que é perfeitemen-

te natural quando estamos a falar de organizações estatais ou paraestatais onde a burocracia é pesada. Mas numa realidade tão dinâmica como a que se vive no ciberespaço, em que aquilo que era verdade hoje já não é amanhã, é determinante estar à frente do nosso tempo. Por isso, as organizações privadas acabam por ter um papel único no que concerne ao desenvolvimento de soluções eficazes e difíceis de igualar”, relembra o responsável.

“Portugueses não se protegem o suficiente”

Citando o último relatório do Centro Nacional de Cibersegurança, divulgado em junho deste ano, Bruno Castro indica que as “empresas portuguesas e os próprios cidadãos têm dificuldades em reconhecer que foram alvo de incidentes de cibersegurança e, também, têm menos seguros contra este tipo de incidentes do que cidadãos e empresas de outros países europeus”. Ou

seja, os “portugueses têm ainda alguma dificuldade em perceber e em admitir que foram vítimas de um ciberataque e não se protegem o suficiente”. Segundo o partner da VisionWare, embora não exista propriamente um barómetro de monitorização do nível de maturidade de cibersegurança nos vários países, há indicadores que comprovam que ainda “existe um desconhecimento dos conceitos básicos de cibercrime e de cibersegurança, o que leva algumas empresas, sobretudo as mais pequenas ou de setores de atividade menos exigentes, a cometerem o erro de não colocar este tema no topo das suas prioridades”. Questionado sobre até que ponto existe ou não uma perceção dos riscos cibernéticos e da importância da sua prevenção, quer no Estado quer nas empresas nacionais, o especialista reconhece que, “nos últimos anos, temos vindo a assistir a um investimento maior na área da cibersegurança, particularmente das grandes empresas, mas também no tecido empresarial das Pequenas e Médias Empresas (PME) e de instituições e organizações governamentais”. Porém, infelizmente, “continuamos a ter gestores e organizações que nunca ouviram falar em cibersegurança até se tornarem vítimas; outros que não lhe dão o devido valor e se limitam a investir em “firewalls” e antivírus, pensando que assim estão seguros e que este tipo de soluções é suficiente. Ou ainda aqueles que julgam que só as grandes empresas ou só algumas empresas de determinados setores é que estão em risco. Obviamente, tudo muda quando são atacados e, nessa altura, passam também a colocar a cibersegurança na ordem do dia, numa perspetiva de prevenção em vez de reação”. Ainda assim, acrescenta, “naturalmente, e cada vez mais, também encontramos organizações que investem em cibersegurança e que estão muito atentas a esta nova realidade em que a segurança informática, tal como a segurança tradicional, é um pilar. Temos sentido isso em relação ao Estado, mas também em alguns setores de mercado e em algumas empresas de pequena e média dimensão, onde a cibersegurança, associada à privacidade, passou a ser obrigatória”. Nesse contexto, o responsável salienta ainda que, embora exista uma estratégia nacional, pelo menos no que concerne aos organismos públicos, pois existem determinados instrumentos jurídicos que obrigam ao cumprimento de um conjunto de requisitos mínimos de segurança, o grande desafio está em perceber que a “cibersegurança só é atingível na sua plenitude se implementada por todos”. Ou seja, “posso investir bastante em sistemas tecnológicos para proteger a minha organização e continuar bastante exposto a riscos se não educar os meus colaboradores para as boas práticas de cibersegurança. Posso fazer um grande esforço corporativo para certificar a minha empresa em determinado standard europeu de segurança da informação e estar altamente desajustado da realidade e, até, desprotegido, se não renovar e não fizer uma revisão regular dos preceitos daqueles instrumentos. E posso investir em tudo – certificação, formação, tecnologia – mas tenho de testar, testar, testar! Porque, se não testar, como sei se não fui já atacado?”, remata Bruno Castro.

É fundamental “não subestimar” a importância da cibersegurança

A pedido da ‘Vida Económica’, Bruno Castro, especialista em cibersegurança e partner da VisionWare, deixa alguns conselhos para as empresas nacionais que pretendem reforçar a segurança das suas redes e dos seus dados. Desde logo, afirma o especialista, é fundamental “não subestimar” a importância da cibersegurança. “Cada minuto que passa online expõe-no a novos riscos. Cada novo equipamento que adquire e liga à rede, seja na empresa, seja em sua casa, pode estar a expor a sua vida e o seu negócio. Estar ‘online’ é cada vez mais um requisito para a manutenção e sobrevivência do tecido empresarial. Mas, para isso, tem de aceitar que esta nova realidade implica também um tipo de segurança próprio, para evitar dissabores a curto prazo”. Por isso, se for vítima de um incidente de cibersegurança, “denuncie ou peça ajuda a uma empresa de cibersegurança. A verdade é que muitos incidentes podem ser evitados através da implementação de boas práticas, mas, ao mesmo tempo, há outros que são cometidos mesmo por quem tem enorme sensibilidade para a temática”, pois os ciberataques são cada vez mais sofisticados e difíceis de detetar, mesmo por especialistas. Por fim, “invista em cibersegurança e não deixe o seu negócio, e mesmo a sua vida pessoal – que muitas vezes se mistura, nomeadamente em casos de extorsão e chantagem – à mercê de cibercriminosos e/ou da concorrência ou ex-colaboradores insatisfeitos”.

STCP faz aumento de capital

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), por deliberação do Estado Português e enquanto acionista único da empresa, realizou um aumento de capital no valor de 17,455 milhões de euros. A operação decorreu através da emissão de cerca de 3,5 milhões de novas ações nominativas, com um valor unitário de cinco euros, subscritas e realizadas pelo acionista Estado. O capital social da STCP passou para perto de 320 milhões de euros.

UE encomenda 200 milhões de vacinas à americana Johnson & Johnson

A União Europeia está a negociar com a Johnson & Johnson a compra antecipada de 200 milhões de doses de uma vacina potencial contra a Covid-19. Caso as negociações decorram como esperado, há a possibilidade de reservar mais 200 milhões de doses adicionais. A empresa norte-americana garante que está em condições de produzir até mil milhões de doses até ao final do ano que vem.

INTERNACIONALIZAÇÃO APLICADA

Tânia Castro
Presidente da Mesa do CINM - ACIF



Qual retoma?

Dizer que vivemos tempos complicados, como diriam os ingleses, seria um “understatement”. O que vivemos são tempos nunca antes vividos pela nossa geração. Crises económicas, já as encontrámos, também já as superámos algumas vezes. Crises de saúde pública mundiais, acompanhadas pelo completo descalabro económico e financeiro, seguido de graves problemas emocionais no seio das famílias, já é outra situação, completamente diferente duma crise económica pura. O Mundo já não se compadece dos homens e mulheres que todos os dias se levantam, lutam, trabalham e fazem sacrifícios. As balanças já não são equilibradas e o sentido de justiça pelos que seguem todas as regras escapou-se literalmente entre os dedos das mãos quando o pânico começou a tomar conta de tudo. Acordar assim muda-nos. Ou pelo menos devia. Devia fazer-nos ver o sentido de urgência de que o Mundo precisa. Devias deixar-nos mais alerta

CERTEZA, ajudar a voltar a ERGUÊ-LO! O timing está aqui, é agora! Vamos utilizar os benefícios fiscais de que dispomos para criar um verdadeiro “hub” de atração, um pólo de desenvolvimento para os investidores portugueses e estrangeiros, renegociar as condições e melhorar os termos do Regime com a Comissão Europeia e avançar! Avançar com um centro, como sempre foi pautado, com transparência, credibilidade, profissionalismo e, acima de tudo, PRÓSPERO! É chegada a altura de os particulares, das empresas, os organismos públicos e o Estado se unirem em prol do bem comum! Todos temos de ajudar a pagar as dívidas que estão a ser geradas com a pandemia, todos temos essa responsabilidade! As oportunidades, mesmo as geradas por situações de extrema dificuldade e crise, têm de ser encaradas com seriedade. Estamos tão concentrados na doença e na prevenção de uma epidemia com

As oportunidades, mesmo as geradas por situações de extrema dificuldade e crise, têm de ser encaradas com seriedade

para como é importante voltar a encontrar o equilíbrio! E cabe tanto aos eleitos governantes como a cada um de nós trabalhar para isso. E, mais importante, munir-mo-nos de todas as ferramentas para podermos fazê-lo! Temos de ser mais céleres, mais práticos, mais capazes! Capazes de gerar rendimento! Capazes de gerar valor acrescentado! Capazes de gerar mais imposto! Quer queiramos quer não, a roda económica movimenta-se nessa direção. A Madeira, apesar de estar a sofrer imenso com o impacto negativo desta crise de saúde pública mundial, já que dependemos em 1º lugar do Turismo, tem à sua disposição um instrumento único denominado CINM – Centro Internacional de Negócios da Madeira. E não, não vamos salvar o País como por milagre, mas podemos, com TODA A

efeitos ainda mais nefastos para a saúde pública que ainda não percebemos que iremos, com toda a certeza, morrer desta CURA! As pessoas precisam de trabalhar, precisam de alimentar as famílias, sentirem-se produtivas, e de consumir! Se não nos virarmos também para soluções de combate ao problema económico, daqui a 6 meses teremos quiçá a maior crise económica, social e psicológica que as últimas gerações já enfrentaram. Porque, mais do que encontrar culpados, temos de ajudar a procurar soluções. Soluções inteligentes, com futuro, alicerçadas na experiência de tudo o que tem acontecido. Soluções que nos permitam desenvolver mais ramos económicos, e que não nos faça assentar toda a economia num único setor. Eu estou disposta a isso, e VOCÊS?

AEP apoia SOS Coronavirus

A AEP – Associação Empresarial de Portugal realizou uma angariação de donativos, no âmbito da iniciativa SOS Coronavirus. No período de 16-03-2020 a 25-03-2020 foi angariado o montante de €64.741,13, no período de 26-03-2020 a 02-04-2020 o montante €30 263,84, no período de 03/04/2020 a 09/04/2020 o montante de €164 846,97, no período de 10-04-2020 a 16-04-2020 o montante €46 546,00, no período de 17-04-2020 a 23-04-2020, o montante de €9123,00, no período de 24-04-2020 a 30-04-2020, o montante €50 901,94, no período de 01-05-2020 a 07-05-2020 o montante de €3503,60, no período de 08-05-2020 a 14-05-2020 o montante de € 636,70, no período de 15-05-2020 a 21-05-2020 foi angariado o montante de €452,92, no período de 22-05-2020 a 28-05-2020 o montante €0,00, no período de 29-05-2020 a 4-06-2020 o montante €27,54, no período de 05-06-2020 a 11-06-2020, o montante de €0,00, no período de 12/06/2020 a 18/06/2020 o montante de 0,00 €, no período de 19/06/2020 a 25/06/2020 o montante de 0,00 €, no período de 26/06/2020 a 2/07/2020 o montante de 0,00 €, no período de 3/07/2020 a 9/07/2020 o montante de 0,00 €, no período de 10/07/2020 a 16/07/2020 o montante de 0,00 €, no período de 17/07/2020 a 23/07/2020 o montante de 0,00 €, no período de 24/07/2020 a 30/07/2020 o montante de 0,00 €, no período de 31/07/2020 a 06/08/2020 o montante de 0,14 €, no período de 7/08/2020 a 13/08/2020 o montante de 0,00 € e no período de 14/08/2020 a 20/08/2020 o montante de 0.00€.

Mais informações sobre a iniciativa em www.sos-coronavirus.pt.

PUB

Soluções que cuidam do nosso planeta



fonte viva
Em todos os momentos

 água

 bebidas quentes

 fruta

Bruxelas participa no mecanismo COVAX

A Comissão Europeia confirmou o interesse em participar no mecanismo COVAX para um acesso equitativo e universal a vacinas contra a COVID-19 a preços acessíveis para todos os que delas necessitem. No quadro do esforço da Equipa Europa, a Comissão também anunciou uma contribuição de 400 milhões de euros, enquanto garantias para apoiar o mecanismo COVAX e os seus objetivos no contexto da Resposta Mundial ao Coronavírus. O objetivo é acelerar o desenvolvimento e o fabrico de vacinas contra a COVID-19.



PAULO VAZ
Jurista e Gestor

Dramatizar para governar

Dramatizar para garantir o mandato é a estratégia calculista de António Costa que está a marcar a “rentrée” política, num contexto complexo que se agrava todos os dias. A crise sanitária ainda não está vencida – longe disso –, mas a crise económica e social ameaça tornar a primeira um tema menor quando aquela atingir o país na sua máxima força, talvez este ano, mas seguramente no próximo. Os efeitos poderão de ser de tal magnitude que nos farão esquecer a sua causa. O Primeiro-Ministro já se apercebeu da situação e procura “encostar à parede” os aliados da “geringonça”, obrigando-os a acordos, de maior ou menor alcance, desde que viabilizem os Orçamentos de Estado para 2021 e 2022 e evitem um crescendo perigoso de conflitualidade social. Conseguir acordos impossíveis e as alianças mais espúrias são tarefas que António Costa já demonstrou realizar com invulgar facilidade, tendo a sua inteira carreira política sido construída à base de negociações no seu limite, mas que o vão consagrando como um político hábil, sem nenhum concorrente à altura, com exceção do Presidente da República, na cena política nacional. E isto não é propriamente um elogio, pois a sua glória tem resultado mais da ausência de capacidade e de combatividade dos adversários políticos, à esquerda e à direita, do que dos seus méritos e qualidades, muitas delas turvadas por episódios pontuais, desnecessários, em que a irritabilidade e a impaciência nos levam a questionar sobre se serão feito ou carácter. Um é mau, mas o outro será substancialmente pior. Costa age desta forma, pois sabe que tem a quase generalidade dos partidos à sua mercê. Se o Bloco de Esquerda e o PCP não apoiarem o orçamento – e o PS está disposto a dar algumas contrapartidas neste “trade-off” que custarão muitas centenas de milhões de euros ao país –, estes serão certamente penalizados nas urnas, caso venham a precipitar-se eleições antecipadas decorrentes de uma crise política, o mesmo acontecendo com o PSD e o CDS, que não conseguem ser oposição séria e assertiva, abrindo espaço para que o “Chega” possa crescer exponencialmente e passar a ser a terceira força política parlamentar. Não deixa de ser irónico que o “Chega”, enquanto partido da extrema-direita, é resultado direto da “geringonça”, pois, estando fraturada a sociedade portuguesa e não se vendo representados

devidamente os setores não socialistas, a centriptação numa força de protesto na direita mais radical, mesmo que pouco consistente e organizada, é a reação que seria de esperar, tal como foi em outros países da Europa, onde alguns desses partidos chegaram já aos governos, como a Áustria, a Hungria, a Itália ou a Polónia, andando muito próximo disso a França. O fenómeno do “Vox” em Espanha é exclusivamente o resultado da saturação e indignação de importantes franjas da sociedade aos constantes ataques do “Podemos”, tolerados pelo PSOE, a instituições seculares, violentando a monarquia e os valores tradicionais que constituem parte indiscutível e indissociável da identidade e unidade do país vizinho, colocando em causa a sua continuidade. Não existe nenhuma ação a que não corresponda uma reação, tal como nos ensina a natureza e as suas leis, pelo que não nos surpreendamos que, mesmo entre nós, conhecidos pela amabilidade da nossa índole coletiva, haja um momento em que nos fartemos do “politicamente correto” e nos rebelamos, sendo, a partir daí, conduzidos por aqueles que utilizam a manipulação e a demagogia, sem qualquer reboço e total desplante, trazendo as conversas de café para os discursos, dizendo o que se está à espera de ouvir, sem qualquer filtro ou consequência. E sem reversibilidade. Criar uma crise política em plena pandemia, na ressaca da “débaçle” económico que se prepara, em que vão grassar as falências e o desemprego, com o risco de a União Europeia não ceder os fundos de recuperação se não existir a necessária estabilidade governativa para serem aplicados, seria um ato de profunda irresponsabilidade e elevado risco político, em que o Partido Socialista poderia arriscar a perder a maioria, mesmo que simples, e tornar impossível uma reedição de uma aliança de esquerdas, pois quer o BE quer o PCP seriam arrastados na mesma enxurrada, em que o único partido que se antevia como beneficiário seria o “Chega”, como já referimos. António Costa sabe que tem de elevar o tom dramático, carregar as cores do cenário, que já anda bastante escuro, mas sabe também que os demais não têm outra alternativa do que o deixar governar, adiando combates e disputas políticas para um momento mais propício. Este, seguramente, não o é.

Publicados formulários para evitar a dupla tributação internacional

Foi publicado o despacho que aprova os modelos de formulários para efeitos de aplicação das convenções para evitar a dupla tributação internacional. O Despacho nº 8363/2020 aprova os modelos de formulários para comprovação dos pressupostos de que depende a aplicação das convenções sobre a dupla tributação internacional, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial de retenção na fonte ou o reembolso de imposto que tenha sido retido na fonte.

Mercado automóvel nacional volta a atenuar quebra

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

As vendas de automóveis novos em Portugal voltaram, em agosto, a atenuar a quebra provocada pelos efeitos económicos da pandemia de Covid-19. O mercado nacional matriculou, no mês passado, 14 377 veículos ligeiros (passageiros e mercadorias), menos 8,6% do que os 15 728 de agosto de 2019, de acordo com a Associação Automóvel de Portugal (ACAP).

A liderança por construtores coube à Renault (1942 unidades, +19,7%), seguida de Peugeot (1777 viaturas, -17,2%) e Mercedes (1507 automóveis, +13,9%). Entre as marcas do “top” dez, três lograram registar crescimento face a agosto do ano passado, Renault, Mercedes e BMW (+0,6%).

No acumulado de janeiro a agosto de 2020, os dados da ACAP indicam que foram matriculados 108 585 novos veículos ligeiros, o que representou uma diminuição homóloga de 41,3% em relação às 184 912 unidades de há um ano. Por marcas, neste segmento, a liderança acumulada passa, também, a ser da Renault (-48,7%, para 13 743 unidades), seguida de Peugeot (-37,5%, para 13 630 matrículas) e Mercedes (-22,4%, para 9754 registos).

Todas as marcas do “top” 10 perderam face aos oito primeiros meses do ano passado. A Mercedes foi a marca que menos caiu. Em sentido contrário, a maior quebra acumulada entre os construtores mais vendidos coube à Fiat (-59,7%).

Ligeiros de passageiros com agosto de estagnação

Na análise por segmentos, em agosto foram vendidos em Portugal 12 417 automóveis ligeiros de passageiros, um volume em



linha (-0,1%) com o mês homólogo do ano passado. No acumulado de 2020, as vendas de veículos ligeiros de passageiros totalizaram 92 474 unidades, menos 42% do que no ano anterior.

As matrículas de comerciais ligeiros no passado mês cifraram-se em 1960 unidades (-40,5%). As vendas acumuladas dos oito primeiros meses de 2020 no segmento foram de 16 111 veículos, o que representou um

A Renault cresceu bastante em agosto e fez o “assalto” à liderança do mercado português de ligeiros

decrécimo de 36,7% em relação ao período homólogo do ano anterior.

Quanto aos veículos pesados (passageiros e mercadorias), verificou-se em agosto um decréscimo de 7,2% em relação ao mês homólogo do ano anterior, tendo sido comercializados 285 veículos desta categoria. No acumulado de janeiro a agosto, as vendas situam-se nas 2179 unidades, menos 39,5% face ao mesmo período de 2019.

Consumo de gás natural cresce 4,8% em agosto

O consumo de gás natural aumentou 4,8% em agosto, face ao período homólogo, avança a REN – Redes Energéticas Nacionais. A contribuir esteve tanto o crescimento de 6,1% no segmento de produção de energia elétrica, como o avanço de 3,7% no segmento convencional, que engloba os restantes consumos. Apesar deste aumento, o consumo acumulado anual registou uma contração de 3,5%, com o segmento convencional a apresentar uma variação negativa de 7,6% e o segmento de produção de energia elétrica um crescimento de 4,7%.

Os dados da REN revelam que, em agosto, o consumo de energia elétrica ficou próximo do verificado no mesmo período do ano anterior, com uma queda de 0,7%, ou 0,8% com correção dos efeitos de temperatura e número de dias úteis. A evolução anual registou uma

variação negativa de 3,9%, ou menos 4,5% com correção de temperatura e dias úteis.

Renovável de 58% até agosto

Nos primeiros oito meses do ano, o índice de produtividade hidroelétrica situou-se em 0,96 (média histórica igual a 1), enquanto o de produtividade eólica registou 0,88 (média histórica igual a 1). Nesse período, a produção renovável abasteceu 58% do consumo, repartida pela hidroelétrica, com 25%, eólica, com 23%, biomassa, com 7%, e fotovoltaica com 3%. A produção não renovável abasteceu 35% do consumo, fundamentalmente com gás natural, representando o carvão menos de 2% do consumo. O saldo de trocas com o estrangeiro é equivalente a cerca de 7% do consumo nacional.

ERSE acusa empresas de gás de garrafa de praticarem preços abusivos

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) acusa as empresas de gás de garrafa de terem aumentado as margens de comercialização durante o período de confinamento. Terão sido atingidos preços particularmente altos, “em contraciclo com a evolução dos preços dos derivados nos mercados internacionais”, adianta a entidade reguladora.

Investimento no SNS reforçado em 361 milhões

O Serviço Nacional de Saúde teve um investimento 361 milhões de euros superior até julho, quando comparado com o mesmo período do ano passado, refere o Governo em comunicado. O SNS também conseguiu reduzir para o número mais baixo dos últimos 10 anos o volume de pagamentos em atraso, reduzindo em cerca de 311 milhões, isto é, em menos 55,6% em relação ao valor homólogo de 2019, acrescenta a nota do Executivo.



ABÍLIO VILAÇA
Docente do ISAG
– European Business School

“Smart Cities” e Turismo Urbano um caminho com futuro

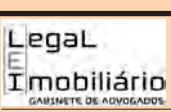
Uma análise global sobre a evolução das cidades e das áreas urbanas faz-nos despertar para uma nova realidade. Hoje, mais de 50% da população do mundo vive em zonas urbanas, e esse número tem vindo a aumentar significativamente – recorde-se que em 1960 apenas 34% da população mundial vivia nas zonas urbanas. Na Europa Ocidental, é já sabido que, em 2020, cerca de 80% da população europeia vive em zonas urbanas. O turismo urbano, por seu turno, é aquele que se desenvolve explorando o património cultural, os museus, a gastronomia nos restaurantes, as compras em lojas com história e memória, a animação dos centros urbanos e sobretudo a vivência e dinamismo das cidades. O turismo é um eixo estratégico para uma política de ordenamento urbano que terá de ter a ambição de propor uma oferta de qualidade para os visitantes e turistas, sem esquecer os residentes. O turismo poderá potenciar o emprego nos centros urbanos, mas para tal importa que se desenvolvam com mais coerência os centros de informação aos visitantes e se estimulem e qualifiquem os guias turísticos de cidade, numa experiência de cidade amiga dos visitantes, e, simultaneamente, assumir a cidade

Nova de Gaia tem desenvolvido uma ação direta sobre o combate ao uso do papel, estando a implementar a disponibilidade de serviços em tempo real (“on-line”). A cidade de Guimarães implementou já um sistema inteligente de iluminação pública. A cidade de Matosinhos implementou um sistema de gestão em tempo real da informação climática. Cascais implementou um sistema de recolha de lixo inteligente, capaz de definir as rotas da recolha de acordo com o volume de lixo existente em cada contentor. As poupanças de energia e o planeamento dos serviços têm permitido considerar Cascais como uma das cidades mais limpas do mundo. A cidade de Águeda implementou também um sistema de iluminação pública inteligente com níveis de eficiência e de poupança notáveis. A cidade de Torres Vedras implementou um sistema de partilha de bicicletas públicas, reforçando a componente de mobilidade. Braga implementou um sistema de semaforização que informa os condutores e peões sobre o tempo de espera e passagem de passeadeiras. Uma feliz ideia que merece o reconhecimento de todos quantos querem uma cidade melhor.

Portugal possui desde 2013 a rede “smart cities Portugal” que tem como objetivos: afirmar Portugal como espaço de conceção, produção e experimentação de produtos e serviços para comunidades urbanas inteligentes.

responsável e humana. Este duplo objetivo, de ser “smart city” e desenvolver turismo urbano, dá às cidades uma nova responsabilidade. Como conseguir dar qualidade de vida às populações e dar hospitalidade turística e sustentar a cidade enquanto fonte de dinamização económica, social e política? Surgem várias designações quanto à cidade do futuro, tais como cidades inteligentes e sustentáveis, comunidades das novas tecnologias, “smart cities”, etc. Uma coisa é certa, em qualquer situação pretende-se fazer da cidade uma comunidade amiga das pessoas e para as pessoas. A International Data Corporation (IDC) – empresa líder mundial na área de market intelligence – define uma “smart city” – como uma cidade que declarou a sua intenção de utilizar as tecnologias da informação e comunicação para transformar o “modus operandi” em uma ou mais das seguintes áreas: energia, meio ambiente, governo, mobilidade, edifícios e serviços. O objetivo final de uma “smart city” é melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, assegurando o crescimento económico sustentável.” Quando olhamos para o país, são muitas as experiências bem-sucedidas no domínio da visão “smart city”, assim, temos que Vila

As smart cities, são cidades inteligentes, que reforçam a sua competitividade e a sua sustentabilidade, promovem o desenvolvimento e produção de soluções urbanas inovadoras, de forma integrada. Só assim se consegue abrir novas oportunidades que contribuirão para a melhoria da vida das populações. A união Europeia considera uma prioridade a transformação das velhas cidades em cidades inteligentes, potenciadoras de melhoria das condições de vida e sustentáveis. É nesse contexto que apoia a reindustrialização, à luz das novas tecnologias. Portugal possui desde 2013 a rede “smart cities Portugal” que tem como objetivos: afirmar Portugal como espaço de conceção, produção e experimentação de produtos e serviços para comunidades urbanas inteligentes. Muitas cidades compreenderam já a sua importância na atração de turistas, mas será também necessário criar um sistema de qualidade turística e implementar a sua gestão integrada e que tenha como fator de preocupação a articulação e o desenvolvimento das estruturas associativas locais de promoção das artes, da cultura, da música, do artesanato, entre outras atividades que reforcem a identidade cultural e a singularidade da cidade.



MARIA DOS ANJOS GUERRA
ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.oe.pt

ARRENDAMENTO URBANO

Mora no pagamento de rendas não habitacionais

NOVO ALARGAMENTO DO PERÍODO EXCEPCIONAL ATÉ 31 DE DEZEMBRO

«Sou dono de um estabelecimento que, por causa da Covid, teve que encerrar em março e que a lei ainda não me permite reabrir. De acordo com um artigo publicado nesta coluna em junho, tenho adiado o pagamento das rendas que durante este período deveria ter pago. O problema é que a legislação aí mencionada tinha alargado esta possibilidade até 1 de setembro e continuo a não ter qualquer rendimento do estabelecimento que me permita pagar a renda. Prevê-se alguma alteração ou vou ter que encerrar de vez?»

Muito embora a legislação aplicável à mora no pagamento de rendas continue a determinar que, se o arrendatário não proceder ao seu pagamento até ao oitavo dia a contar da data em que, segundo o contrato de arrendamento, deveria fazê-lo, o senhorio tem o direito de exigir uma indemnização igual a 20% das rendas em dívida, salvo se o contrato for resolvido com base na falta de pagamento, foi publicado e está em vigor um regime excepcional de mora no pagamento de rendas que, efetivamente, no que respeita aos arrendamento não habitacionais, acabou de ser novamente alterado. Concretamente, o regime excecional que em função de anterior legislação já era aplicável aos estabelecimentos de restauração e similares e aos estabelecimentos abertos ao público destinados a atividades de comércio a retalho e de prestação de serviços encerrados ou que tivessem as suas atividades suspensas devido à execução de medidas legislativas inerentes ao estado de emergência, permitindo-lhes que diferissem para meses posteriores os pagamentos das rendas inerentes aos meses de vigência do estado de emergência e primeiro mês subsequente, ou seja, até junho, foi posteriormente alargado de modo a que, após a cessação daquele período, tal regime pudesse ser ampliado até 1 de Setembro e aplicado aos casos

em que, ao abrigo de disposição legal ou medida administrativa aprovada no âmbito da pandemia da doença Covid-19, tenha sido determinado o encerramento de instalações ou suspensão de actividades, como parece ser o caso do estabelecimento Leitor. Dado que a situação legal de alguns estabelecimentos, se manteve, efetivamente, em 20 de agosto foram publicadas alterações legislativas, que já estão em vigor e segundo as quais os estabelecimentos que, nos termos supra, tenham que se manter encerrados poderão continuar a diferir o pagamento das rendas entretanto vencidas, até ao termo do terceiro mês subsequente àquele em que ocorra o

O período de regularização da dívida deverá ter início em 1 de janeiro de 2021 e poderá prolongar-se até 31 de dezembro de 2022.

levantamento da imposição do encerramento das instalações ou da suspensão da respectiva actividade. De acordo com as referidas alterações legislativas, o referido diferimento não poderá, contudo, aplicar-se a rendas que se vençam após 31 de dezembro de 2020. Muito embora nada impeça o arrendatário de, em qualquer altura, proceder ao pagamento total ou parcial das rendas que tenham ficado por pagar, o período de regularização da dívida deverá ter início em 1 de janeiro de 2021 e poderá prolongar-se até 31 de dezembro de 2022, em 24 prestações iguais e sucessivas no valor de 1/24 cada, que deverão ser liquidadas juntamente com a renda que se vencer em cada um dos meses subsequentes. Nos caso, em que a renda convencional não seja mensal, o pagamento de cada uma das prestações a liquidar para regularização da dívida deverá ser feito até ao oitavo dia de cada um dos meses subsequentes.

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Portugal fora dos apoios do SURE

A Comissão Europeia apresentou ao Conselho propostas de decisão relativamente à concessão de um apoio financeiro no valor de 81,4 mil milhões de euros a 15 Estados-Membros ao abrigo do instrumento SURE. Portugal está de fora deste potencial apoio, tido como “um vetor essencial da estratégia global da Comissão para proteger os cidadãos e atenuar as consequências socioeconómicas particularmente graves da pandemia de coronavírus”.

Casos da Vida Judiciária



PAULA MARGARIDO
Advogada em parceria com a RSA LP



O AIMI e o IMI

Em face do contexto histórico do tributo denominado por “Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis” (AIMI) e cotejando-o com o vertido nos ditos artigos 135.º-A a 135.º-M do “Código do Imposto Municipal de Imóveis (CIMI), entendemos que o AIMI é, na verdade, um tributo pessoal que incide sobre o valor global agregado do património imobiliário dos sujeitos passivos e tem um carácter atípico, porquanto não se trata de um adicional ao IMI, mas antes de um imposto geral sobre a riqueza que se infere daquele património.

A Lei 42/2016, de 28 de dezembro (respeitante ao Orçamento de Estado para 2017), revogou a verba 28 da Tabela Geral de Imposto de Selo, e no seu artigo 219.º veio a aditar ao CIMI o “Capítulo XV, sob a epígrafe “Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis”. Mas a verdade é que os artigos 135.º-A a 135.º-M, que integram aquele Capítulo do CIMI, contêm regras próprias da incidência, da liquidação, da cobrança, do pagamento e de dedução em impostos sobre o rendimento, denunciando, assim, a sua natureza de imposto autónomo do IMI e já não como um “AIMI”. O “AIMI” pretende tributar a riqueza imobiliária, atingindo as manifestações de capacidade contributiva que estavam a escapar ao Estado para obter receita fiscal que permita ao Sistema de Segurança Social assegurar as contribuições a que está obrigado a cumprir. Ora, o Estado, ao tributar em sede de AIMI novas manifestações de riqueza, parece-nos que está a promover a adequada justiça social, bem como a assegurar a igualdade de oportunidades, e a fazer as adequadas correções nas desigualdades na distribuição de riqueza.

Efetivamente, o AIMI incide sobre a soma dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos habitacionais e dos terrenos para construção (tal como foi, claramente, expandido no Acórdão número

307/2019, de 28 de maio, proferido pelo Tribunal Constitucional), sendo excluídos da sua incidência objetiva os prédios urbanos classificados como “comerciais”, “industriais”, “para serviços” e “outros”. A qualidade do sujeito passivo é determinada de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 8.º do CIMI, e tendo por referência a data de 1 de janeiro do ano a que o “AIMI” sobre imóveis respeita. Constituem sujeitos passivos deste imposto as pessoas singulares ou cole-

ou entidade equiparada. A taxa a aplicar para as pessoas singulares com tributação individual é de 0,7%, sobre o valor patrimonial global que exceda 600.000,00€, e até 1.000 000,00€, e 1% sobre o valor patrimonial global que exceda 1.000 000,00€. Para os cônjuges ou unidos de facto, com tributação conjunta, a taxa a aplicar é de 0,7% sobre o valor patrimonial global que exceda 1.200.000,00€ até 2.000.000,00€, e 1% sobre o valor patrimonial global que exceda 2.000.000,00€. Já

urbanos, de modo a que os seus valores patrimoniais se aproximassem dos valores de mercado, bem como permitiu aos sujeitos passivos conhecer, com precisão, as regras que levam à determinação do valor do bem.

A lei estabelece vários tipos de isenção de IMI, bem como o momento em que, após a cessação da isenção, o imposto passa a ser devido. O imposto resulta da aplicação ao VPT de cada prédio da taxa de 0,8% para os prédios rústicos, de 0,3% a 0,45% para os prédios urbanos e de 7,5% para os prédios rústicos ou urbanos, detidos por entidades residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável. Os municípios, e para os prédios urbanos, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos acima mencionados, sendo que cerca de metade dos municípios têm optado por aplicar a taxa pelo valor mínimo. O IMI deve ser pago em uma prestação, no mês de maio, quando o seu montante seja igual ou inferior a 100,00€, em duas prestações, nos meses de maio e novembro, quando o seu montante for superior a 100,00€ e igual ou inferior a 500,00€, e em três prestações, nos meses de maio, agosto e novembro, quando o seu montante for superior a 500,00€.

O IMI e o AIMI constituem, assim, dois tipos de impostos em que o IMI tributa o património de que é titular o sujeito passivo e o AIMI tributa “a fortuna imobiliária”, excepcionando, por isso, os prédios rústicos, em face da sua baixa rentabilidade económica, e os prédios urbanos afetos às atividades económicas de relevância para o desenvolvimento da economia do país.

“... AIMI é, na verdade, um tributo pessoal que incide sobre o valor global agregado do património imobiliário dos sujeitos passivos e tem um carácter atípico, porquanto não se trata de um adicional ao IMI, mas antes de um imposto geral sobre a riqueza que se infere daquele património.”

tivas que sejam proprietárias, usufrutuárias ou superficiárias dos ditos prédios urbanos e dos terrenos para construção, sendo equiparadas às pessoas coletivas as estruturas ou centros de interesse coletivos, sem personalidade jurídica, que constem nas matrizes como sujeitos passivos de IMI, bem como a herança representada pelo cabeça de casal.

Este imposto constitui receita do Fundo de Estabilização da Segurança Social e a sua liquidação é efetuada no mês de junho, verificando-se o pagamento no mês de setembro do ano a que o mesmo respeita. No caso das pessoas singulares, e das heranças indivisas, existe uma dedução ao valor tributável (que corresponde à soma dos valores patrimoniais tributários) de 600.000,00€, e para os cônjuges ou unidos de facto, com tributação conjunta, uma dedução de 1.200.000,00€, não se verificando qualquer dedução para uma pessoa coletiva

para as heranças indivisas, a taxa é de 0,7% sobre o valor patrimonial global que exceda 600.000,00€ e para as pessoas coletivas a taxa é de 0,4% sobre o valor patrimonial global.

O IMI (criado com a Reforma do Património, no ano de 2003, e que substituiu a “Contribuição Autárquica”) incide sobre o valor patrimonial tributário (VPT) dos prédios rústicos e urbanos, situados em território português, e constitui receita dos municípios onde os mesmos se localizam. Este imposto, também, é devido pelo proprietário, usufrutuário, superficiário e pela herança indivisa, representada pelo cabeça-de-casal, do prédio, a 31 de dezembro do ano a que respeita. O VPT é determinado por avaliação, tendo por base o tipo de prédio e as determinações estabelecidas pelo “CIMI” para esse fim. O CIMI procurou estabelecer critérios objetivos na avaliação dos prédios



JOSÉ MARTINO
Blogger e Consultor
em Territórios de Baixa
Densidade

Kafka no Ministério da Agricultura (7)

Este é um artigo semanal onde dou nota de uma candidatura que uma empresa de fruticultura está a desenvolver para candidatar junto dos bancos para obter empréstimo de apoio ao investimento.

Esta candidatura é feita ao abrigo de uma linha de garantia pública que é a grande aposta do Governo para apoiar os investimentos na agricultura, sejam jovens agricultores, sejam outros agricultores, neste ano 2020 (fecho do PDR2020 e como ensaio para o próximo quadro financeiro de apoio 2021-2027).

Este processo iniciou-se em 16 de março e dou nota da sua evolução desde o dia 28 de março de 2020, no meu blog [josemartino@blogspot.pt](https://josemartino.blogspot.pt).

Estamos a 30 de maio, a semana 10, a qual merece registo o seguinte: o plano de negócios, as cópias dos pedidos de licenciamento dos investimentos e demais documentação complementar foram enviados no dia 21 de maio para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) e CGD, dois dos quatro bancos que já aceitaram receber os documentos.

Nessa data a CGD tinha já um projeto aprovado pelo risco e um segundo projeto em fase avançada de tramitação.

Este projeto é o terceiro processo recebido e provavelmente será o segundo processo a ser submetido ao risco.

A primeira página do jornal “Expresso” de sábado passado, dia 23 maio, tinha impresso um rodapé publicitário da CGD sobre esta linha de crédito, assim como nesse fim de semana também ouvi a mesma publicidade na TSF.

Os contatos telefónicos efetuados no dia 8 de abril junto do BPI não tiveram qualquer desenvolvimento.

Na semana que agora finda não houve notícias do Santander. A última comunicação recebida no passado dia 14 de abril através de e-mail pela gestora de conta informava que têm indicação que na 2.ª quinzena de abril o banco irá lançar a linha FEI (até ontem 25 de maio, não aconteceu). Certamente nem ao fim de três meses (10 junho de 2020) estará contratualizado qualquer projeto nesta linha de apoio (a continuar).

Artigo escrito no âmbito da “Pós-Graduação em Fiscalidade Avançada da Católica Porto Business School”

Sonae com prejuízo de 75 milhões devido à pandemia

AQUILES PINTO
aquiles Pinto@vidaeconomica.pt

O grupo Sonae fechou o primeiro semestre de 2020 com um prejuízo de 75 milhões de euros, montante que compara com o resultado líquido atribuível a acionistas positivo de 38 milhões de euros registado há um ano. O grupo liderado por Cláudia Azevedo justifica a descida “pelo total de contingências contabilísticas (non cash)” de 76 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020 e pela redução da avaliação do portefólio da Sonae Sierra no segundo trimestre de 2020, ambas diretamente relacionadas com a Covid-19”. A Sonae realça, aliás, que, “apesar da situação de pandemia, no segundo trimestre de 2020, o resultado direto foi positivo, em seis milhões de euros”.

O desempenho consolidado da Sonae no segundo trimestre teve dois momentos distintos. O período de confinamento, até meados de maio, foi marcado por um forte impacto na maior parte dos nossos negócios, positivo no caso do desempenho de vendas da Sonae MC e da Worten Portugal e condicionado, na Sonae Sierra, na Worten em Espanha e na Sonae Fashion, visto terem sido forçados a suspender as suas operações durante este período. Já no período pós-confinamento registou-se a reabertura de todas as lojas e a redução gradual das medidas restritivas, mas ainda com alguns centros comerciais a operar em horário reduzido e, portanto, a registar um menor número de visitantes.

O volume de negócios consolidado cresceu 6%, para 3136 milhões de euros na primeira metade do ano em curso, sendo o crescimento no segundo trimestre de 5%, para 1584 milhões de euros. Em relação ao EBITDA subjacente, a Sonae alcançou um resultado de 229 milhões de euros (-5%) no primeiro semestre e de 129 milhões (-7%) no segundo trimestre. Esta evolução é explicada pelo grupo “sobretudo pela desconsolidação de dois centros comerciais core (consequência da transação Sierra Prime) nas contas estatutárias da Sonae Sierra e pelo impacto negativo do período de confinamento na Sonae Sierra e na Sonae Fashion”. Excluindo o impacto do Sierra Prime, o EBITDA subjacente da Sonae teria permanecido estável em termos homólogos no semestre.

“Equipa resiliente e generosa”

“Como afirmei em diversas ocasiões, a nossa principal preocupação desde o primeiro dia tem sido a saúde e a segurança das nossas pessoas, clientes e parceiros, enquanto continuamos a prestar serviços essenciais à sociedade e

“Os próximos meses irão trazer diferentes tipos de desafios às nossas equipas e estou confiante de que a Sonae os irá ultrapassar”

a apoiar as nossas comunidades”, indica Cláudia Azevedo.

“Todos os nossos negócios foram severamente afetados por este contexto adverso, mas tenho orgulho em dizer que a nossa resposta coletiva foi extraordinária. Sinto-me verdadeiramente honrada e privilegiada por liderar uma equipa tão resiliente e generosa. Os últimos meses mostraram não só a coesão e coordenação da equi-

pa de gestão de topo da Sonae, mas também o forte empenho das nossas pessoas a servir os nossos clientes e a cuidar de todos os nossos stakeholders”, acrescenta a executiva.

Em relação ao futuro, a CEO da Sonae revela confiança. “Os próximos meses irão trazer diferentes tipos de desafios às nossas equipas e estou confiante de que a Sonae os irá ultrapassar. Temos



O desempenho consolidado da Sonae no segundo trimestre teve dois momentos distintos.

um portefólio de negócios resiliente e uma sólida posição financeira, mas temos sobretudo as

pessoas certas e os valores certos em toda a organização”, afirma Cláudia Azevedo.

PUB

Check up imobiliário



DIA 16 DE SETEMBRO
DAS 14:00 ÀS 18:30



Regina Santos Pereira
advogada e sócia
da SRS Advogados

Tema: Arrendamento habitacional

- Contrato de arrendamento habitacional;
- Quais os inquilinos que podem beneficiar das medidas excecionais?
- Quais os procedimentos que os inquilinos devem cumprir;
- Apoios financeiro aos senhorios, inquilinos, estudantes e fiadores;
- Deveres de informação dos inquilinos
- Moratória no pagamento das rendas, forma e momento para cumprir;
- Quais os inquilinos que podem beneficiar das medidas excecionais;
- Questões



Manuel Alexandre Henriques
advogado na Nobre Guedes, Mota
Soares & Associados - Sociedade de
Advogados, SP, RL

**Tema: Arrendamento não habitacional
e para fins especiais**

- Arrendamento, Direitos Humanos e condições excecionais;
- Os riscos jurídicos do Covid-19;
- A situação do arrendamento não habitacional
- Aspetos a ter em conta na elaboração de novos contratos;
- As alterações recentes no arrendamento comercial e alojamento local: o caso das lojas históricas;
- O covid-19 no direito imobiliário comparado (principais medidas nos países europeus)
- Questões

INSCREVA-SE JÁ! E. anabessa@vidaeconomica.pt • T. 223 399 400/27

VALOR INSCRIÇÃO Assinantes VE €90 • Público em Geral €120 (IVA Incluído)

Com a organização de:



Com o apoio Institucional de:



NEGÓCIOS E EMPRESAS

Sonae e Instituto Politécnico de Setúbal fazem parceria

O Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) abrirá, em Janeiro, um novo mestrado em Logística e Gestão da Cadeia de Abastecimento (LGCA). Trata-se de uma “formação pioneira em Portugal, quer pelo seu carácter profissionalizante e metodologia de aprendizagem baseada em projetos, quer pela conceção em parceria com a Sonae MC, especialista nesta área e uma das maiores entidades empregadoras em Portugal”, venceu o IPS.



FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Economia mais, economia menos

Portugal vai ter que apostar muito rapidamente na implantação duma Sociedade da Inovação como resposta a esta crise. Discutir e avaliar hoje a dimensão estrutural da aposta da transformação de Portugal numa verdadeira sociedade da inovação é de forma clara antecipar com sentido de realismo um conjunto de compromissos que teremos que ser capazes de fazer para garantir o papel do nosso país num quadro competitivo complexo mas ao mesmo tempo altamente desafiante. A inovação tem que ser a grande ideia para o país. Na nova agenda que o país precisa, tem que se ser capaz de dotar a sociedade com os instrumentos de qualificação estratégica do futuro. Fazer da tecnologia e da competência os elementos que farão a diferença na criação de valor e no reforço dos níveis estratégicos de confiança, é esse o imperativo de uma verdadeira sociedade da inovação.



ECONOMIA MAIS

FORUM EURAFRICAN – O Fórum EurAfrican – que se realiza este dias de forma virtual – assume-se já como uma plataforma que aposta de forma inovadora no desenvolvimento de relações estratégicas competitivas entre estas duas zonas do globo. Uma vez mais um naipe de oradores de excelência preencherá um programa que contará também com intervenções dos presidentes do Gana e de Portugal – uma iniciativa muito oportuna com um contributo importante para uma verdadeira aposta em África.

O PAPEL DAS “START-UP” – A dinâmica das “start-ups” vai ter um papel muito importante na retoma que se pretende para a nossa economia. Muito interessante o movimento que universidades e politécnicos estão a desenvolver no fortalecimento de uma verdadeira rede de base empreendedora, envolvendo empreendedores cujas ideias inovadoras se poderão transformar em novas oportunidades de negócio com potencial de mercado – esta será certamente uma porta para enfrentar os novos tempos que aí vêm.

“GREEN DEAL” – A agenda do “Green Deal” está a tornar-se cada vez mais relevante em termos da resposta que está a ser dada à crise a nível europeu. Quer em termos de mobilização de novos projetos empresariais centrados na inovação competitiva quer ao nível de ações de qualificação estratégica na área da sustentabilidade, o “Green Deal” vai ter agora um conjunto de “calls” que irão permitir a empresas, universidades e centros de competência apresentar soluções inovadoras numa área tão estratégica.



ECONOMIA MENOS

FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS – O tema do financiamento das empresas continua na ordem do dia. Face à necessidade de novos investimentos, sobretudo na área da inovação e tecnologia, com que empresas relevantes de diferentes fileiras económicas se confrontam, a dimensão estratégica do financiamento assume contornos cada vez mais determinantes. Face às restrições da banca, no contexto dum processo de reconversão contínua, continuam a faltar soluções alternativas – o capital de risco tem-se mantido inoperante e o “venture” e “seed” capital ainda apresentam valores muito residuais.

REPOSICIONAR OS MERCADOS – A estagnação dos mercados globais , com destaque para a Alemanha, França, Reino Unido e Espanha, que representam um peso decisivo nas exportações portuguesas – agrava-da pelo complexo momento que vivemos – levanta questões estratégicas em relação à diversificação de mercados para a nossa economia. Impõe-se neste período de progressiva abertura da economia recentrar a agenda de ligação aos mercados e consolidar novas perspetivas para o futuro.

RENOVAÇÃO TIC – A economia portuguesa tem sido confrontada com um défice crescente de talentos e recursos humanos qualificados e algumas áreas críticas como as Tecnologias de Informação e Conhecimento (TIC) começam a demonstrar incapacidade de crescer nas suas diferentes dimensões. As multinacionais e “start-up” da área tecnológica têm visto as suas áreas de intervenção serem reforçadas mas a falta de recursos humanos qualificados pode comprometer esta agenda de crescimento tão importante para a nossa economia.

Bluegrowth cria linha de apoio para relançamento da Economia do Mar

A Bluegrowth, consultora de inovação tecnológica para os assuntos do mar, lançou uma linha de apoio para a adaptação das empresas à nova realidade imposta pela pandemia global de Covid-19. Esta linha de negócio foi criada em cima de uma carteira de fundos que poderão financiar projetos de reestruturação comercial, com financiamento entre os 50% e os 90% a fundo perdido.

FEP COOPERA COM A UNIVERSIDADE DE ST. GALLEN

Portugal está a meio da tabela na qualidade dos líderes

A Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) e a Universidade de Saint Gallen (Suíça), em colaboração com uma rede internacional de parceiros e instituições académicas, acabam de criar o primeiro índice mundial para medir a qualidade das elites. O objetivo é avaliar a forma como as ações e as diferentes abordagens na geração de riqueza das elites favorecem ou dificultam o progresso do seu país.

As elites portuguesas estão classificadas a meio da tabela (14º) no conjunto dos países analisados, apresentando melhor posicionamento que outros países do Sul da Europa, como a Itália (17ª) ou Espanha (18ª) e até mesmo que a França (15ª).

O primeiro estudo sobre a qualidade das elites abrange 32 países a nível mundial. Singapura ocupa o primeiro lugar no ranking de 2020 do índice, sendo as elites empresa-



riais desta cidade-Estado as maiores criadoras de valor do planeta. Nos posicionamentos cimeiros encontram-se ainda a Suíça (2º), a Alemanha (3º), o Reino Unido (4º) e os Estados Unidos (5º).

“Esta realidade poderá ser o catalisador de uma nova fase de convergência real com os restantes países europeus, já iniciada antes da atual crise pandémica, mas que com esta sofreu um forte revés. Esta classi-

ficação esconde, contudo, grandes disparidades ao nível das quatro áreas do índice, revelando melhor desempenho ao nível da capacidade de criação de valor por parte das elites económicas (10º) e muito pior pelas elites políticas (25ª)”, destaca a Professora da FEP, Cláudia Ribeiro, que, juntamente com o Professor Oscar Afonso (ambos investigadores do CEF.UP), é responsável pelo estudo a nível nacional.

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

+CO3SO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Sou diretora técnica de uma IPSS do concelho de Almeida e gostava de saber quais os apoios à contratação que se encontram abertos.

O +CO3SO Emprego Empreendedorismo Social é um programa de apoio à contratação aplicável às entidades da economia social com projetos localizados em todo o território nacional. Os postos de trabalho a apoiar têm de decorrer da celebração de contratos sem termo após a data de candidatura. São apoiados os contratos celebrados com:

- Desempregados inscritos no IEFP;
- Há pelo menos 6 meses;
- Há pelo menos 2 meses, quando se trate de pessoa;
- Com idade igual ou inferior a 29 anos;
- Com idade igual ou superior a 45 anos;

Independentemente do tempo de inscrição no caso de:

- Beneficiário de prestação de desemprego ou RSI;
- Pessoa com deficiência e incapacidade;
- Pessoa que integre família monoparental;
- Pessoa cujo cônjuge se encontre igualmente em situação de desemprego, inscrito no IEFP;
- Vítima de violência doméstica;
- Refugiado;
- Ex-recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade em condições de se inserir na vida ativa;

- Toxicodependente em processo de recuperação;
 - Pessoa que tenha prestado serviço efetivo em Regime de Contrato, Regime de Contrato Especial ou Regime de Voluntariado nas Forças Armadas e que se encontre nas condições previstas no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro;
 - Pessoa em situação de sem-abrigo;
 - Vítima de tráfico de seres humanos;
 - Pessoas que não tenham registos na segurança social como trabalhador por conta de outrem nem como trabalhador independente nos 6 meses anteriores à contratação.
- O apoio a fundo perdido corresponde a 100% dos custos diretos com remunerações e TSU, durante 36 meses, tendo como limite a remuneração base mensal:
- Para os três primeiros postos de trabalho criados, até 3 IAS (1316,43€) por posto de trabalho, por cada mês de apoio;
 - Entre o quarto e o sexto posto de trabalho criado, até 2,5 IAS (1097,03€) por posto de trabalho, por cada mês de apoio;
 - A partir do sétimo posto de trabalho criado, até 2 IAS (877,62€) por posto de trabalho, por cada mês de apoio.

Estes limites à remuneração base mensal podem ser majorados em 0,5 IAS (219,41€) por posto de trabalho, por cada mês de apoio, no caso

de contratação de desempregado enquadrado em determinados públicos desfavorecidos. A este apoio à contratação acresce um apoio complementar, correspondente a 40% dos custos salariais elegíveis, destinado a financiar outros custos associados à criação de postos de trabalho. Os projetos devem verificar criação líquida de emprego. Os postos de trabalho e o nível de emprego alcançado por via do apoio devem ser mantidos desde a vigência do contrato e durante pelo menos 36 meses. As candidaturas são abertas e analisadas por Grupos de Ação Local ou Comunidades Intermunicipais. Almeida pertence ao território de intervenção do Grupo de Ação Local Castelos do Côa, o qual tem concurso aberto até 18/11/2020. Este concurso do GAL Castelos do Côa não impõe um limite máximo ao número de postos de trabalho a criar, no entanto, este programa encontra-se abrangido pelos “auxílios de minimis”, o qual determina que uma empresa única não pode receber, de apoios ao abrigo dos “auxílios de minimis”, um montante total superior a 200.000€ durante um período de 3 anos.

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500



Anfitriões portugueses na linha da frente de protocolo de limpeza do Airbnb

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

Portugal é o sétimo destino do mundo com maior índice de aplicação do protocolo de limpeza avançada em relação ao número total de anúncios do Airbnb, anunciou a tecnológica de aluguer de alojamentos. O ranking é liderado pelos Estados Unidos. Em todo o mundo, mais de um milhão de alojamentos Airbnb já receberam o selo especial “Limpeza Avançada”, criado no âmbito de aumentar a segurança em face da pandemia de Covid-19. A empresa indica que, à data, os anfitriões em mais de 220 países e regiões têm acesso ao protocolo de

limpeza avançada da Airbnb avaliado por especialistas, disponível em 61 idiomas e que inclui um manual de limpeza assim como outros recursos. Além disso, a Airbnb publicou uma série de diretrizes para a saúde e segurança de toda a comunidade. “Limpeza e segurança são as coisas mais importantes para os anfitriões e hóspedes na plataforma Airbnb. Nas últimas semanas, os anfitriões adotaram as nossas novas e rigorosas diretrizes, e milhares adotam todos os dias o protocolo de limpeza avançada. Este esforço mostra como os anfitriões são dedicados aos mais altos padrões e empenhados em manter os seus hóspedes e comunidades



Em todo o mundo, mais de um milhão de alojamentos Airbnb já receberam o selo especial.

em segurança”, afirma Catherine Powell, diretora de alojamentos da Airbnb. Graças ao compromisso dos anfitriões em garantir a limpeza dos seus alojamentos, estes são os dez países com o maior número de alojamentos com o selo “Limpeza Avançada” em relação ao número total de anúncios na plataforma: EUA Reino Unido Espanha Barbados México Japão Portugal Grécia Coreia do Sul Canadá

Wine Concept consolida nova rota de vinhos portugueses para o Brasil

Após 10 anos de presença em Portugal, a distribuidora Wine Concept expande atividades para o Brasil com o objetivo de alcançar meio milhão de garrafas comercializadas até ao fim do ano. De uma herdade no Alentejo ou de quinta familiar no Dão para o Porto de Suape, no Nordeste do Brasil, a Wine Concept fez mais de 200 mil vinhos portugueses, muitos inéditos nas mesas brasileiras, cruzarem o Oceano Atlântico, criando e consolidando uma nova rota vitivinícola.

A distribuidora, que agora celebra um ano de presença no Brasil, introduziu em julho de 2020 mais 25 rótulos portugueses naquele país. “Estamos a surpreender o mercado do Brasil, onde as vendas cresceram imensamente, sobretudo por meio dos pedidos on-line, neste período de confinamento”, afirma Nuno Sousa, sócio da Wine Concept.

As novas garrafas saem de regiões como Bairrada, Tejo, Alenquer, Colares e Óbidos e refletem um dos compromissos da distribuidora: reunir vinhos surpreendentes, cuidadosamente selecionados e com um ótimo custo-benefício. Rótulos como Quinta do Pinto, Zé da Leonor, Casa de Sabicos, Casa Américo, Casa de Saima, Quinta Várzea da Pedra, Infinitude e Vicentino estão entre os que aterram agora no Recife, capital de Pernambuco, e de lá são distribuídos para todo o país. A Wine Concept Brasil conta atualmente com 50 rótulos de 14 produtores. Em Portugal, o catálogo soma 600 vinhos, de 11 das 12 regiões vitivinícolas, que são distribuídos a mais de 2,5 mil clientes. “Sentimo-nos orgulhosos em sermos a ligação entre a produção e o prazer de saborear um copo de vinho”, conclui Nuno Sousa.

VidaEconómica

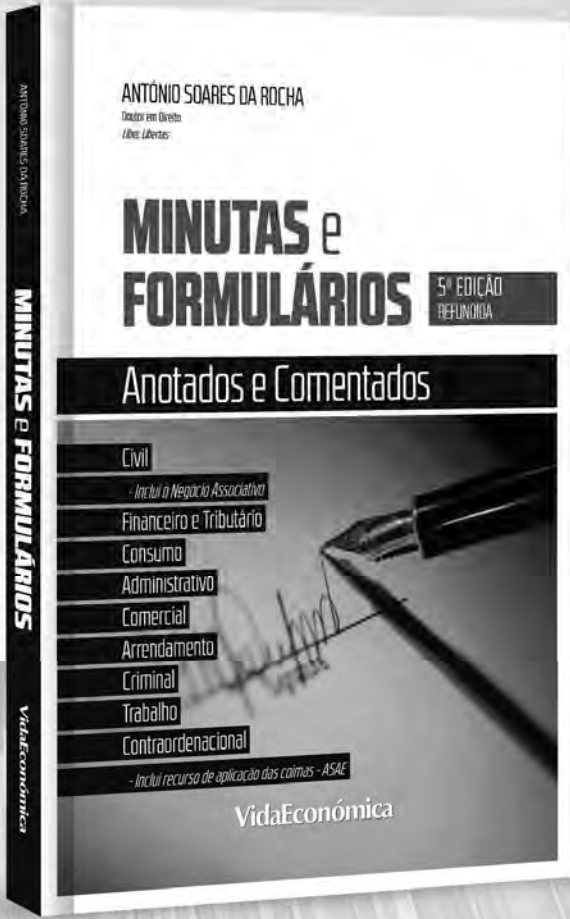
MINUTAS E FORMULÁRIOS 5ª edição refundida

ANOTADOS E COMENTADOS

Esta 5ª edição refundida, faculta um conjunto de ferramentas que permitem assegurar de forma mais eficiente a garantia da defesa dos direitos, bem como o cumprimento de obrigações ou deveres contratuais que decorrem da vida em sociedade.

Edição prática que trata das seguintes áreas:

- Civil (inclui o Negócio Associativo)
- Trabalho
- Comercial
- Arrendamento
- Financeiro e Tributário
- Consumo
- Administrativo
- Criminal
- Contraordenacional (Inclui recurso de aplicação das coimas - ASAE)



Autor: António Soares da Rocha

Páginas: 464

Preço: €22

COMPRE JÁ!

VidaEconómica

R. Gonçalves Cristóvão,
14, r/c • 4000-263 PORTO

<http://livraria.vidaeconomica.pt>

encomendas@vidaeconomica.pt

223 399 400

CUPÃO ENCOMENDA

(recortar ou fotocopiar)

Nome _____ Nº Contribuinte

Morada _____

C. Postal - E-mail _____

- ☐ Solicito o envio do livro **MINUTAS E FORMULÁRIOS - 5ª EDIÇÃO**
- ☐ Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 45313889113 05 (é necessário enviar comprovativo)
- ☐ Para o efeito envio cheque/vale nº _____, s/ o _____, no valor de €
- ☐ Solicito envio de referência de multibanco para o email _____
- ☐ Solicito o envio à cobrança. (Acrescem 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA _____

☐ Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A.. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>.

NEGÓCIOS E EMPRESAS/EMPRESAS FAMILIARES

REFLEXÕES SOBRE
EMPRESAS FAMILIARES



ANTÓNIO NOGUEIRA DA COSTA
Consultor Empresas Familiares
www.efconsulting.pt
e antonio.costa@efconsulting.pt



Especialistas na consultoria a Empresas Familiares
e elaboração de Protocolos Familiares
Santiago – Porto www.efconsulting.es

Falácia relativa ao pensamento a longo prazo na empresa familiar

É comum associar-se às empresas familiares determinadas características, aparente e racionalmente verdadeiras, mas que, de facto, são autênticas falácias.

Existindo múltiplas variáveis ilustrativas destes “factos alternativos”, três delas – perspetiva de longo prazo, inovação e sucesso financeiro – foram alvo de análise no estudo “Edelman Trust Barometer 2017. Special Report: Family Business”. Desenvolvido

pela Edelman, em 2017, os participantes foram questionados quanto à sua perceção de que tipo de empresas possuem um orientações e estratégias de mais longo prazo. Os resultados foram surpreendentes:

- Empresas familiares: 21%,
- Empresas não familiares: 45%.

Numa empresa, a definição de estratégias a longo prazo está dependente da vontade de dois órgãos:

• **da assembleia de sócios** – quem define o essencial da atividade a que a organização tem de dedicar-se e as metas a alcançar num determinado espaço temporal;

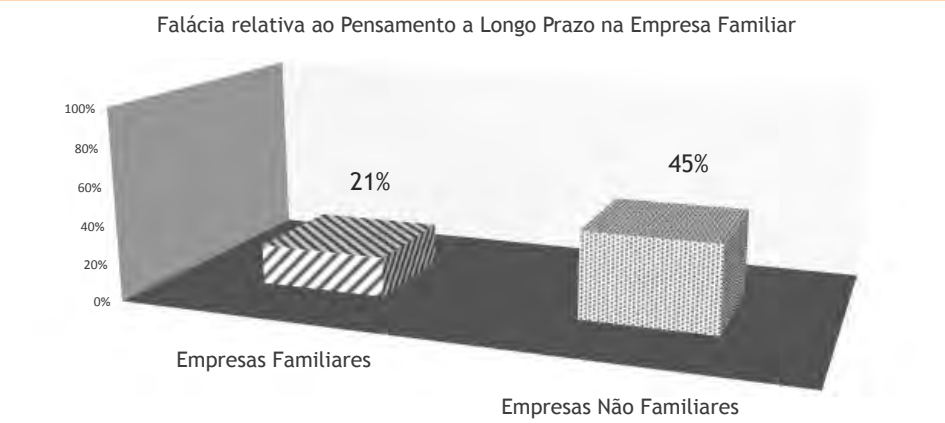
• **da gestão** – que assume a difícil tarefa de gerir os recursos disponíveis para alcançar os objetivos daqueles que os nomearam com esse intuito;

e da interação e entre os mesmos, no sentido de irem ajustando as estratégias ao contexto onde a sociedade se encontra imersa.

Numa empresa não familiar, onde os gestores sabem que atuam e são avaliados em períodos relativamente curtos (no mínimo anualmente e, de forma muito expressa, no final de cada período com a possibilidade de serem (re)eleitos por um período máximo de 4 anos), existe uma maior pressão

por apresentar resultados mensuráveis que reflitam o seu trabalho. No caso de sociedades que estejam cotadas em bolsa, este escrutínio é levado ao limite de as suas prestações poderem serem mensuradas ao dia e comparadas “objetivamente” com a prestação dos seus principais concorrentes. Este contexto é francamente influenciador de pensamentos que possam ser avaliados em períodos de tempo relativamente curtos.

Num sentido distinto, a característica intrínseca às empresas familiares e aos seus líderes – assegurar a entrega de um testemunho às gerações vindouras e, de preferência, com mais valor acrescentado do que aquele que foi recebido – incentiva e cria condições para desenvolver estratégias de (muito) longo prazo.



Temas para reflexão:

- *Quais são metas de longo prazo que definimos para a nossa empresa?*
- *Como integrar objetivos de curto prazo com os de longo prazo?*
- *Pensar a longo prazo não é vantagem comparativa relativamente aos nossos concorrentes?*



A livraria Lello tem as suas origens no séc. XIX. A sua posse inclui a família Lello, representado por José Lello, e a família Pinto, Aurora e Pedro Pinto, que entrou no capital já na 2ª década deste século XXI.

Esta incorporação permitiu potenciar os objetivos de “uma das mais belas livrarias do mundo” para uma atuação mais ampla na área cultural.

Depois do restauro do próprio edifício, das múltiplas iniciativas de lançamentos de livros, da inédita OPA, Oferta Pública de Aquisição das primeiras edições de Os Lusíadas, de Harry Potter and the Philosopher’s Stone e da Gazeta da Restauração, no 1º semestre de 2020 é

adquirido o icónico Teatro Sá da Bandeira.

O edifício vai sofrer obras de restauro e conservação, para tentar repor as suas origens. Aurora Pinto, em recente entrevista à “Time Out” referiu que o sonho da Lello ultrapassa a mera associação dos dois monumentos centenários: “Como somos um pouco loucos, temos um sonho muito grande. Esse sonho passará por criar um conjunto de patrimónios ligados à cultura e que permitam que a cidade do Porto seja visitada e eleita como ponto de visitação pelo lado cultural e patrimonial”.

“SONHO” é uma das palavras que melhor pode expressar um pensamento de muito longo prazo.

LEGAL & ILEGAL



GONÇALO CAETANO
Advogado Associado na Vilar & Associados -
Sociedade de Advogados
E-mail: gc@vilar.pt

Despedimento coletivo – que direitos?

A pandemia tem tido um forte impacto negativo na vida de muitos trabalhadores. Para muitos casos não serão suficientes as medidas criadas pelo Governo com vista à manutenção dos postos de trabalho e ao apoio às empresas mais afetadas pelo retrocesso económico. Muitas empresas reduziram a atividade ao mínimo, outras fecharam estabelecimentos por não terem clientes ou porque foram obrigadas a fechar e outras empresas recorreram ao teletrabalho. As mais afetadas são as micro, pequenas e médias empresas, que representam a esmagadora maioria do tecido empresarial português, antevendo-se uma onda de despedimentos coletivos. Considera-se despedimento coletivo a cessação de contratos de trabalho promovida pelo empregador e operada simultânea ou sucessivamente no período de três meses, abrangendo, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme se trate, respetivamente, de microempresa

ou de pequena empresa, por um lado, ou de média ou grande empresa, por outro, sempre que aquela ocorrência se fundamente em encerramento de uma ou várias secções ou estrutura equivalente ou redução do número de trabalhadores determinada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos. O despedimento coletivo pode vir a ser declarado ilícito se o motivo justificativo for declarado improcedente, se não for precedido do respetivo procedimento, se não tiver sido observado o prazo para decidir o despedimento, entre outras causas de ilicitude. Nesses casos, o trabalhador tem direito à sua reintegração na empresa e ao pagamento dos salários de tramitação ou, caso não opte pela sua reintegração, ao pagamento de uma indemnização de antiguidade e outra por danos patrimoniais e não patrimoniais. Mas importante é referir que, se o despedimento coletivo for declarado lícito, a lei também confere direitos ao

O trabalhador tem sempre direito, isto é, independentemente de o despedimento coletivo ser considerado lícito ou ilícito, aos créditos laborais vencidos à data da cessação do contrato

trabalhador. Desde logo, o trabalhador tem direito a um crédito de horas correspondente a dois dias de trabalho por cada semana, válido durante o prazo do aviso prévio, que se destina a possibilitar ao trabalhador a procura de nova atividade. O trabalhador tem ainda direito a uma compensação que, no caso de contratos de trabalho celebrados após 1 de novembro de 2011, se encontra fixada em 12 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade (para contratos de trabalho celebrados anteriormente àquela data, podemos estar a falar de 1 mês, 20 ou 18 dias de retribuição base e diuturnidades por cada

ano completo de antiguidade). O trabalhador tem sempre direito, isto é, independentemente de o despedimento coletivo ser considerado lícito ou ilícito, aos créditos laborais vencidos à data da cessação do contrato ou que se vençam em virtude da cessação (retribuição, subsídio de férias, subsídio de Natal). De referir ainda que as empresas abrangidas por “lay-off” não podem recorrer ao despedimento coletivo, sendo admitida, no entanto, a celebração de acordo de revogação fundamentado em motivo que permita o despedimento coletivo, o que poderá habilitar o trabalhador a receber subsídio de desemprego.

Energia empurra inflação para terreno negativo

Os preços junto do consumidor, na Zona Euro, registaram em agosto a primeira descida ao ritmo anual, em quatro anos, um recuo que se explica sobretudo pela quebra nos preços da energia. A taxa de inflação foi de -0,2%, o que compara com os 0,4% de julho. Desde maio de 2016 que os preços da Zona Euro não apresentavam uma evolução negativa, de acordo com o Eurostat. Os preços da energia registaram uma quebra de quase oito pontos percentuais, no mês em apreço.

Governo reforça ATIVAR.PT

O Governo publicou em Diário da República o reforço de duas medidas de emprego para garantir que os apoios chegam a mais pessoas e promovem a criação de mais postos de trabalho. “As medidas Estágios ATIVAR.PT e o Incentivo ATIVAR.PT traduzem um aumento do apoio financeiro quer para os destinatários, quer para as entidades promotoras”, é referido em comunicado. A dotação prevista é de 100 milhões de euros. A primeira medida refere-se a estágios profissionais, a segunda ao contrato-emprego.

“PARA ONDE VAI A ECONOMIA PORTUGUESA” – INDICADOR COMPÓSITO VE/FEUC

Atividade económica com queda abrupta no segundo trimestre

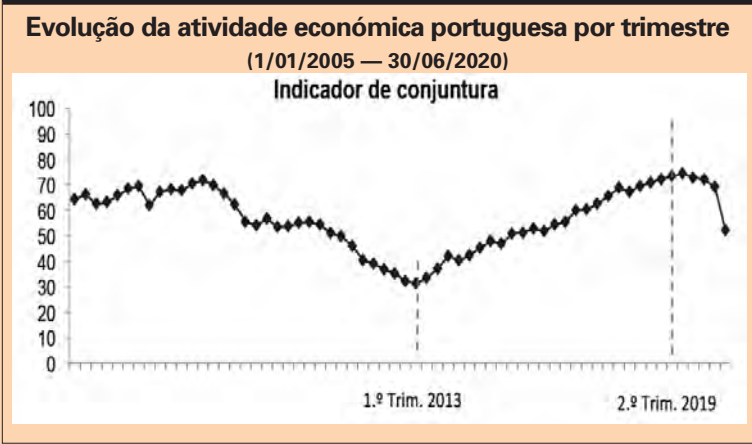
JOÃO VERÍSSIMO LISBOA
MÁRIO GOMES AUGUSTO

Refletindo os efeitos da pandemia Covid-19, a atividade económica portuguesa, como era de esperar, cai a pique no segundo trimestre de 2020 e recua para valores próximos aos observados em finais de 2015, a avaliar pelo indicador composto que temos vindo a construir para acompanhar a evolução da atividade económica portuguesa. A construção deste indicador composto é baseada na opinião de oito economistas e nas séries estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Banco de Portugal, relativas ao produto interno bruto (PIB), formação bruta de capital fixo, exportação de bens e serviços, taxa de desemprego, índice harmonizado de preços no consumidor, indicador de sentimento económico, volume de negócios comércio a retalho (excluídas as vendas de combustíveis), vendas de novos veículos automóveis comerciais pesadas e vendas de cimento. A Figura mostra a evolução deste indicador desde o 1.º trimestre de 2005 até ao final do 2.º trimestre de 2020. A evolução do indicador composto que se apresenta na figura

Para a queda abrupta do indicador composto contribuíram a contração histórica do PIB, das exportações, do indicador de sentimento económico e do volume de negócios comércio a retalho.

revela que o ciclo de recuperação pós-crise económico-financeira de 2008/9, iniciado em 2013, da atividade económica portuguesa começou a dar sinais de interrupção a partir do 2.º trimestre de 2019. Contudo, no segundo trimestre de 2020 sofre os efeitos da pandemia Covid-19 que conduzem a um movimento sem precedentes no seu comportamento: queda de 24,6% em relação ao primeiro trimestre de 2020 e de 29,81% em relação ao trimestre homólogo do ano anterior (vide quadro), fazendo recuar o valor deste indicador para valores que refletem a atividade económica portuguesa há

mais de 4 anos atrás. Para a queda abrupta do indicador composto, quer em relação ao trimestre anterior quer em relação ao trimestre homólogo do ano anterior, contribuíram fundamentalmente a contração histórica do PIB, das exportações, do indicador de sentimento económico e do volume de negócios comércio a retalho. As vendas de cimento –indicador de evolução da construção – e a taxa de desemprego permaneceram em terreno positivo, impedindo uma quebra mais acentuada deste indicador composto. Esta evolução é o reflexo do fe-



cho (em alguns casos forçado por virtude do estado de emergência que foi decretado) da grande maioria dos setores durante dois meses do 2.º trimestre. Um dos sectores que resistiram à suspensão total da atividade foi o da construção, facto que contribui para que este setor tenha dado um contributo positivo para a evolu-

ção do indicador. Por seu turno, o emprego também mereceu uma forte atenção dos decisores públicos, não refletindo esta taxa o seu verdadeiro valor em virtude das políticas de “lay-off” decretadas pelo Governo. Contudo, a resiliência destes dois indicadores, em particular, bem como da atividade económica em geral, como tem sido amplamente reconhecido, para além de outros fatores, depende da evolução da pandemia Covid-19, cujos efeitos iremos procurar acompanhar, através da construção deste indicador composto, para os próximos trimestres.

Análise comparativa				
Valor do indicador			Variação (%)	
2º trimestre de 2020	1º trimestre de 2020	Trimestre homólogo do ano anterior	Em relação ao trimestre anterior	Em relação ao trimestre homólogo do ano anterior
52,58	69,16	74,30	-24,60	-29,81

Unilever vai retirar combustíveis fósseis dos produtos de limpeza

A Unilever, um dos principais fabricantes de produtos de limpeza e de lavagem de roupa do mundo, anuncia que vai substituir todo o carbono derivado de combustíveis fósseis nas fórmulas dos seus produtos de limpeza e de lavagem de roupa por carbono renovável ou reciclado. Esta mudança irá transformar a sustentabilidade de marcas de limpeza e de lavagem de roupa mundialmente conhecidas como Skip, Cif e Domestos. Esta nova ambição é um componente central do “Clean Future” (“Futuro Limpo”) da Unilever, um programa de inovação desenvolvido pela divisão de produtos de limpeza da casa para mudar radicalmente o modo como são criados, fabricados e embalados alguns dos produtos de limpeza e de lavagem de roupa mais conhecidos do mundo. O programa “Clean Future” (“Futuro Limpo”) é único, na medida em que visa incorporar os princípios da economia circu-

A Unilever espera que só esta iniciativa reduza a pegada de carbono das fórmulas dos produtos em até 20%.

lar tanto na embalagem quanto nas fórmulas utilizadas, para que marcas mundialmente conhecidas reduzam a sua pegada de carbono. A maioria dos produtos de limpeza e de lavagem de roupa atualmente disponíveis no mercado contêm substâncias químicas feitas com matérias-primas de combustíveis fósseis, uma fonte não renovável de carbono. A mudança da Unilever para fontes de carbono renováveis ou recicladas é um movimento deliberado para abandonar a economia de combustível fóssil. A “Clean Future”

(“Futuro Limpo”), primeira iniciativa desta magnitude, é um passo essencial para o compromisso da Unilever em ter produtos com zero emissões até 2039. As substâncias químicas usadas nos produtos de limpeza e lavagem de roupa da Unilever representam a maior parte da pegada de carbono (46%) ao longo do ciclo de vida dos mesmos. Por isso, com o fim do uso de substâncias químicas derivadas de combustíveis fósseis nas fórmulas dos produtos, a empresa vai abrir novos caminhos para a redução da pegada de carbono de algumas das maiores marcas de limpeza e lavagem de roupa do mundo. A Unilever espera que só esta iniciativa reduza a pegada de carbono das fórmulas dos produtos em até 20%. Peter ter Kulve, President of Home Care, explica: “Clean Future” (“Futuro Limpo”) é a nossa visão de reestruturação radical do nosso negócio. Como indústria, precisamos de acabar com a



nossa dependência de combustíveis fósseis, inclusive como matéria-prima para os nossos produtos. Devemos parar de bombear carbono do subsolo quando já há bastante na superfície e acima, se conseguirmos aprender a utilizá-lo em larga escala. Nos últimos meses, verificámos uma procura pelos nossos produtos de limpeza sem precedentes e estamos muito or-

gulhosos de fazer a nossa parte, ao ajudar a manter a segurança das pessoas na luta contra o Covid-19. Mas tal não é razão para condescendência. Não podemos perder o foco da crise ambiental que o nosso mundo – a nossa casa – está a enfrentar. Poluição. Destruição dos habitats naturais. A emergência climática. Esta é a casa que partilhamos e temos a responsabilidade de a proteger”.

AUTOMÓVEL

PSA autonomiza Free2Move

A Free2Move, marca de mobilidade do grupo PSA, tornou-se uma entidade autónoma. Com presença já em 170 países, a empresa propõe ofertas à medida e complementares para dar resposta às necessidades de mobilidade: de alguns minutos a um dia inteiro, através do seu serviço de carsharing; de vários dias a um mês com as suas propostas de aluguer de curta duração; e de um mês a vários anos graças ao aluguer mensal sem fidelização e ao aluguer de longa duração.



Startup da Universidade do Porto eletrifica caixas refrigeradas de camiões

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

A Addvolt, uma startup incubada no UPTEC (Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto) em 2014, já instalou cerca de uma centena de unidades elétricas em caixas refrigeradas de camiões. Estas unidades refrigeradoras têm, originalmente, um motor frigorífico alimentado por um gerador a diesel. A solução da Addvolt substitui essa energia por eletricidade fornecida por uma bateria recarregável.

“Temos a nossa solução, através de parceiros locais, já em sete países. A maioria está no centro da Europa e serve de frotas de longo curso, de distribuição urbana e até de última milha. A nossa solução entrou em fase de comercialização em 2018 e, desde então, já pudemos reconverter várias tipologias de frotas, algumas das quais com mais de 20 veículos. Já começa a ser um número razoável. Já ultrapassámos a centena de reconversões”, disse à “Vida Económica” Bruno Azevedo, CEO e co-fundador da Addvolt.

98% das unidades de frio elétricas instaladas pela Addvolt estão fora de Portugal, com o maior mercado a ser, para já, a Alemanha, seguida pela Holanda. “O crescimento tem sido grande, na ordem dos dois dígitos por ano, incluindo durante o período de Covid-19, dado que as cargas refrigeradas continuaram a ser transportadas”.

Projeto global

Bruno Azevedo indica que a Addvolt “nasceu para resolver um problema no mercado de transporte de mercadorias, eliminar as emissões provocadas pelos geradores diesel” através da eletrificação das unidades de refrigeração dos veículos de mercadorias, eliminando diesel e emissões de CO2. “Existem cerca de 4,5 milhões de

veículos no mundo e a Addvolt foi pioneira a nível mundial para eletrificar as caixas refrigeradas e, assim, reduzir as emissões, eliminar o consumo de diesel nessa função, reduzir o ruído e fomentar uma logística mais suave nos centros das cidades”, indica.

A nossa fonte refere que o projeto nasceu em Portugal, mas que foi pensado para “ser global”, dado que a necessidade existe em todo o mundo. “O nosso foco agora é a Europa, onde há uma grande necessidade de eliminar emissões e de eliminar o uso de diesel e, por isso, é um mercado onde esta necessidade é urgente. A notoriedade em Portugal existe na medida em que empresas do setor transportador nos abriram a possibilidade de construirmos a solução em conjunto, inclusive com alguns parceiros portugueses. Foi com base neste desenvolvimento em Portugal que foi possível desenvolver uma solução que responde ao mercado internacional”, explica.

Isso é, de resto, o que justifica o facto de, como já referido, 98% das instalações da Addvolt terem ocorrido fora do nosso país. “Há uma maior urgência no centro e norte da Europa relacionada com a questão das emissões do diesel e do ruído. No entanto, também temos alguns clientes em Portugal a usarem a nossa solução para resolverem este problema, estão já adiantados ao mercado. Esta questão é cada vez mais premente”, considera Bruno Azevedo.

Retorno em “dois a três anos”

“O retorno do investimento numa unidade de frio completamente elétrica é obtido pelos transportadores no prazo de dois a três anos”, de acordo com o engenheiro eletrotécnico de formação. “O retorno do investimento é o indicador que os nossos clientes mais procuram. Olham para o TCO [sigla em inglês para custo total de



Cerca de 98% das unidades de frio elétricas instaladas pela Addvolt estão fora de Portugal.

propriedade] e nós reduzimo-lo porque estamos a eliminar o consumo de diesel e baixar as necessidades de manutenção em cerca de 50%. Além disso, reduzimos as emissões de CO2 e ruído de operação, permitindo que os nossos clientes possam entrar nos centros das cidades durante períodos noturnos. Portanto, corte de diesel, redução de emissões, custos de manutenção a 50% e redução de ruído são as quatro dimensões das nossas vantagens”, explica o entrevistado.

Mais oferta eletrificada

Além desta solução, a startup nacional tem desenvolvido outros produtos ligados à eletrificação. “A Addvolt não está focada apenas no mercado refrigerado, mas em todo o ecossistema, que será cada vez mais livre de combustíveis fósseis. Estrategicamente, entramos noutros mercados de baterias, como o doméstico e residencial ou de cisternas, e, com isso, surgiu outra necessidade, que é o facto

de as nossas soluções, ao fim de 10 ou 12 anos, quando o nosso cliente vende o veículo, poderem ter uma segunda vida. A mobilidade elétrica é essa segunda vida, para completar o ciclo do produto, entrando numa economia circular. Depois de usada num camião refrigerado, a unidade pode servir o mercado da mobilidade elétrica como um power-bank para veículos elétricos”.

O interesse nesta solução de carregadores móveis de elétricos está, além de uma segunda vida para a tecnologia, a criar um mercado de primeira vida para a mesma, segundo Bruno Azevedo. “Temos no mercado baterias em segunda vida, mas também soluções completamente novas para o mercado da mobilidade elétrica, mas também unidades novas para o mercado da mobilidade elétrica e até estacionário, para o setor doméstico e residencial, equipados com energia fotovoltaica e renovável”, indica o executivo. “Estamos a diversificar, sempre numa perspetiva de criar valor para os nossos clientes”.

Produção automóvel lusa caiu 24,4% em julho

A produção automóvel em Portugal registou em julho uma queda de 24,4%. São, ainda, as consequências da pandemia mundial de Covid-19, com julho a representar uma descida maior do que em junho (-20%), mas bastante menor do que a registada em maio (-50,6%).

A Associação Automóvel de Portugal (ACAP) indica que saíram das linhas 20 659 veículos automóveis ligeiros e pesados em julho, contra 27 319 no mês homólogo de 2019. De janeiro a julho, houve um decréscimo de 34,7% em comparação com o período homólogo, correspondendo a 138 009 unidades fabricadas em 2020 (face a 211 391 um ano antes).

Comerciais ligeiros crescem

De regresso aos números de julho, por

segmentos, foram produzidos 14 230 ligeiros de passageiros (-32,1%), 6162 comerciais ligeiros (+4,4%) e 267 veículos pesados (-40,7%).

A Volkswagen Autoeuropa produziu 11 650 viaturas em julho (-37,4%). O volume da maior fábrica nacional representa 71% de toda a produção nacional e 90% de todos os ligeiros de passageiros nos sete primeiros meses do ano. A fábrica em destaque em julho foi, contudo, a PSA de Mangualde, que aumentou a produção, em julho, para 8217 viaturas, mais 6,7% do que no mesmo mês do ano passado.

Em termos de exportações, 97,9% dos veículos fabricados em Portugal de janeiro a julho tiveram como destino o mercado externo. A Europa, indicam os dados da ACAP, mantém-se como o mercado líder nas exportações dos veículos fabricados em



A PSA de Mangualde destacou-se.

território nacional, com 95,6%. Alemanha (22,1%), França (16,9%), Itália (11,5%),

Espanha (também com 11,5%) e Reino Unido (8,5%) estão no topo do ranking.

AUTOMÓVEL

Portugal é o maior fabricante de bicicletas da Europa

Portugal lidera a produção europeia de bicicletas, de acordo com dados do Eurostat. O nosso país produziu 2,7 milhões de unidades em 2019, mais 600 mil do que a Itália, o segundo maior construtor da União Europeia. A entidade que produz dados estatísticos para Bruxelas indica que, no ano passado, a UE produziu mais de 11,4 milhões de bicicletas, o que representa um aumento de 5% em relação ao ano anterior e 10% acima do número produzido em 2014.

Vendas Toyota em Portugal são 63% híbridas

Os veículos eletrificados da Toyota continuam a merecer a preferência dos portugueses e as vendas da marca refletem isso mesmo. De um total de 3013 viaturas ligeiras de passageiros, a Toyota Caetano Portugal registou nos primeiros seis meses deste ano, 1882 viaturas (ou 63% do total) com a tecnologia híbrida. Neste período, as vendas do Corolla ultrapassaram o crossover C-HR que liderou o caminho em 2019. O Corolla (nas carroçarias Hatchback e Touring Sports) foi o modelo híbrido mais vendido da marca com cerca de 93% dos clientes Corolla.

AO VOLANTE – HYUNDAI TUCSON 1.6 GDI

Qualidade pede mais “pulmão”

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

O Hyundai Tucson é um dos modelos que contribuíram para o crescimento de importância da marca sul-coreana na Europa. A terceira geração do modelo (a segunda foi comercializada em Portugal com a designação ix35) foi lançada em 2015 e foi alvo de melhorias no fim de 2018. A nível de design exterior, o modelo teve faróis e luzes de circulação diurna redesenhados, juntamente com a grelha dianteira em cascata. Esta frente renovada, que re-

flete a identidade da família Hyundai tem um visual mais arrojado. Os motores foram aperfeiçoados, mas manteve-se a oferta, o 1.6 GDi de 132 cv a gasolina (caixa manual) e o 1.6 CRDi de 116 ou 136 cv a diesel (caixa manual ou automática). Tivemos a oportunidade de conduzir a variante a gasolina. No interior, destaca-se o cuidado na montagem, mas este não está, ainda assim, tão moderno como outros produtos da marca. Não obstante, o renovado Tucson já conta com várias ofertas de conectividade, tais como o Apple CarPlay ou o An-



O renovado Tucson já conta com várias ofertas de conectividade.



O modelo foi atualizado em termos de design.

droid Auto. Destaca-se o ecrã de infotainment de sete polegadas. Bom “pisar”

Uma vez em andamento, o “pisar” do Hyundai Tucson é muito bom e o comportamento em curva disfarça quase na perfeição a elevada altura típica dos SUV. O motor 1.6 GDi tem, no entanto, alguma falta de “pulmão” e obriga o condutor a recorrer demasiadas vezes à caixa para o que um modelo confortável e com visual e espaço estradista (passageiros e carga, com

513 litros na bagageira, são bem-vindos) pede. Quanto a consumos, a marca anuncia 8,1 l/100 km, que conseguimos cumprir nos nossos percursos. Para quem pretender mais força, talvez a hipótese diesel (mesmo a de 116 cv) possa ser melhor opção, dado que o binário típico do gasóleo oferece, por norma, mais agilidade. A vantagem da gasolina é o preço, já o Hyundai Tucson 1.6 GDi tem PVP em Portugal entre 28 006 e 32 032 euros. Já a oferta diesel começa nos 31 706 euros com 116 cv e nos 35 256 com 136 cv.

Pneus devem ter especial atenção em ano de menor circulação

Os automóveis têm impacto com a pandemia de Covid-19, na medida em que circulam menos, mesmo que já sem as restrições do estado de emergência. Um dos componentes em que esse impacto é maior são os pneus. Importa, por isso, ter alguns cuidados, sendo que esses ensinamentos servem para agora e para todos os períodos de tempo em que não queremos ou podemos circular com o automóvel. Quando um veículo está parado na mesma posição durante um longo período, a ovalização é o maior risco, segundo nos indicou fonte do grupo Bridgestone. Isto porque os pneus vão ficar assentes no chão sempre na mesma parte do piso, podendo criar um ovalização sentida mais tarde como uma espécie de vibração. A fonte da empresa refere, por isso, que o ideal para evitar uma ovalização ou outro tipo de deformação é insuflar os pneus com a pressão indicada para uma viagem com carga, ou seja, com mais ar. Os pneus são porosos e, mesmo quando são utilizados no dia a dia, vão perdendo ar progressivamente e nunca na mesma proporção. No caso de estarem parados algum tempo,

a situação tende a piorar e, por isso, se for colocada pressão mais elevada, será uma forma de evitar que os mesmos fiquem deformados. Arcas na garagem podem ser problema

Outra situação que é importante ter em conta com os pneus e que não tem a ver com a pandemia, mas que importa realçar é, quando as viaturas estão guardadas numa garagem, a eventual existência de arcas frigoríficas ou outras máquinas com motores elétricos. É que o gás libertado por esses motores vai atuar sobre as borrachas dos pneus e frisos das portas e janelas. Este cenário verifica-se por norma nos pneus quando estes ficam ressequidos na parede lateral. Por este facto, nas viaturas que estejam muito tempo paradas em garagens a deterioração da borracha dos pneus vai ser mais acelerada e isto é algo a ter em consideração em fases de confinamento ou de menor circulação dos veículos. Nestes cenários não há muito a fazer,



A ovalização é um dos riscos para carros parados.

mas é importante as pessoas saberem que qualquer veículo guardado numa garagem para estar protegido das condições climáticas se estiver próximo de um motor elétrico em funcionamento durante algum tempo vai também ter problemas de envelhecimento das borrachas, em que, claro está, se incluem os pneus.

FISCALIDADE

NA PERSPETIVA DO EX-SEAF, ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA

Governo poderia ir mais longe na proposta de lei referente aos litígios tributários

Foi aprovada pela Assembleia da República (na generalidade), a Proposta de Lei nº 43/XIV/1ª, que propõe a alterar diversas disposições no âmbito da justiça tributária, com vista ao reforço das garantias dos contribuintes, à simplificação do sistema fiscal, e à redução dos litígios tributários. Ainda que estas medidas sejam positivas, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Fernandes Ferreira, defende que o legislador poderia ter ido mais longe em vários aspetos, como é o caso do regime de prescrição das dívidas tributárias.

“A semelhança de outras medidas tomadas pelo atual Governo, como, por exemplo, a criação de uma nova Direção de Serviços de Apoio e Defesa do Contribuinte, a proposta de lei agora aprovada surge na sequência do relatório apresentado em 2019 pelo Grupo de Trabalho para a Prevenção e Composição Amigável de Litígios entre o contribuinte e a Autoridade Tributária. Ainda que a maioria das medidas propostas no sentido do reforço das garan-

tias dos contribuintes sejam de louvar, o legislador poderia ir mais longe em vários aspetos”, adianta o antigo governante. Na sua opinião, o legislador poderia aproveitar esta oportunidade para encetar uma revisão bastante mais profunda do regime da prescrição das dívidas tributárias, nomeadamente dos

É aconselhável uma revisão profunda do regime de prescrição das dívidas tributárias

factos interruptivos e suspensivos, possibilitando, com prazos mais alargados, a efetiva prescrição das obrigações tributárias nas circunstâncias que efetivamente se justifiquem, “promovendo, desta forma, uma maior certeza e segurança nas situações tributárias”.

Transpostas diretivas de IVA relativas ao comércio eletrónico

Foi publicada a lei que transpõe duas diretivas relativas ao regime de IVA nas transações intracomunitárias e legislação complementar no âmbito do tratamento do comércio eletrónico. Esta alteração entra em vigor a 1 de janeiro de 2021. Foi ainda publicada a lei que altera o regime daquele imposto no que respeita ao Código dos Impostos Especiais de Consumo. As alterações introduzidas pela presente lei produzem efeitos desde 1 de janeiro de 2020.

AGENDA FISCAL

SETEMBRO

Até ao dia 10

- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**
- Entrega da Declaração Mensal de Remunerações pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

Até ao dia 12

- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- Periodicidade Mensal – Entrega via Internet da declaração periódica relativa às operações realizadas no mês de Julho. Nota: Através do Despacho 330/2020-XXII, de 13 de agosto, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou que, sem quaisquer acréscimos ou penalidades, as declarações periódicas de IVA referentes ao período de julho do regime mensal possam ser submetidas até 20 de setembro e a entrega do imposto exigível possa ser efetuada até dia 25 de setembro.

Até ao dia 15

- **IVA – IRS - IRC**
Comunicação das faturas - Comunicação dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.
- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- Pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado, correspondente ao imposto apurado na declaração respeitante a junho, pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade mensal do regime normal. Nota: Através do Despacho 330/2020-XXII, de 13 de agosto, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou que, sem quaisquer acréscimos ou penalidades, as declarações periódicas de IVA referentes ao período de julho do regime mensal possam ser submetidas até 20 de setembro e a entrega do imposto exigível possa ser efetuada até dia 25 de setembro.

- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**
- Entrega da Declaração Modelo 11 - pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial, das relações dos atos praticados no mês anterior, suscetíveis de produzir rendimentos.

- **IES/DA - Informação Empresarial Simplificada / Declaração Anual**
Envio por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos a ela obrigados, cujo período de tributação seja coincidente com o ano civil, com os correspondentes anexos.

DUPLA TRIBUTAÇÃO Modelos para aplicação das convenções

Foi publicado no dia 31 de agosto o Despacho n.º 8363/202 do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, que aprova os modelos de formulários para comprovação dos pressupostos de que depende a aplicação das convenções sobre a dupla tributação internacional, destinados a solicitar a dispensa total ou parcial de retenção na fonte ou o reembolso total ou parcial de imposto que tenha sido retido na fonte, que se reproduzem em anexo (mod. 21-RFI a mod. 24-RFI). Estes novos formulários substituem os anteriormente aprovados pelo Despacho n.º 4743- A/2008, de 8 de fevereiro. A publicação destes novos formulários é justificada pela alterações introduzidas às redações dos n.ºs 2 e 7 do artigo 101.º-C do Código do IRS e à alínea a) do n.º 2 e n.º 7 do artigo 98.º do Código do IRC, pela Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, em matéria do procedimento de prova da residência para efeitos de aplicação de dispensa de retenção na fonte e reembolso de imposto português relativo a rendimentos auferidos por não residentes nos Códigos do IRS e do IRC.

Prática Fiscal

Compras intracomunitárias de produtos

Se a empresa portuguesa pagar o IVA ao fornecedor, pode obter sempre o seu reembolso através do pedido de reembolso junto da Administração Fiscal do país em causa?

O Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto, aprovou o regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso, que transpôs para o direito interno a Diretiva n.º 2008/9/CE, do Conselho, de 12 de fevereiro. Os sujeitos passivos que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional, e que pretendam obter o reembolso do imposto suportado em operações tributáveis efetuadas noutro Estado-membro da Comunidade, devem apresentar junto da Autoridade Tributária Portuguesa, por via eletrónica, o correspondente pedido, nos prazos referidos no n.º 8 do referido Decreto-Lei (no limite, será até 30 de setembro do ano civil seguinte àquele em que o imposto se tornou exigível) e nos termos das condições fixadas no Estado membro ao qual é solicitado o reembolso. Este pedido de reembolso apenas poderá ser efetuado se a empresa portuguesa não tiver de efetuar registo em sede de IVA nesses países, caso contrário a liquidação e dedução ocorreriam no país em causa como sucede em Portugal com as operações internas. Alguns países da UE não preveem a possibilidade de reembolso para

certas categorias de despesas como por exemplo, restauração, espetáculos, automóveis, combustíveis, etc., pelo que é sempre necessário verificar quais as despesas não elegíveis para reembolso em cada um dos países. A Autoridade Tributária procede à remessa do pedido para o Estado membro de reembolso, acompanhado das demais informações que considere úteis, no prazo de 15 dias após a sua receção, depois de verificada a validade do número de identificação fiscal do requerente e a sua qualidade de sujeito passivo enquadrado no regime normal de tributação. De referir que o pedido para o Estado-membro do reembolso não tem seguimento caso o requerente, durante o período a que respeita o reembolso, se encontre numa das seguintes situações: a) Não seja um sujeito passivo para efeitos do IVA; b) Esteja abrangido pelo regime de isenção previsto no artigo 9.º do Código do IVA; c) Esteja abrangido pelo regime especial de isenção previsto no artigo 53.º ou pelo regime especial dos pequenos retalhistas previsto no artigo 60.º do Código do IVA. Em termos de impacto no IRC da empresa requerente, a Circular 14/2008, de 11 de julho, esclarece que, sempre que não seja exercido o direito ao reembolso do IVA, o montante do IVA contabilizado como custo não é dedutível para efeitos de determinação do lucro tributável.

Se as despesas forem suportadas em países terceiros (países fora da UE) no artigo 18.º do referido Decreto-Lei n.º 186/2009, está previsto o regime de reembolso aplicável a sujeitos passivos estabelecidos fora da Comunidade. Resumidamente, tratando-se de país terceiro o pedido de reembolso do imposto, só poderá ser solicitado diretamente junto da Autoridade Fiscal do país onde foi efetuada a despesa, embora esse reembolso só seja concedido caso haja reciprocidade de tratamento em relação a Portugal. São exemplos de tratamento recíproco a Suíça, Noruega e Estados Unidos. Respondendo diretamente à questão: nem sempre é possível o reembolso do IVA, já que alguns países impõem restrições ao tipo de despesa efetuada. Por outro lado, tratando-se de reembolso de IVA a outro Estado-membro, o pedido não é efetuado diretamente à Administração Fiscal do país em causa, mas sim à Autoridade Tributária do requerente através do portal da AT. O procedimento de reembolso diretamente à Administração Fiscal do outro país está reservada para países terceiros e obedece a um carácter de reciprocidade de tratamento.



UE realiza inquérito sobre automação nos serviços de contabilidade

A União Europeia está a levar a efeito um estudo sobre as tendências e fatores da automatização digital nos serviços profissionais, nomeadamente em quatro setores (engenharia, arquitetura, serviços jurídicos e contabilidade) em 12 Estados-membros da UE, entre os quais Portugal. O estudo fornecerá uma perspetiva estratégica e uma avaliação dos desafios e oportunidades que se apresentam aos serviços profissionais europeus. O inquérito pode ser encontrado na página da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). O prazo termina na próxima segunda-feira.

Alargado prazo de entrega das declarações periódicas de IVA

As declarações periódicas de IVA referentes ao período de julho do regime mensal viram o seu prazo de entrega alargado, podendo agora ser submetidas até 20 de setembro. Esta prorrogação do prazo está contida num despacho do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. O referido documento determina ainda que a entrega do imposto exigível que resulte das declarações periódicas possa ser efetuada até ao próximo dia 25 de setembro. O Governo justifica este alargamento do prazo com a necessidade de fazer face aos problemas criados pela pandemia Covid-19.



BERNARDO CORREIA
consultor da Ordem dos
Contabilistas Certificados
comunicacao@occ.pt

Incentivo à normalização versus apoio à retoma: qual o mais indicado?

Salvo para algumas entidades empregadoras, como, por exemplo, as que ainda não puderam retomar a atividade por imposição legal, o período de aplicação da Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho (“lay-off” simplificado) terminou no passado dia 31 de julho, dando lugar a uma nova era de apoios às entidades empregadoras (empresas e trabalhadores independentes/empresários em nome individual), que irá decorrer até ao dia 31 de dezembro de 2020. Esta nova era é composta por dois apoios: o “Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial” (doravante incentivo à normalização), que deverá ser pedido ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.) e o “Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho” (doravante apoio à retoma), que deverá ser pedido à Segurança Social. Como os próprios nomes indiciam, apesar de ficar ao critério de cada entidade empregadora escolher o que quer, cada apoio foi concebido com a sua finalidade específica e visando auxiliar realidades empresariais distintas, sendo o incentivo à normalização mais direcionado para as entidades que já iniciaram a recuperação da sua atividade após a crise empresarial e o apoio à retoma mais direcionado para as entidades que ainda se encontram em crise. Neste sentido, o grande objetivo deste artigo é mitigar alguns dos aspetos mais relevantes destes dois apoios, os prós e os contras de cada um, contribuindo, assim, não só para a análise e aconselhamento dos contabilistas certificados aos seus clientes, mas também para a elucidação dos empresários relativamente a uma das decisões mais importantes que terão de tomar na segunda metade de 2020. Uma das grandes diferenças entre ambos os apoios é, desde logo, os requisitos de acesso. Para se poder solicitar o incentivo à normalização, basta que uma entidade tenha estado abrangida, durante pelo menos um mês e com pelo menos um trabalhador, pelo “lay-off” simplificado ou pelo plano extraordinário de formação do IEFP. Por outro lado, para solicitar o apoio à retoma, é preciso que uma entidade empregadora se

encontre, atualmente, em situação de crise empresarial. Contudo, chama-se a atenção que, ao contrário do sucedido no “lay-off” simplificado, para efeitos do apoio à retoma, apenas existe uma única situação de crise empresarial: caso uma entidade registre uma quebra na faturação, no mês civil imediatamente anterior, de, pelo menos, 40%, quando comparada: 1) com os dois meses civis imediatamente anteriores; ou 2) com o mesmo mês civil imediatamente anterior, mas de 2019. Na concessão do apoio à retoma está ainda prevista a possibilidade de interpolação nos meses de aplicação, ou seja, não é obrigatório que a situação de crise empresarial seja contínua. As entidades que se encontrem em situação de crise empresarial e que decidam solicitar o apoio à retoma terão, ainda, de cumprir as limitações impostas à redução do período normal de trabalho (PNT), tendo esta redução de ser comunicada por escrito aos trabalhadores. Neste sentido: 1) Caso a quebra de faturação seja igual ou superior a 40%: o PNT apenas poderá ser reduzido até a um máximo de 50% nos meses de agosto e setembro, sendo este limite reduzido para 40% nos meses de outubro, novembro e dezembro; e 2) Caso a quebra de faturação seja igual ou superior a 60%: o PNT apenas poderá ser reduzido até a um máximo de 70% nos meses de agosto e setembro, sendo este limite reduzido para 60% nos meses de outubro, novembro e dezembro. No caso do incentivo à normalização, o empregador poderá escolher entre receber o valor de uma Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), pago de imediato, ou o valor de duas RMMG, pago faseadamente ao longo de seis meses. Para apurar o valor financeiro total, terá de ser efetuada uma multiplicação do valor escolhido (uma ou duas RMMG) pela média mensal de trabalhadores que esteve em “lay-off” simplificado. Contudo, salienta-se que será efetuada uma redução proporcional ao valor de uma RMMG ou de duas RMMG, caso o período de aplicação do “lay-off” simplificado tenha sido inferior a 30 dias ou 3 meses, respetivamente. Por exemplo: caso um empregador opte pelas duas RMMG, mas o seu período de aplicação do “lay-off” simplificado tiver sido de apenas dois meses, o valor do apoio será

reduzido proporcionalmente. Por outro lado, se optar pelas duas RMMG, mas o seu período de aplicação do “lay-off” simplificado tiver sido quatro meses, não sofrerá qualquer redução. Já no tocante ao apoio à retoma, terá o empregador direito a receber o valor de 70% de dois terços (66,67%) das horas não trabalhadas nos meses de agosto e setembro e 70% de quatro quintos (80%) das horas não trabalhadas nos meses de outubro, novembro e dezembro, em consequência da redução do PNT, ficando os outros 30% a seu cargo. O somatório do valor das horas trabalhadas em conjunto com a compensação retributiva não pode ser inferior a 635 euros. Caso se verifique uma quebra de faturação igual ou superior a 75%, o empregador terá ainda acesso a um apoio adicional correspondente a 35% das horas trabalhadas. O incentivo à normalização prevê uma dispensa parcial de 50% das contribuições a cargo da entidade patronal, em relação aos trabalhadores incluídos no último mês de aplicação do lay-off simplificado ou do plano extraordinário de formação (se o último mês tiver sido julho, terão de se ter em conta os trabalhadores abrangidos no mês de junho). Contudo, esta dispensa parcial aplicar-se-á apenas no caso de a entidade empregadora ter optado pelas duas RMMG e, no máximo, até aos três primeiros meses de aplicação do incentivo, consoante o número de meses de aplicação dos apoios referidos no parágrafo anterior. Por exemplo: caso uma entidade empregadora opte pelas duas RMMG e tiver aplicado o “lay-off” simplificado apenas durante dois meses, a dispensa parcial de 50% das contribuições será aplicável apenas durante os primeiros dois meses em que vigorar o incentivo à normalização. Por outro lado, caso o período de aplicação do “lay-off” simplificado tiver sido de três meses, a dispensa parcial aplicar-se-á aos primeiros três meses, sendo este o limite máximo. Apesar de ser um entendimento que carece de confirmação por parte das entidades competentes, na Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) defende-se que, uma vez que o período de produção de efeitos cessa a 31 de dezembro de 2020, apenas se poderá beneficiar da dispensa parcial das contribuições até às referentes a esse mês.

Caso exista criação líquida de emprego nos três meses subsequentes ao fim do período de aplicação do incentivo à normalização, através da celebração de contratos de trabalho sem termo, está ainda prevista, durante dois meses, uma isenção total das contribuições que sejam devidas em resultado da admissão dos novos trabalhadores. No tocante ao apoio à retoma, a isenção ou dispensa parcial das contribuições devidas relativamente aos meses e aos trabalhadores abrangidos por este apoio e apenas na parte correspondente à compensação retributiva, opera da seguinte forma: Durante os meses de agosto e setembro: isenção total no caso das micro, pequenas e médias empresas; dispensa parcial de 50% se for uma grande empresa; Durante os meses de outubro, novembro e dezembro: apenas está prevista uma dispensa parcial de 50% para as micro, pequenas e médias empresas. Para efeitos deste apoio, no apuramento da categoria da entidade (micro, pequena, média ou grande empresa), não se deverão ter em conta quaisquer noções contabilísticas, mas apenas o número de trabalhadores. Neste sentido: menos de 10 trabalhadores – microempresa; entre 10 e 49 trabalhadores – pequena empresa; entre 50 e 249 – média empresa; e 250 ou mais – grande empresa. Um dos aspetos mais relevantes sobre estes apoios, e, por isso, dos mais questionados à OCC, é a cumulação e sequencialidade do incentivo à normalização e do apoio à retoma. Quanto à cumulação, parece claro que nenhuma entidade poderá usufruir do incentivo à normalização e do apoio à retoma simultaneamente. No tocante à sequencialidade, resulta claramente da lei que, caso uma entidade empregadora solicite o incentivo à normalização, já não terá qualquer possibilidade de solicitar o apoio à retoma, sem prejuízo da possibilidade de efetuar a devolução do montante já recebido. Todavia, parece não existir qualquer impedimento em uma entidade empregadora solicitar, em primeiro lugar, o apoio à retoma e, posteriormente, já superada a situação de crise, solicitar o incentivo à normalização. Este entendimento carece, contudo, de confirmação.

CONTAS & IMPOSTOS

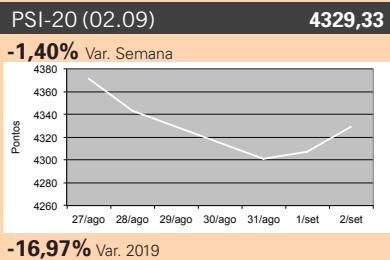
Imposto do selo em situação de herança

O valor tributável das participações sociais, quotas ou ações seguem as regras do artigo 15.º, exceto se sociedades de transparência fiscal onde o valor é calculado de acordo com o artigo 17.º, ambos do Código do Imposto do Selo.

Determinado sujeito passivo herdou do tio, por testamento, uma herança com participações sociais (quotas/ações) referentes a um grupo de sete empresas. O herdeiro está a ponderar se aceita ou renuncia à herança. Contudo, necessita de saber qual o valor e como se calcula o imposto do selo a pagar à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

O imposto do selo inclui as transmissões gratuitas – n.º 1 do artigo 1.º – e, para efeitos da verba 1.2., são consideradas transmissões gratuitas as que tenham por objeto participações sociais – alínea c), do n.º 3 do artigo 1.º – do Código do Imposto do Selo. Consideramos as quotas e ações sujeitos a registo, matrícula ou inscrição em território nacional (a) e b) do n.º 4 do artigo 4.º do Código do Imposto do Selo). O valor tributável das participações sociais, quotas ou ações seguem as regras do artigo 15.º, exceto se sociedades de transparência fiscal, em que o valor é calculado de acordo com o artigo 17.º do Código do Imposto do Selo. Excecionalmente, podem estar sujeitas às regras da avaliação indireta, conforme artigo 18.º do Código do Imposto do Selo. O valor tributável assim calculado será tributado à taxa de 10 por cento, da verba 1.2 da Tabela Geral do Imposto do Selo.

MERCADOS



Dow Jones 2/set.....	28842,3
Var Sem	1,80%
Var 2018	1,06%
Nasdaq 2/set.....	11881,19
Var Sem	1,85%
Var 2018	32,42%
IBEX 35 2/set.....	6996,90
Var Sem	-1,77%
Var 2018	-26,73%

DAX 2/set	13243,43
Var Sem	0,40%
Var 2018	-0,04%
CAC40 2/set	5031,74
Var Sem	-0,33%
Var 2018	-15,83%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

PORTUGUÊS ALEXANDRE RAMOS COORDENA INVESTIMENTO EM CLOUD

Liberty quer ser “verdadeira seguradora digital”

A Liberty lançou nas suas operações na Europa – em Portugal, Espanha e Irlanda – um novo modelo de operação de companhia de seguros baseado num ecossistema digital na cloud pública, um novo conceito de tecnologia disruptiva onde todo o processo relacionado com a comercialização e gestão de seguros será executado de forma simplificada. O investimento de 100 milhões de euros, a implementar no prazo de três anos, pretende transformar a operação europeia da Liberty numa “verdadeira seguradora digital”, de acordo com o português Alexandre Ramos, membro da equipa executiva e WEM technology leader da Liberty Seguros, que está a liderar o processo.

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

Vida Económica – A Liberty anunciou um investimento de 100 milhões de euros para criar um sistema baseado na cloud em Portugal, Espanha e Irlanda. O que esteve na base do investimento?

Alexandre Ramos – Este é o maior investimento da empresa nos últimos anos. Queremos torná-la uma verdadeira seguradora digital – com as capacidades de inovação de uma insurtech, mas com o know-how de uma empresa com mais de 100 anos de história e conhecimento no setor de seguros. O novo modelo de negócios que estamos a implementar, com base na criação do nosso próprio ecossistema tecnológico na nuvem pública, está e vai dar-nos maior agilidade no design de novas coberturas de riscos, para que possamos oferecer mais tempo de análise das necessidades de cada cliente. O ecossistema permite-nos modelar os nossos serviços por mercado, sem limitações de idioma, moeda, geografia ou contexto específico de cada um. Além disso, passámos de processos de criação de produtos ou políticas que podem levar até um ano a serem implementados, para um modelo de criação de coberturas modulares personalizáveis, que podem ser disponibilizadas ao cliente em apenas 48 horas. Estamos a caminhar para um modelo de negócios insurtech, com a vantagem competitiva de sermos uma empresa com estrutura, marca e recursos típicos de uma multinacional.

VE – Quais as vantagens em termos operacionais para a Liberty e os seus agentes?

AR – Esta transformação permite-nos alterar a forma como trabalhamos, sermos



Alexandre Ramos está a liderar o projeto internacional da Liberty.

mais ágeis, correremos mais riscos, sermos corajosos, satisfazermos as necessidades dos nossos clientes e permanecermos competitivos no futuro. Tudo isto enquanto criamos um ambiente de trabalho mais dinâmico para todos. Esta revolução implica uma adaptação de todos no curto e médio prazo, mas, a longo prazo, veremos como o nosso trabalho se transforma na sua versão mais eficiente, obtendo mais tempo e recursos para nos dedicarmos a darmos o melhor de nós aos nossos parceiros estratégicos e subsequentemente aos nossos clientes. Por exemplo, novos produtos que podiam levar até um ano a serem implementados, para um modelo de criação de coberturas modulares personalizáveis, vão poder ser disponibilizadas ao cliente em apenas 48 horas. Assim que se atinja a maturidade de capacidades e linhas de negócio, bem como serviço a clientes e agentes, o crescimento estimado será sempre de dois dígitos.

VE – E para os clientes?

AR – Desenvolvemos a tecnologia de nuvem centrada no cliente, ou seja, colocamo-los no centro. A nossa estratégia é priorizar o relacionamento com as pessoas e potenciar a sua experiência com a marca. Com este ecossistema, os clientes passam a ter uma oferta totalmente personalizável, ajustada às suas necessidades. Todas as coberturas dos nossos produtos passam a ser opcionais. Por isso, os clientes vão poder construir um seguro à sua medida, escolhendo aquilo que desejam incluir na sua proteção. Além disso, com este projeto passamos a ser mais ágeis em dar resposta ao cliente e aos nossos parceiros de negócio e mediadores. Estamos mais perto deles do que nunca.

VE – Quando estará concluído o desenvolvimento da solução?

AR – Temos um processo que já decorre e que nos levará mais três anos pela frente para incluir todos os negócios da Liberty Europa – Portugal, Espanha e Irlanda

– no novo modelo de operação da Liberty, que consiste num ecossistema digital baseado na cloud pública. Na Irlanda, os nossos novos negócios de automóveis diretos já estão a ser geridos a partir deste sistema. Em Espanha, prevemos dentro de três meses ter concretizada a integração do novo negócio de venda direta neste sistema. Em Portugal, iremos implementar o mesmo conceito “digital first” para clientes e parceiros, que permitirá potenciar produtos modulares melhorados, totalmente personalizáveis aos clientes e com vista à simplificação. Trata-se de um processo no qual temos vindo a trabalhar ao longo dos últimos 18 meses. É um conceito tecnológico totalmente disruptivo no setor, com o qual todos os processos relacionados com a comercialização e gestão de seguros serão executados de forma simplificada.

VE – Como é que Portugal compara com outros mercados da Liberty em termos de adaptação tecnológica?

AR – A Liberty Europa (Portugal, Espanha e Irlanda) foi pioneira no grupo Liberty Mutual na construção deste ecossistema de negócios digitais na nuvem pública. Na Europa, operamos sob o que chamamos de “multi country model”, que é uma operação que gere vários mercados em vários países e idiomas, com uma única estrutura operacional. Tudo o que funciona aqui pode funcionar em qualquer lugar do mundo. Portanto, quando formos bem-sucedidos, este modelo poderá ser replicado noutras operações da Liberty, de acordo com o contexto e as necessidades propostas por cada um desses mercados. Analisando exclusivamente Portugal, é um país com enorme potencial de desenvolvimento tecnológico. Aliás, a transição digital não só é uma imposição da Comissão Europeia como uma aposta do Governo português. Assim, acreditamos que a criação deste ecossistema será um enorme contributo para essa transição, a nível de país e a nível de setor.

“Passámos de processos de criação de produtos ou políticas que podem levar até um ano a serem implementados para um modelo de criação de coberturas modulares personalizáveis”

VE – E o mercado segurador com outros setores?

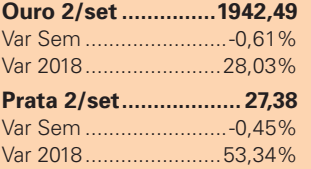
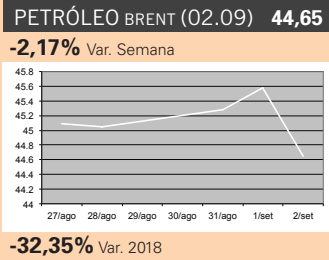
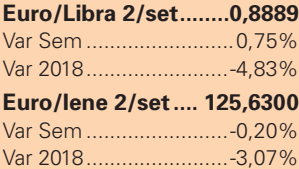
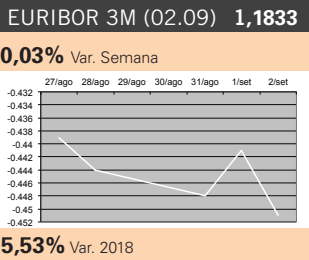
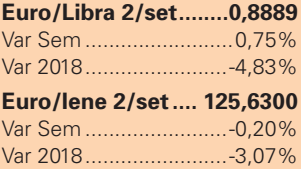
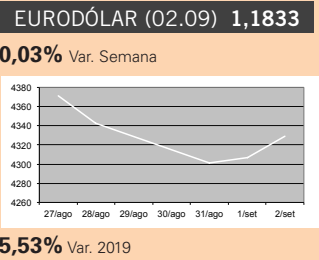
AR – O mercado segurador, tal como outras indústrias, tem evoluído digitalmente nos últimos anos, sobretudo para responder às necessidades cada vez mais exigentes de clientes mais informados, num ambiente omnicanal, para que possamos comunicar – seguradora, mediadores e clientes – de forma cada vez mais simples, rápida e eficaz. No caso da Liberty, estamos a aproveitar a transformação digital para reforçar o posicionamento como uma empresa inovadora, revolucionária e pioneira na forma como oferecemos seguros e respondemos às tendências. Queremos estar entre as dez maiores companhias de seguros da Europa e isso faz-nos “pisar o acelerador” e inovar até chegarmos onde o cliente precisa de nós, onde quer que esteja e seja a partir de qualquer canal.

VE – O Alexandre Ramos está a liderar o projeto internacional da Liberty. É um orgulho para si?

AR – Sem dúvida. Faço parte de uma grande equipa que está a criar algo totalmente disruptivo e ambicioso dentro do setor, o que é uma verdadeira motivação. Esta transformação é gerida por um vasto grupo de pessoas, global, regional e local, onde eu participo. Não posso deixar de destacar a atitude resiliente de toda a equipa, que se está a adaptar a uma grande mudança, num ambiente de trabalho colaborativo e num contexto de grande instabilidade devido à pandemia. Além disso, o facto de a transformação ser efetuada de forma ágil e com uma mentalidade orientada para o produto permite-nos ter uma mentalidade iterativa e progressiva.

VE – Portugal está, portanto, bem posicionado em termos de recursos humanos ligados às TIC?

AR – Absolutamente e, por isso, tem os observado, nos últimos anos, a vinda de gigantes tecnológicos para o nosso país. No caso da Liberty Europa, temos grande parte da equipa de “analytics” e tecnologia em Portugal. Além disso, temos estado a recrutar no país, pois é um mercado muito forte em talento ligado às TIC, acrescido ao facto de praticamente todas as pessoas falarem várias línguas, o que para uma empresa que trabalha em três línguas (português, espanhol e inglês) é uma enorme vantagem.



COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

ESTUDO DA MERCER INDICA

Planos de pensões europeus estão a incorporar alterações climáticas nos investimentos

Os planos de pensões europeus estão a incorporar cada vez mais as alterações climáticas nos investimentos, de acordo com o mais recente estudo da Mercer “European Asset allocation insights”. Esta análise indica que 54% dos investidores institucionais europeus estão a considerar o impacto das alterações climáticas nas suas decisões de investimento, acima dos 14% registados em 2019.

A Mercer tem estado em contacto com os seus clientes acerca deste assunto, no seguimento do lançamento do relatório “Investing in a time of Climate Change”, e espera ver ao longo do próximo ano mais fundos a ter em consideração os potenciais impactos das alterações climáticas.

O relatório da Mercer revelou que a esmagadora maioria (89%) dos fundos têm agora em consideração os riscos ESG na tomada

de decisão de investimento, frente aos 55% em 2019. Enquanto a regulamentação continua a ser a principal razão das preocupações com os riscos ESG (85%), o mesmo estudo revela que grande parte (51%, acima dos 29% em 2019) é influenciada pelos benefícios percecionados no que se refere ao risco e ao retorno dos seus investimentos. Por outro lado, 40% referem que o faz para mitigar potenciais danos de reputação e 30% demonstram querer alinhar as métricas de risco ESG com as estratégias de responsabilidade corporativa já existentes.

“É muito interessante ver que a perceção dos riscos ESG por parte dos investidores institucionais está a aumentar, incluindo o potencial impacto das alterações climáticas. Há muito que temos a visão de que estes elementos não devem ser colocados em segundo



A análise indica que 54% dos investidores estão a considerar o impacto das alterações climáticas nas decisões de investimento.

plano. Devem, sim, fazer parte ativa das decisões de estratégia de investimento. Para que isto seja relevante a longo prazo, os investidores devem ter a perceção do valor para as suas carteiras”, indica Rui Guerra, partner da Mer-

cer. “Esta tomada de consciência vai aumentando à medida que mais fundos e empresas começam a perceber como os riscos ESG podem impactar diretamente o retorno dos seus investimentos e como são percecionados pela

opinião pública”, acrescenta o mesmo responsável.

Portugal reforça classes obrigacionistas

A 18ª edição do estudo Mercer, “European Asset allocation insights”, inquiriu 927 clientes investidores institucionais em 12 países, refletindo um total de ativos de cerca de 1,1 trilião de euros. O estudo anual da Mercer indica que, em Portugal, continua a verificar-se um reforço das classes obrigacionistas, mais protetoras das responsabilidades no caso dos planos de benefício definido, mas, ao mesmo tempo, uma maior diversificação das carteiras através de exposições mais globais (e não concentradas na Europa) e considerando um conjunto de classes de ativos mais alargada (como, por exemplo, high yield, emerging markets e alternativos).



HENRIQUE TOMÉ
Analista XTB

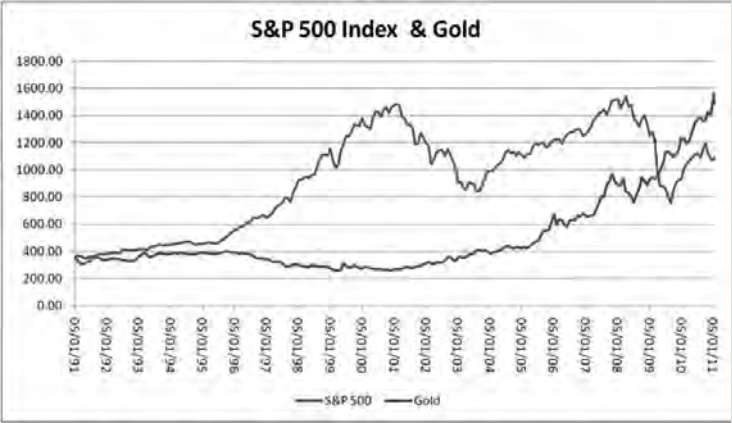
Diversificar bem é o mais importante a fazer nesta altura do mercado

Diversificar bem é um dos fatores mais importantes que os investidores precisam de fazer para investir bem. Vivemos numa altura atípica e sensível para o mercado, onde temos estado a observar as reações do mercado de forma irracional no pós-pandemia, a ignorar por completo os dados referentes ao impacto que o vírus tem tido na economia e o crescente número de novos casos de infetados em Portugal e pelo resto do mundo.

O mercado tem seguido uma tendência de alta e tem demonstrado o otimismo dos investidores, que, independentemente das circunstâncias atuais e enquanto investidores devemos, aproveitar essa tendência. Um dos princípios mais recorrente é: **saber como lidar bem com a imprevisibilidade, pois é muito mais importante do que qualquer coisa que já se conhece.**

Associado a isso está outro princípio fundamental que também adoto a nível de investimento e que se trata de: **diversificar bem é a coisa mais importante que um investidor precisa fazer para saber investir bem.**

Existem apenas dois tipos de investidores que perdem dinheiro: àqueles que não sabem nada e aqueles que sabem tudo. É difícil ganhar dinheiro nos mercados financeiros, muitas vezes as probabilidades de capitalizar os ganhos acabam por ser iguais ou semelhantes àquelas que são atribuídas às apostas desportivas, mas por causa da falta de conhecimento e consciência quando se começa a investir. A diversificação do risco acaba por ser o melhor aliado do investidor, pode melhorar a relação retorno-risco esperada em cada investimento que faz. Isso porque, embora se invista num determinado ativo que à partida já se tem a expectativa de que vai valorizar, nunca tem essa garantia e se conseguir arranjar vários ativos (construção de um portfólio diversificado) acaba por conseguir misturar uma série de ativos mas de forma adequada, sustentável, e acaba por conseguir reduzir o risco de exposição. Saber diversificar é uma questão de saber como reduzir o risco esperado, mas também conseguir reduzir do retorno esperado (ou seja, melhorar a relação retorno-risco).



Períodos de elevada volatilidade e movimento demasiados extremos nos mercados e/ou economias são amplamente suscetíveis a grandes correções, pois, quando isso acontece, o mercado tem sempre tendência em corrigir parte dos movimentos, pelo menos. Curiosamente, são estes os tempos que estamos a viver no mercado, onde este acaba por estar extremamente alavancado e é nesta altura que saber como diversificar é fundamental para evitar ficarmos demasiado expostos ao mercado. Temos assistido a grandes empresas a valorizarem +300%

desde a pandemia, temos estado assistir aos principais índices mundiais a continuarem a atingir novos máximos históricos mas ao mesmo tempo vemos o ouro a atingir, igualmente, máximos históricos.

O ouro, que é considerado um ativo de refúgio que tende a valorizar quando se vivem tempos de maior incerteza, acaba por levantar algumas preocupações aos investidores.

Como podemos observar no gráfico entre o S&P500 e o ouro, sempre que o índice que mede a performance das maiores 500 empresas americanas desvaloriza, o ouro tem tendência em

valorizar. E esta movimentação reflete o medo dos investidores. Recentemente, grandes investidores também começaram a alocar parte dos seus portfólios para empresas relacionadas com a extração mineira, ou empresas japonesas (sendo o iene japonês também um ativo de refúgio) e que esta movimentação acaba por refletir a parte da diversificação que tanto os grandes investidores como pequenos investidores podem (e devem) fazer.

Como diversificar bem

A melhor maneira de diversificar passa pela diversificação entre as classes de ativos, setores, moedas, países e “estilos” de investimento (como “small cap”, “growth”, etc., em mercados de ações).

Sendo que, assim que se escolhe os ativos que se pretende investir, a partir daí deve-se dividir a exposição pelos vários ativos e para que seja possível distribuir da melhor maneira o risco.

Após essa decisão trata-se sempre de uma questão de saber balancear o portfólio, e ir reajustando os lucros / perdas que desta forma acabam por atenuar o risco e otimizar os ganhos.

MERCADOS

Commerzbank espera um ano de perdas

O Commerzbank, segundo maior banco alemão, admite que este será um ano de perdas, em resultado da conjugação de uma série de fatores negativos, entre os quais a pandemia. Entre abril e junho, o resultado líquido foi de 220 milhões de euros (279 milhões no ano passado). O banco está numa fase de reestruturação, pelo que prevê a eliminação de postos de trabalho, o encerramento de vários balcões e a racionalização das suas operações internacionais.

PIB da Zona Euro com queda recorde

O PIB da Zona Euro recuou 12,1%, no segundo trimestre, enquanto a quebra foi de 11,7% no conjunto da União Europeia. Em ambos os casos as maiores descidas desde 1995, altura em que se iniciaram estas estatísticas pelo Eurostat. Em comparação com o primeiro trimestre, o PIB caiu em todos os Estados-Membros, com a Espanha a liderar a lista, seguindo-se a Hungria e Portugal.

Gaia combate a iliteracia financeira na população sénior

A Fundação Dr. António Cupertino de Miranda viu o seu projeto “Eu e a Minha Reforma” ser aprovado no Programa de Parcerias para o Impacto da Portugal Inovação Social, num investimento total de 868 mil euros, dos quais 18 mil cofinanciados para a Câmara Municipal de Gaia. A iniciativa estende-se a outros concelhos do Grande Porto. O projeto “Eu e a Minha Reforma” destina-se à população sénior, com 55 ou mais anos, dos municípios de Gaia, Matosinhos, Porto, Maia, Santo Tirso e Valongo, com baixos rendimentos, em contexto de vulnerabilidade social e em risco de exclusão financeira e digital. Esta iniciativa

pretende promover e melhorar os níveis de literacia financeira com vista à inclusão financeira e digital desta população, diminuindo assimetrias de informação e conhecimento e capacitando este público para o acesso e utilização dos serviços financeiros e digitais, o que proporcionará uma maior qualidade de vida, bem-estar, inclusão social e criação de valor económico e social. A atividade central do projeto consistirá num programa de desenvolvimento de competências sob a forma de Laboratórios de Literacia Financeira, onde os intervenientes irão desenvolver hábitos de poupança e de prevenção da fraude. Será, ainda, promovido

o recurso responsável e consciente ao crédito. “A iliteracia financeira é um problema social que se agrava com o desenvolvimento dos mercados financeiros, a crescente complexidade dos produtos, serviços e instrumentos financeiros, o desenvolvimento tecnológico e digitalização ou desmaterialização da economia e a evolução e o envelhecimento demográfico, que inibe significativamente a qualidade de vida e o bem-estar de segmentos abrangentes e numerosos da população, como é o caso da população sénior, conduzindo-os a processos de empobrecimento, segregação e exclusão sociais”, refere o comunicado da autarquia gaiense.

Crédito Agrícola com nova campanha de crédito pessoal

O Crédito Agrícola lançou a campanha CA Soluções de crédito pessoal, focada nas suas soluções de financiamento pessoal. Com o mote ‘Vamos reiniciar os bons momentos’, esta ação está disponível até 25 de setembro e tem como principal objetivo dar a conhecer as soluções de crédito pessoal da instituição financeira. Além das soluções de crédito pessoal, o Crédito Agrícola realça ainda ter condições especiais de oferta ao nível dos seguros. Na subscrição do seguro vida CA Protecção Crédito Pessoal (que garante ao agregado familiar o pagamento

do capital em dívida em caso de morte ou invalidez), é oferecido um desconto de 15% para clientes associados e de 10% a clientes não associados na anuidade da apólice e durante toda a vigência do contrato. Por outro lado, na subscrição do seguro não vida CA Protecção Financeira Crédito Pessoal (que reembolsa o montante da prestação em caso de incapacidade temporária para o trabalho, desemprego involuntário ou internamento hospitalar), é atribuído um desconto de 25% a clientes associados e de 20% a clientes não associados, durante toda a vigência do contrato.



CARINA MEIRELES
Consultora financeira*

Podemos poupar dinheiro com os bancos digitais?

Sabe exatamente quanto paga de comissão de gestão de conta? Se não sabe, então significa que não controla os custos com os bancos, que representam uma fatia representativa de despesas numa família. E porque não ter uma conta num banco digital? Poderá bem ser uma opção interessante para a redução substancial de custos! Deixo-lhe três pontos a reter sobre os bancos digitais:

- Ter uma conta digital representa custos mais reduzidos, devido às comissões mais competitivas no mercado. No entanto, cada caso é um caso e informe-se sobre todos os detalhes antes de abrir a sua nova conta.
- É muito fácil abrir uma conta num banco digital! De uma forma rápida e com meia dúzia de cliques pode fazê-lo, ou a partir de reconhecimento fácil através da webcam que é um processo sempre muito simples e rápido. Perfeito para quem tem pouco tempo para esperar na fila de um balcão!
- Os três bancos digitais mais utilizados em Portugal? Revolut, Lydia e Monese! Portanto, já sabe, comece desde já a pesquisar e a analisar todas as vantagens que

estes bancos podem trazer, principalmente no tempo e à sua carteira. São bancos cuja segurança, rapidez e transparência estão na linha da frente e que são, sem dúvida, uma excelente alternativa no mercado, principalmente se considerarmos as poupanças com os custos associados às contas à ordem, que serão sem dúvida uma ajuda para economizar nas despesas. É um facto que também estão cada vez mais presentes no mercado de maneira muito descomplicada, com processos simples, de forma a minimizar as burocracias inerentes aos bancos tradicionais. Destacam-se no mercado e estão a ocupar um lugar de importância no setor financeiro, principalmente nesta altura de crise financeira, onde todos os gastos importam, com diversas opções interessantes de contas e também para podermos estar com o nosso banco, sem sairmos de casa. Os bancos digitais são fortes opções de escolhas inteligentes e têm sempre opções muito interessantes de serviços, e que se antecipam ao mercado com uma visão bem à frente do que o cliente pretende ter, com

soluções muito à medida, estando presentes na vida do cliente em vários momentos, com contas o mais diversificadas possível. Uma boa alternativa para quem o tempo é precioso e contado para tratar de assuntos presencialmente numa agência bancária, podendo através da APP, de forma muito simples e rápida, aceder a todo um universo de opções disponíveis, em alternativa aos bancos tradicionais. Sempre atentos ao atual cenário económico e com alternativas diversificadas para facilitar cada vez mais a vida financeira dos clientes, que com esta crise também eles se tornaram mais digitais. Existem, sem dúvida, e agora mais ainda, pessoas a utilizarem canais digitais para trabalho, mas também para a parte pessoal. Estamos numa nova era mais otimizada, mais tecnológica, com um desenvolvimento abrupto e acentuado, também imposto pela situação que vivemos, e que faz com que os bancos digitais apresentem cada vez mais um leque muito variado de soluções aos clientes e potenciais clientes, facilitando a vida para quem não tem tempo a perder. Já não precisamos de ir aos bancos tradicionais para abrir uma conta à ordem,

porque já não é necessária a apresentação de comprovativos físicos, o que indica que estão a acompanhar o crescimento do digital. Com um simples clique, podemos aceder ao banco de forma rápida e termos acesso à conta à ordem e outros produtos, com todas as comodidades que esperamos de um bom serviço. Desta forma é necessário acompanharmos a evolução digital, mas também estarmos preparados para o que nos poderá surgir e estarmos atentos a aspetos como a segurança, onde é importante, e com a utilização digital dos bancos, mudarmos de passwords com muita regularidade, para evitar situações não tão agradáveis, que é uma das poucas desvantagens de ter uma conta online. É importante perceber como podemos poupar nas despesas com os bancos, neste caso os digitais, que podem e devem ser considerados como uma alternativa interessante de redução de custos. E, já sabe, faça contas a tudo!

Acompanhe todas as dicas e novidades através das redes sociais:
Instagram: @carina.meireles.consultora/
Facebook: carinameirelesconsultorafinanceira/
Linkedin: company/cm-consultoria-financeira



Assessoria especializada B2B
Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia
Vale a pena falar connosco!

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO
Telefone: 22 609 5888
imfporto@imf.pt

www.imf.pt
m.imf.pt
Facebook/imfmercados

Av. Duque de Loulé, 123 – Sala 54 – 1050-089 LISBOA
Telefone: 21 324 1204
imflisboa@imf.pt

CMVM esclarece EMIR e taxa de supervisão

A CMVM emitiu um documento com perguntas e respostas sobre o Regulamento Europeu de Infraestruturas do Mercado e a respetiva taxa de supervisão. Os contratos de derivados, em particular aqueles que são transacionados fora de mercado, ou seja, no mercado de balcão ou através das plataformas de negociação eletrónica de instituições financeiras estão abrangidos pelas normas impostas pelo referido regulamento.

ORES Portugal adquire cinco ativos imobiliários

A Olimpo Real Estate Portugal, SIGI adquiriu o primeiro conjunto de cinco ativos imobiliários, no valor de 37 milhões de euros. O portfólio inclui supermercados e hipermercados localizados em território nacional, com uma área bruta locável de mais de 21 mil m2. A empresa recorreu a fundos próprios e a financiamento bancário junto de duas entidades financeiras, no âmbito do seu plano estratégico em termos de investimentos.

A NOSSA ANÁLISE

Energia limpa pode gerar rendimento até 4%

VÍTOR NORINHA
agenda@vidaeconomica.pt

A solução não é nova e envolve risco, mas é interessante pelo potencial em termos de rendibilidade. Falamos da mais recente oferta do Banco Invest, um produto estruturado sem garantia de capital por instituições públicas e que investe em empresas de energias sustentáveis e limpas e cuja rendibilidade ao fim de 372 dias (prazo da aplicação) pode chegar aos 4%, ou seja, a 3,871% TANB.

Em termos práticos, este instrumento financeiro de estrutura derivada, que pode ser subscrito até 23 de setembro, tem como indexante um conjunto de empresas do setor da energia, a saber: a Nextera Energy, a Enel, a Schneider Electric, a RWE e a Engie, obrigando a um mínimo de mil euros de investimento. Refere a ficha técnica que o reembolso está indexado à rendibilidade do cabaz, sendo que, se essa variação for igual ou superior a zero, haverá lugar ao reembolso do montante investido, acrescido de um cupão bruto igual a essa variação até um máximo de 3,871% TANB. Se inferior a zero, poderá acontecer que o investidor nem sequer receba o montante investido, pois poderá perder até 2,5% do valor global da aplicação. Este é um produto



A proposta sem garantia do Banco Invest aplica em empresas de energias sustentáveis e limpas.

com liquidez, pois será possível vender o produto, mas existe o risco de uma perda substancial do investimento. Em caso de o indexante resultar num valor negativo, existe também o risco de perder parte do capital e em caso de eventual incumprimento por parte do emitente o risco de um “bail-in” com perda parcial ou total do capital está implícito nesta operação de risco. No entanto, o potencial de valorização num mercado de taxas de juro negativas torna a oferta apelativa. Reafirmamos que este é um produto para quem não antecipa necessitar do capital durante

o período do contrato e para quem tem conhecimentos sobre o funcionamento do mercado de capitais, nomeadamente a sua volatilidade.

A nível dos ativos subjacentes, é de realçar que a Nextera Energy é uma companhia norte-americana que produz, distribui e comercializa energia sustentável; a Enel é uma multinacional italiana que opera nos mesmos setores. A Schneider Electric é francesa que desenvolve e comercializa produtos para gestão de energia e automação industrial. A RWE é uma companhia alemã que gera e distribui ele-

tricidade no espaço europeu, enquanto a Engie é francesa e tem presença no mercado global.

Alternativa com a saúde

A alternativa desta semana chega do Eurobic e propõe um depósito estruturado com base em empresas do setor dos cuidados de saúde. Denominado “Eurobic Healthcare setembro 2020”, esta aplicação, com garantia do Fundo de Garantia de Depósitos até 100 mil euros por aforrador, tem uma maturidade de dois anos, mas não é mobilizável antecipadamente e a remuneração indexada a cinco empresas do referido setor de atividade tem as contingências ligadas à volatilidade do mercado de capitais. O depósito estruturado pode ser subscrito até 15 de setembro próximo.

As empresas que estão no cabaz são a GlaxoSmith, uma multinacional britânica farmacêutica, que está envolvida na pesquisa, produção e comercialização de vacinas, produtos farmacêuticos e produtos relacionados com a saúde. Temos ainda no cabaz a Sanofi, uma multinacional francesa, a AbbVie norte-americana e que se dedica à investigação e desenvolvimento de produtos farmacêuticos, a Pfizer, também dos EUA, e a Novartis, e suíça e que produz produtos farmacêuticos,

BPI Gestão de Ativos com notação máxima no investimento responsável da ONU

A organização Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sua sigla em inglês) das Nações Unidas atribuiu à BPI Gestão de Ativos a notação mais elevada (A+) em estratégia e governance, como reconhecimento do compromisso da entidade na incorporação de critérios ambientais, sociais e de bom governo (ESG) nas decisões de investimento. Apenas um terço do total das entidades signatárias dos PRI em todo o mundo alcançou esta notação, e somente uma em cada dez entidades que assinaram o compromisso em 2019, como a BPI Gestão de Ativos, o conseguiram.

“Valida [o reconhecimento] e reafirma o nosso compromisso com um modelo de investimento que associa a rentabilidade dos produtos à tomada de decisões de investimento consistentes com os PRI, fomentando a criação de valor para a sociedade como um todo”, refere o CEO da BPI Gestão de Ativos, Paulo Freire de Oliveira. O mesmo responsável acrescenta que “a aplicação de critérios ESG é fundamental para promover um modelo de finanças responsáveis que ajude a sociedade a enfrentar os atuais desafios ambientais, sociais e de bom governo”.

Os PRI das Nações Unidas foram criados com o objetivo de ajudar nas decisões



de investimento a mais longo prazo. A iniciativa conta com a participação de mais de três mil investidores institucionais e empresas do setor financeiro a nível global, com um montante sob gestão que ultrapassa os 100 biliões de dólares em ativos.

Além da BPI Gestão de Ativos, a VidaCaixa e o CaixaBank Asset Management foram as entidades do grupo CaixaBank a receberem (nos caso destas, revalidaram) a máxima notação (A+) em investimento responsável da PRI. “O grupo CaixaBank considera essencial o bom governo e a transparência, e no Plano Estratégico 2019-2021 incluiu o desafio de ser uma referência na gestão responsável”, refere o grupo espanhol em comunicado.

MB Way com menos queixas

O número de reclamações referentes a burlas feitas através do sistema de pagamento MB Way teve uma redução significativa na plataforma Portal da Queixa nos meses de julho e agosto (até dia 17). Até àquele mês, foram 144 as queixas registadas relacionadas com a aplicação móvel de transferências bancárias instantâneas no Portal da Queixa este ano (20 em janeiro, 30 em fevereiro, 25 em março, 41 em abril, 17 em maio e 14 em junho).

De referir que, no primeiro trimestre de 2020, o Portal da Queixa lançou um alerta público, na comunicação social, para o aumento crescente das reclamações por burlas através de MB Way. Em apenas um mês, as queixas já tinham atingido metade do total registado em 2019, e os consumidores lutavam contra a falta de literacia digital.

Campanhas de informação ajudam

Desde então, foram desenvolvidas várias campanhas de informação pela MB Way em vários canais de comunicação, inclusive um vídeo. Uma das estratégias adotadas pela marca no combate às burlas foi a divulgação de um artigo no Portal da Queixa, onde alerta os clientes para comportamentos fundamentais, de forma a manterem sempre as suas contas seguras e evitar burlas. Também este portal tem alertado para que os consumidores lesados em esquemas de burla ou fraude procedam sempre à queixa-crime nas autoridades policiais da sua área



Até àquele mês, foram 144 as queixas registadas.

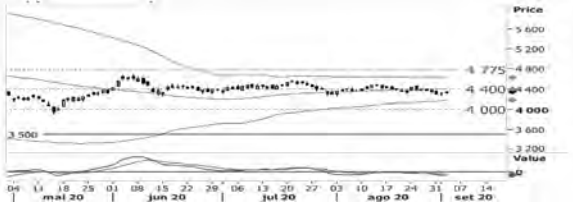
de residência, com vista a permitir a investigação criminal.

Pedro Lourenço, CEO do Portal da Queixa, revela que, com o objetivo de potenciar a informação e o conhecimento dos consumidores sobre burlas e outras práticas fraudulentas, “para além da partilha social de experiências que servem sempre de exemplo, estamos a desenvolver um projeto na área da literacia digital que visa minimizar também estes casos. Alguns conteúdos informativos e, também, sobre os direitos do consumidor já têm sido veiculados nos nossos suportes de comunicação. Informação é poder e é isso que queremos dar aos consumidores portugueses: conhecimento e confiança”.

De acordo com o Portal da Queixa, a Polícia de Segurança Pública afirmou, em agosto, que a aplicação MB Way é “bastante segura” e que “está dotada de uma série de mecanismos que, com uma relativa facilidade permitem detetar a fraude”.

MERCADOS

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Após dois meses a transacionar sem tendência definida, consolidando acima dos 4400 pontos, o PSI-20 acabou por quebrar em baixa este nível. Assim, o índice português começa a apresentar uma ligeira tendência bearish para o curtíssimo prazo, sustentada pelo sinal de venda do MACD. Não obstante, as perdas poderão ser apenas temporárias, dada a proximidade do suporte dos 4 mil pontos.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Já sobre o DAX alemão, não existem alterações a reportar. O índice germânico dá seguimento à lateralização entre os 12 350 e 13 600 pontos, não existindo sinais de que esta tendência se vá alterar no curto prazo. Já para o médio prazo, existe alguma probabilidade de uma quebra ao limite superior do intervalo.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO



FILIPE GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Europa em deflação e Euribor em mínimos

Na última semana de agosto, registaram-se poucas alterações em termos absolutos nas Euribor, embora as referências a 6 meses e a 1 ano tenham estabelecido um novo mínimo do ano, cada vez mais próximas de -0,50%.

O mês de setembro começou com a divulgação de uma série de indicadores económicos, sendo o mais relevante a inflação, até porque o valor apresentado surpreendeu os analistas. Com efeito, o Eurostat revelou na terça-feira que em agosto os preços no consumidor terão caído 0,4% face ao mês anterior e 0,2% em termos anuais. Foi a primeira vez desde maio de 2016 que a leitura anual da inflação saiu com um valor negativo, indo contra a expetativa de uma subida de 0,2%. A queda de 7,8% dos preços da energia foi a principal razão para o valor apresentado, mas mesmo a componente que não inclui a energia e alimentação subiu menos que o esperado. Já no dia anterior a Alemanha tinha apresentado a primeira redução anual dos preços no consumidor em quatro anos, bastante influenciada pela redução do IVA. O Eurostat também revelou que a taxa de desemprego subiu para 7,9% face aos 7,7% de junho, ainda assim abaixo dos 8% esperados.

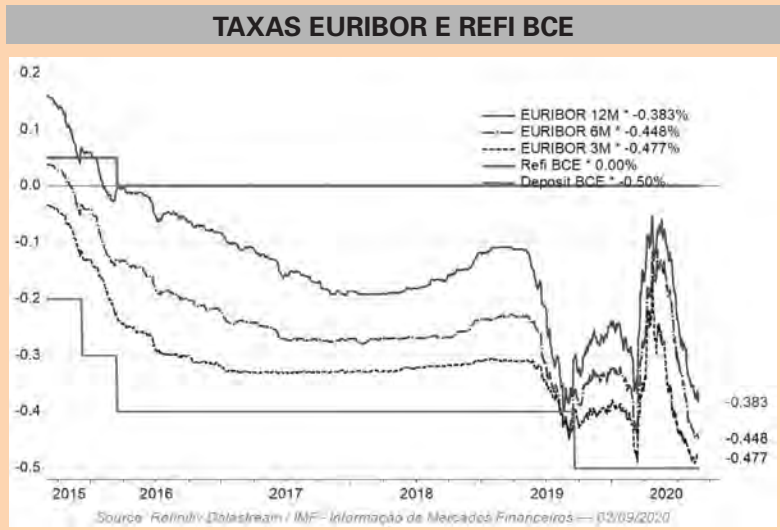
Na atividade económica, o IHS Markit revelou que o PMI da indústria da Zona Euro se manteve em agosto em zona de expansão, apresentando um valor de 51,7, marginalmente abaixo dos 51,8 de junho. Destaque para as indicações dos gestores das empresas inquiridas de que estão pouco propensos quer a investimento quer a recrutamento, tendo em conta a atual evolução da pandemia. No caso particular da Alemanha, o IHS Markit reportou uma melhoria no PMI industrial para 52,2 face aos 51,0 registados em julho. Este setor da economia alemã continua a recuperar, se bem que alguns segmentos como a maquinaria e equipamento de produção, continuam a passar por dificuldades, tendo em conta a pouca propensão para o investimento. Apesar de não ser ainda oficial, há indicações de que o governo alemão vai rever em baixa a sua estimativa de contração económica em 2020 de 6,3% para 5,8%. Se a situação atual é vista como menos negativa, já as expetativas para 2021 são menos animadoras, falando-se numa revisão em baixa do crescimento estimado para os 4,4% face aos 5,2% anteriormente estimados. O Ministro da Economia, Peter Altmaier, indicou que níveis pré-pandémicos não deverão ser alcançados antes de 2022.

A semana ficou também marcada pela intervenção do vice-presidente do BCE Luis de Guindos. A reter, estiveram as afirmações de que há indicações de continuação da recuperação económica da Zona Euro, se bem que menos robusta em agosto que em julho. Acredita também que a inflação continuará baixa, podendo ressaltar em 2021. Falando sobre o setor bancário, reforçou a ideia já avançada por outros membros do BCE da necessidade de consolidação do setor através de fusões de entidades financeiras de diferentes países, usando palavras como “rapidez” e “urgência” para sublinhar a convicção de que sem isso a banca irá passar por muitas dificuldades.

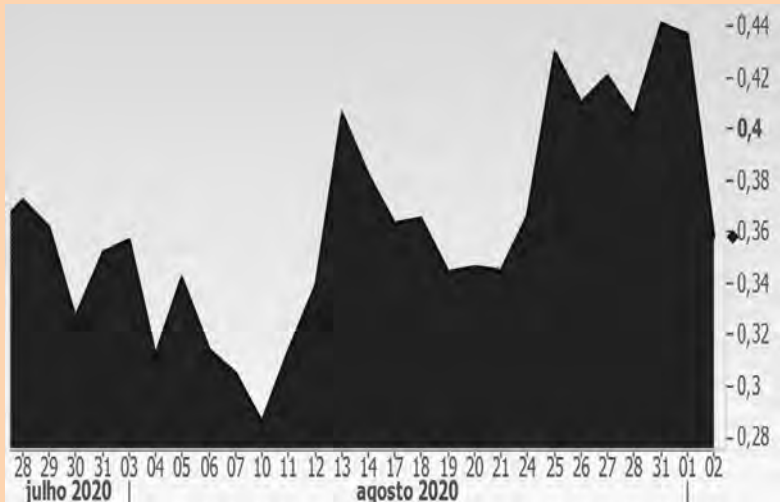
Nas taxas fixas, assistiu-se a uma subida ligeira na curva, algo que se pode associar à subida dos rendimentos dos títulos nos EUA depois de a Fed ter sinalizado que vai apontar para uma subida da inflação. Destaque também para o anúncio do Banco da Suécia de que vai incluir dívida emitida por empresas nas suas compras regulares de obrigações, juntando-se assim ao que o BCE e a Reserva Federal já o vinham fazendo.

ANÁLISE PRODUZIDA A 02 DE SETEMBRO DE 2020

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)							
	1.setembro 2020	7.fevereiro 2020			20.fevereiro 2020		
1M	-0,510%	-0,458%	▼	-0,052	-0,488%	▼	-0,022
3M	-0,478%	-0,400%	▼	-0,078	-0,424%	▼	-0,054
6M	-0,441%	-0,339%	▼	-0,102	-0,386%	▼	-0,055
1Y	-0,373%	-0,269%	▼	-0,104	-0,311%	▼	-0,062



YIELD 10 ANOS PORTUGAL



FUTUROS EURIBOR	
Data	3 Meses Implícita
outubro 20	-0,475%
dezembro 20	-0,475%
março 21	-0,485%
dezembro 21	-0,515%
junho 22	-0,510%
dezembro 22	-0,500%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS	
BCE	Euro Refinancing Rate 0,00%
	Euro Marginal Lending Facility 0,25%
	Euro Deposit Facility -0,50%
*desde 10 de março 2016	
EUA	FED Funds 0,25%
R.Unido	Prime Rate 0,10%
Brasil	Taxa Selic 2,00%
Japão	Repo BoJ -0,10%

EURO FRA'S Forward Rate Agreements		
Tipo*	Bid	Ask
1X4	-0,490	-0,470
3X6	-0,490	-0,470
1X7	-0,454	-0,434
3X9	-0,450	-0,430
6X12	-0,460	-0,440
12X24	-0,370	-0,360

*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

EURO IRS InterestSwapsvs Euribor 6M		
Prazo	Bid	Ask
2Y	-0,460	-0,454
3Y	-0,458	-0,448
5Y	-0,412	-0,402
8Y	-0,294	-0,288
10Y	-0,204	-0,194

Obrigações		
	5Y	10Y
	-0,17	0,36
	-0,26	0,33
	-0,58	-0,18
	-0,69	-0,47
	0,42	1,03
	-0,07	0,24
	0,25	0,66
	-0,07	0,05

Fontes: Reuters e IMF

RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd volta a falhar teste aos \$1,20

EUR/USD

Eur/Usd

Tecnicamente, o Eur/Usd segue a lateralizar entre os \$1,17 e \$1,20. Recentemente o par ainda testou o limite superior, mas acabou por não obter sucesso. Os indicadores técnicos, nomeadamente o MACD, apresentam sinais praticamente nulos, de certa forma sinalizando que a tendência atual se deverá manter, pelo menos no curtíssimo-prazo. Por agora, não há muito mais a reportar, sendo necessária a quebra a um dos limites para poder começar a se determinar o futuro a curto/médio prazo do câmbio.

Eur/Jpy

O Eur/Jpy deu seguimento aos ganhos, subindo até aos 100% de retração de fibonacci (126,8

ienes). Não obstante, o par ainda não obteve sucesso a este teste, tendo já chegado a realizar uma correção. Os 125 ienes deverão apresentar um suporte robusto para o par, sendo esperada uma lateralização entre os níveis mencionados, antes de uma eventual quebra ao limite superior no curto-prazo.

Eur/Gbp

Após vários meses de consolidação, o Eur/Gbp acabou por quebrar em baixa os 61,8% de retração de fibonacci (£0,8970), abrindo caminho para uma correção. O par começa agora a aproximar-se do suporte dos 50% de retração (£0,884), que poderá amparar a descida do par.

	2/setembro/20	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1861	0,61%	1,15%	-1,69%
EUR/JPY	126,00	0,53%	1,20%	-6,91%
EUR/GBP	0,8884	-1,81%	-1,92%	-0,13%
EUR/CHF	1,0799	0,57%	0,14%	-7,84%
EUR/NOK	10,4060	-1,46%	-2,92%	6,46%
EUR/SEK	10,3065	0,54%	0,05%	4,87%
EUR/DKK	7,4412	-0,04%	-0,07%	-0,03%
EUR/PLN	4,4186	0,25%	-0,03%	6,13%
EUR/AUD	1,6171	-2,08%	-1,15%	4,92%
EUR/NZD	1,7541	-2,53%	0,61%	3,46%
EUR/CAD	1,5495	-0,31%	-1,65%	2,43%
EUR/ZAR	19,9154	0,58%	-1,79%	33,66%
EUR/BRL	6,4205	0,66%	4,43%	62,53%

Segmento obrigacionista “salva” Euronext Lisbon

A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 214 740,3 milhões de euros, em julho, mais 0,9% do que no mês anterior e mais 3,4% do que no período homólogo. O segmen-to acionista caiu 1,1%, para 60 371,5 milhões de euros e o segmento obrigacionista cresceu 2,2%, para 151 895,9 milhões de euros. Os emitentes com maior representatividade no índi-ce PSI-20 foram a EDP, a EDP Renováveis e a Galp, refere a CMVM.

Liberty Global acquire suíça Sunrise

A Liberty Global, gigante norte-americana por cabo, pretende adquirir a totalidade da opera-dora suíça Sunrise. O negócio está calculado em cerca de 6,3 mil milhões de euros. A Liberty Global quer reforçar as suas posições nos segmentos dos telefones fixo e móvel em todos os seus principais mercados. Entretanto, haverá lugar a uma parceria entre este grupo e a Telefó-nica no mercado britânico, em partes iguais.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
ALTRI SGPS SA	4,332	1,93%	6,415	2,750	0,150	0,344	28,880	12,593	6,93%	6,65%	02/09/2020	16:35:07	
IBERSOL SGPS SA	5,380	-2,89%	9,200	3,710	-0,903	-0,110	-	-	-	-	02/09/2020	15:43:16	
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,095	-7,25%	0,224	0,085	0,004	0,009	23,675	10,522	-	0,00%	02/09/2020	16:35:16	
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	3,370	-7,67%	6,500	2,600	-	-	-	-	-	-	02/09/2020	16:29:45	
CORTICEIRA AMORIM SA	10,440	3,57%	11,780	7,480	0,445	0,573	23,461	18,220	1,77%	2,49%	02/09/2020	16:35:29	
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	2,605	-4,05%	3,408	1,732	0,152	0,200	17,138	13,025	-	2,11%	02/09/2020	16:35:14	
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	4,359	0,23%	4,874	2,926	0,222	0,247	19,635	17,648	4,26%	4,38%	02/09/2020	16:35:04	
EDP RENOVAVEIS SA	14,420	-0,14%	14,540	8,430	0,392	0,453	36,786	31,832	0,55%	0,60%	02/09/2020	16:35:51	
GALP ENERGIA SGPS SA	8,876	-3,67%	15,950	7,738	0,237	0,619	37,451	14,339	7,89%	6,15%	02/09/2020	16:37:24	
JERONIMO MARTINS	13,830	-1,78%	17,425	13,105	0,592	0,703	23,361	19,673	1,50%	2,13%	02/09/2020	16:35:06	
MOTA ENGIL SGPS SA	1,550	7,04%	2,156	0,973	0,140	0,380	11,071	4,079	-	3,74%	02/09/2020	16:35:06	
NAVIGATOR CO SA/THE	2,312	2,57%	3,546	1,869	0,133	0,187	17,383	12,364	-	10,08%	02/09/2020	16:35:28	
NOS SGPS	3,382	-3,48%	5,565	2,680	0,213	0,298	15,878	11,349	8,22%	8,22%	02/09/2020	16:35:05	
PHAROL SGPS SA	0,107	-2,37%	0,125	0,050	-	-	-	-	-	-	02/09/2020	16:35:10	
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,435	-0,61%	2,820	1,894	0,184	0,188	13,234	12,952	7,02%	6,98%	02/09/2020	16:35:29	
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	7,930	1,54%	14,280	6,960	0,470	0,923	16,872	8,592	1,58%	1,68%	02/09/2020	16:35:24	
SONAE CAPITAL SGPS SA	0,688	0,58%	0,825	0,390	-0,090	-0,050	-	-	-	0,00%	02/09/2020	14:55:40	
SONAE	0,599	-2,44%	0,958	0,500	0,052	0,155	11,519	3,865	7,73%	13,52%	02/09/2020	16:35:00	

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS					PAINEL BANCO SANTANDER							
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
BANCO SANTANDER SA	1,824	-5,02%	4,042	1,766	0,188	0,249	9,703	7,326	#VALUE!	2,63%	02/09/2020	16:38:00
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	23,490	-1,96%	32,280	18,505	0,630	1,054	37,286	22,287	1,49%	2,52%	02/09/2020	16:38:00
REPSOL SA	6,432	-6,21%	15,665	5,920	0,303	1,054	37,286	22,287	1,49%	2,52%	02/09/2020	16:38:00
TELEFONICA SA	3,263	-5,91%	7,260	3,204	0,444	0,471	7,349	6,928	12,26%	11,98%	02/09/2020	16:38:00
SIEMENS AG-REG	119,120	-0,82%	120,660	58,770	5,644	6,836	21,106	17,425	3,28%	3,00%	02/09/2020	16:35:25
CARREFOUR SA	13,550	0,56%	17,195	12,095	1,250	1,372	10,840	9,876	1,70%	3,42%	02/09/2020	16:35:16
BAYER AG-REG	56,270	-2,21%	78,340	44,855	6,091	7,491	9,225	7,501	4,99%	5,09%	02/09/2020	16:35:07
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	7,897	-4,84%	10,370	4,449	-0,159	0,257	#N/A N/A	30,728	#VALUE!	0,00%	02/09/2020	16:35:20
RWE AG	33,690	0,48%	34,990	20,050	1,609	2,001	20,970	16,862	2,38%	2,52%	02/09/2020	16:35:23
VOLKSWAGEN AG	149,400	-1,90%	185,000	99,160	8,576	20,726	17,421	7,208	3,22%	1,70%	02/09/2020	16:35:03
ING GROEP NV-CVA	6,838	-2,77%	11,258	4,226	0,720	0,873	9,497	7,833	#VALUE!	5,10%	02/09/2020	16:35:18

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf 21 381 65 80, email: cashequi-ties@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua ex-actidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



PAULO ROSA
Economista Sênior do Banco Carregosa

Banco Central dos EUA irá comprar ações?!

A Reserva Federal norte-americana anunciou no simpósio anual de Jackson Hole, na semana passada, que irá adotar uma política monetária expansionista mais arrojada para combater a elevada taxa de desemprego nos EUA, provocada pelo confinamento e distanciamento social ditado pela pandemia de Covid-19. Essa política passará pela flexibilidade na taxa de inflação, que poderá temporariamente ultrapassar os 2%. Ou seja, numa alusão à famosa curva de Philips, em que a taxa de desemprego e a taxa de inflação estão correlacionadas inversamente, o banco central dos EUA utilizar as ferramentas necessárias para inflacionar a economia norte-americana e, assim, conseguir baixar o nível de desemprego.

Mais tarde, Milton Friedman e Edmund Phelps reviram a curva de Philips e chegaram à conclusão de que no longo prazo o nível de emprego é rígido e não depende da inflação. Utilizando o método das expectativas adaptativas ela indica que, para que se mantenha a taxa de desemprego a níveis inferiores ao da taxa de desemprego natural, o que importa não é a taxa de inflação, mas sim a sua variação, sendo necessárias taxas de inflação cada vez mais elevadas para manter as taxas de desemprego abaixo da taxa natural. “Grosso modo”, as políticas para amentar a inflação de preços, segundo os dois economistas, não ajudarão na criação de mais emprego. Será então uma tarefa hercúlea para a Reserva Federal dos EUA? O Banco Central do Japão (BoJ) utiliza esta ferramenta há anos, depois de ter sido pioneiro na flexibilização quantitativa (Quantitative Easing), e tem sido uma empresa sem fim, não conseguindo até ao momento “reinflacionar” a economia nipónica. A inflação estará mais dependente do nível de globalização, da tecnologia, da demografia e do envelhecimento da população. Muito provavelmente uma descida do nível da globalização permitirá e criará mais inflação de preços do que qualquer política monetária expansionista, por mais enérgica que seja. Também os cabazes de bens e serviços

dos Índices de Preços ao Consumidor (IPC) dos vários países poderão não espelhar cabalmente o nível de inflação, com maior ponderação na alimentação e vestuário do que nas rendas dos imóveis que os inquilinos pagam mensalmente. Mas perante a considerável expansão monetária e o aumento consecutivo dos balanços dos bancos centrais, assistimos há muitos anos à crescente valorização dos títulos, desde as ações, obrigações, ao mercado imobiliário. Este reflexo deveria, talvez, estar refletido na inflação. Porque realmente existe inflação, e podemos proteger-nos através da aquisição de ativos financeiros, obrigações e ações, de imóveis, de ouro e outros metais preciosos face à crescente deterioração das moedas fiduciárias. Tanto o S&P 500 quanto o NASDAQ atingiram novos máximos consecutivos. E iniciaram setembro em níveis históricos. E por que não? Afinal, o mercado agora percebe que podem existir medidas mais arrojadas e menos “convencionais” por parte da FED, que poderá passar por taxas negativas e... pela compra de ações! Afinal a FED intervém nos mercados do Tesouro (dívida soberana dos EUA), nos mercados de títulos municipais (dívida emitida por Estados e cidades), nos mercados de títulos corporativos por índice (dívida emitida por empresas), nos mercados de títulos corporativos por títulos corporativos individuais (dívida emitida especificamente por corporações), nos mercados de papel comercial (mercado de dívida corporativa de curto prazo). E os mercados de títulos garantidos por ativos (tudo, desde empréstimos estudantis a certificados de depósito e muito mais). Não será o primeiro banco central a fazer isso. O banco central da Suíça (BNS), cotado e 50% privado, chamado Swiss National Bank, compra ações há anos. Sim. O BNS literalmente imprime dinheiro e compra ações nos mercados acionistas dos EUA. O BoJ também imprime dinheiro e compra ações e, em março de 2019, detinha 80% dos ETF japoneses e é um dos 10 principais acionistas em mais de 50% das empresas que negociam no mercado de ações japones.



eBroker
As principais bolsas mundiais ao seu alcance.

O acesso digital dos mercados financeiros.

Para clientes aderentes ao Netbanco e App eBroker.
Informe-se sobre as condições do serviço em www.santander.pt



As autoridades europeias da concorrência darão até 16 de setembro uma resposta relativa ao projeto de compra da francesa de pagamentos Ingenico pela Worldline, da mesma nacionalidade. A operação envolve um valor de cerca de 7,8 mil milhões de euros. Este setor tem suscitado um forte interesse pelos investidores, sobretudo pela entrada no mercado de multinacionais tecnológicas como a Apple ou a chinesa WeChat.



JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA
Economista, Gestor e Investidor

PUB

PAMÉSA

CONSULTORES

PROJETOS & INCENTIVOS
SISTEMAS DE GESTÃO

FORMAÇÃO & DESENVOLVIMENTO
ESTUDOS SETORIAIS

www.pamesa.pt
www.facebook.com/pamesaconsultores
www.linkedin.com/company/pamésa-consultores

Bruxelas reforça propostas comerciais

A Comissão Europeia adotou um pacote de propostas com o objetivo de incrementar o comércio entre a União Europeia e os países vizinhos na região pan-euro-mediterrânica (PEM), contribuindo para a recuperação económica na sequência do surto de coronavírus. As propostas adotadas irão modernizar os acordos comerciais preferenciais da UE com 20 parceiros comerciais PEM, tornando as “regras de origem” pertinentes desses acordos mais flexíveis e mais favoráveis às empresas, refere Bruxelas em comunicado.

Mercado das obras públicas estabiliza

O montante dos concursos de obras públicas promovidos nos sete primeiros meses do ano totalizou quase 3,2 mil milhões de euros, o que se traduziu num aumento de 29%, face a igual período do ano passado. Foram atingidos máximos desde o início da série, em 2010. De acordo com a AICCOPN, os contratos celebrados no âmbito de concursos públicos atingiram cerca de 1,1 mil milhões de euros, menos 8% em termos homólogos. Os ajustes diretos aumentaram dois pontos percentuais.

MDS cresce em Angola e compra Média Seguros

A MDS, multinacional portuguesa de consultoria de riscos e seguros, concretizou a aquisição da corretora angolana Média Seguros, reforçando a sua presença em Angola.

A operação enquadra-se na estratégia do Grupo MDS, que aposta no crescimento orgânico e por aquisições, solidificando as posições de liderança nos países onde já está presente e procurando oportunidades em novos mercados, nomeadamente em África.

A Média Seguros é um operador de referência no mercado angolano, com importantes clientes no setor agropecuário, meios de comunicação e grandes empresas industriais.

José Manuel Dias da Fonseca, CEO Global do Grupo MDS,

afirma: “Esta aquisição permite à MDS fortalecer a sua presença em Angola e cimentar a sua posição de liderança como um dos três maiores corretores de seguros no país, alargando a sua rede de distribuição e a carteira de clientes, bem como reforçando a sua equipa com profissionais experientes e de valor reconhecido no mercado. Mas, igualmente importante, vem potenciar o trabalho que tem vindo a ser realizado na disponibilização das suas competências e soluções de seguro e consultoria de risco, que são essenciais para fomentar a economia angolana e apoiar empresas, particulares e administração pública no seu desenvolvimento”.

Fruto da sua capacidade de de-

senholver soluções únicas a nível mundial, a MDS em Angola tem vindo a apoiar as empresas no país com um serviço global e multiespecialista.

A MDS disponibiliza ainda consultoria customizada e colocação de resseguro, englobando riscos tradicionais e emergentes. O Grupo MDS é o único broker do Lloyd’s de todos os países de expressão portuguesa, podendo exercer a atividade diretamente junto do mais importante mercado de seguro e resseguro do mundo, em Londres.

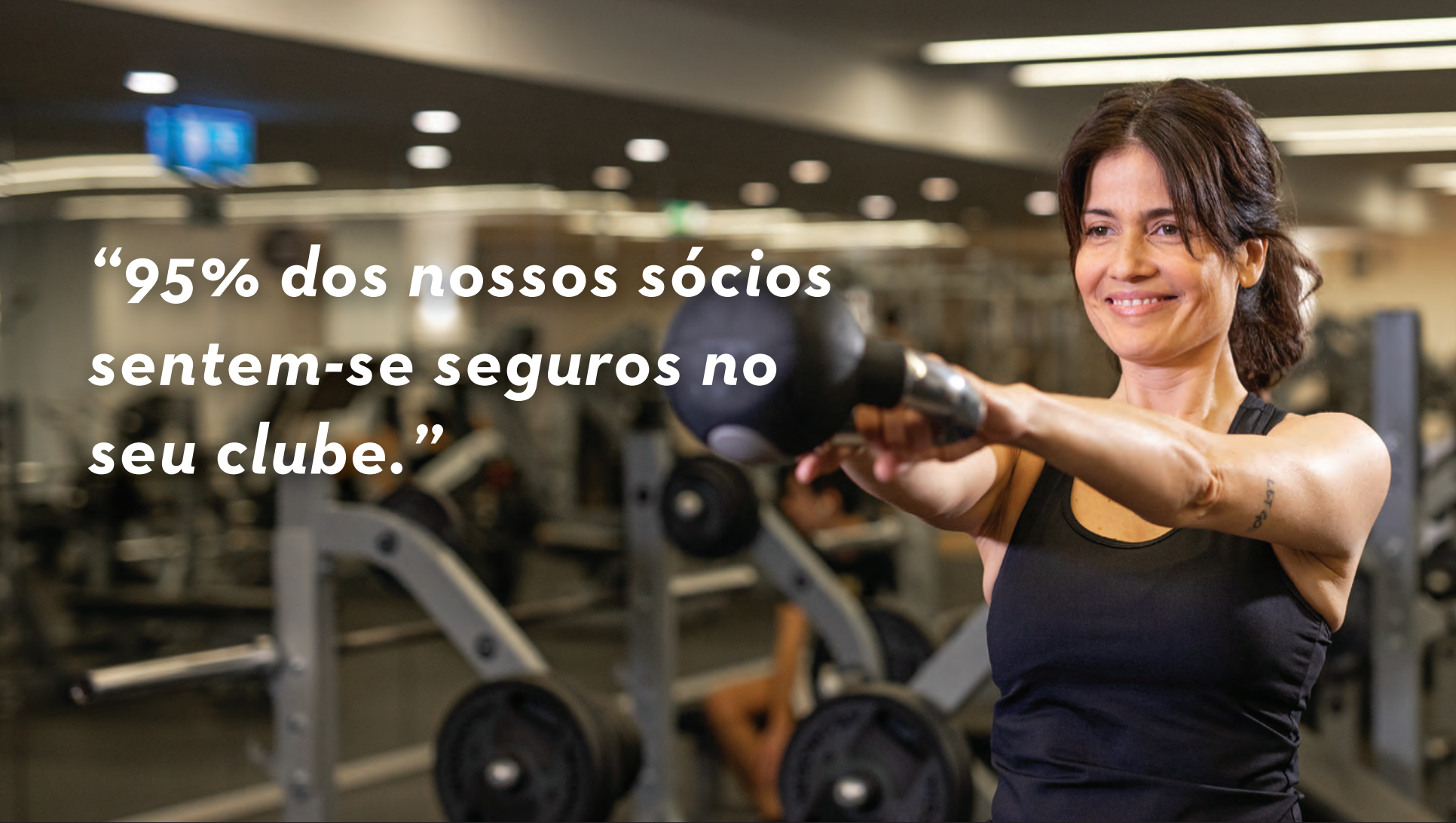
O Grupo MDS desenvolve a sua atividade em mais de 100 países a nível mundial, sendo líder de mercado em Portugal, um dos maiores “players” no Brasil e



José Manuel Dias da Fonseca pretende reforçar a posição da MDS entre as três maiores corretoras de Angola.

Angola, tendo presença direta em Moçambique, Espanha, Malta e Suíça. O Grupo apoia e aconselha mais de 1,2 milhões de clientes a nível mundial, sendo responsável pela gestão de mais de 700 milhões de euros de prémios de seguros.

PUB



“95% dos nossos sócios sentem-se seguros no seu clube.”

Cuide de si!
INSCREVA-SE SEM COMPROMISSO
E COMECE A PAGAR EM OUTUBRO



Indústria automóvel com regras mais apertadas

Entrou em vigor o Regulamento da UE relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor. O novo regulamento remodela em profundidade e reforça significativamente o anterior sistema de homologação e de fiscalização do mercado. “Melhora a qualidade e a independência da homologação dos veículos e da realização dos ensaios, aumenta os controlos aos automóveis já presentes no mercado da UE e reforça o sis-

Os requisitos tornam-se bastante mais rigorosos, sobretudo no que se refere à emissão de gases de efeito de estufa

tema geral com uma supervisão europeia mais apertada”, refere a Comissão em comunicado. Os elementos-chave das novas regras da UE são a independência e a qualidade dos ensaios antes da colocação de um veículo no mercado, os controlos aos veículos já presentes no merca-

do e a supervisão europeia. Os requisitos tornam-se bastante mais rigorosos, sobretudo no que se refere à emissão de gases de efeito de estufa. As novas regras obrigam a cuidados redobrados por parte dos fabricantes automóveis e evitam-se escândalos como no passado recente.

Fórum para a Competitividade rejeita aumento do salário mínimo

O Fórum para a Competitividade rejeita a possibilidade de um aumento do salário mínimo no ano que vem. Argumenta que tal não faz sentido, tendo em conta o crescimento da taxa de desemprego, a inflação estar num nível zero e o turismo ser dos setores com uma maior in-

cidência no que toca ao salário mínimo. “No atual contexto, uma subida do salário mínimo pode trazer mais desemprego e falências”, alerta a organização, sendo que tal deverá levar a uma interrupção automática da subida extraordinária do salário mínimo. Neste contexto,

defende o fórum que “uma alternativa mais prudente seria o Estado dar apoio direto a estes trabalhadores, mas, havendo recursos para tal, é prioritário garantir que todos os novos desempregados estão a receber subsídio, o que não parece ser ainda o caso”.

PUB



INTERNATIONAL CLUB
OF PORTUGAL

O Mundo todo num só Clube!



(+351) 211 320 413 | 91 333 00 55



geral@icpt.pt | geralicpt@gmail.com



www.icpt.pt



AOS QUE SEMPRE ACREDITARAM...

MUITO OBRIGADO!

Main Sponsor:



Gold Sponsors:



GRUPO BEL



AM 48



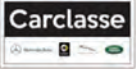
VAZCONSTROI



QUARTARE CONSULTANCY



LeasePlan



Carclasse

Media Partners:



Jornal Económico



Jornal i



CORREIO



Record



VidaEconómica



Essential



FRONTLINE



LIDER



Imobiliário



SÁBADO

NOTA DE FECHO



JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ
Mestre Drucker School / PhD Columbia University
Professor Catedrático
E-mail: associates@vasconcellosesa.com
Website: www.vasconcellosesa.com
LinkedIn: <http://www.linkedin.com/in/vasconcellosesa>
<http://www.linkedin.com/company/vasconcellos-e-sa-associates/>
Twitter: <https://twitter.com/VasconcelloseSa>

O culto do dinheiro

O livro de Mary Trump, sobrinha do presidente dos EUA pode ser dividido em quatro partes.

Sobre o excepcionalismo americano (Alexis de Tocqueville):

“O meu avô adorava a mensagem de Norman Peale, resumida no livro O Poder do Pensamento Positivo e semanalmente espalhada a partir do púlpito da sua igreja. Tinha grande enlevo por homens de negócios de sucesso: Ser empresário, dizia, não é sobre obter dinheiro, é sobre servir as pessoas.

E para se ter sucesso (acrescentava) é imprescindível 1) trabalhar muito, 2) resiliência, 3) autossuficiência, 4) sentido de responsabilidade e 5) absoluta, absoluta autoconfiança.”

Sobre a natureza humana:

Quem deve um homem respeitar em primeiro lugar?, perguntaram ao profeta Maomé.

A mãe.

E em segundo lugar?

A mãe.

E em terceiro?

A mãe.

E... só depois o pai.

De facto, é fácil de reconhecer que na vida há três coisas inesgotáveis: o amor de uma mãe; a vaidade de uma mulher; e a ineficiência do estado. A ordem é arbitrária.

Mas Mary Trump diz que há outro tipo de mães: “a minha avó usava os seus filhos para a servirem, e não o contrário. Prestava-lhes assistência quando era conveniente para ela, não quando eles necessitavam. Em primeiro lugar estava ela, cheia de autopiedade e sentimento de martírio”.

Sobre a família Trump:

“Para o meu avô na vida só podia haver um vencedor, todos os outros eram perdedores. Ser-se bom profissional, não era suficiente. Tinha que se ser extraordinário.

Não basta ser-se procurador, há que ser o melhor no país. *Piloto?* Apenas dos melhores aviões. *Juiz?* Só conta se for do supremo tribunal.

Isto foi incutido no meu tio, Donald, que considera que as regras do bom comportamento na escola não se aplicavam a ele. Mentir? Tudo bem. Ser bom? Uma fraqueza. Tal como pedir desculpa ou admitir que se errou. Qualidades? Ser duro. O meu avô tinha apenas dois prazeres: fazer dinheiro e ser cruel humilhando os outros.

O meu tio Donald desobedecia à mãe, recusava qualquer tentativa de

disciplina, respondia mal, contradizia-a, atormentava o seu irmão mais novo e roubava-lhe os brinquedos.

Apesar disso para o meu avô, o meu tio Donald, mais que o preferido era quase o filho único entre cinco. O meu pai (pai de Mary e irmão de Donald) pôs-lhe a alcuha de “Eu sou o Grande”, da parte do Exodus em que Deus se revela a Moisés.

Quando o meu avô morreu, o ramo do seu filho mais velho (pai de Mary) ficou deserdado. A fortuna foi dividida por quatro filhos e não cinco.

Por isso a minha avó para me tentar convencer a aceitar ser deserda-da, telefonou-me e disse-me: sabes quanto valia o teu pai quando morreu?... Uma mão cheia de nada. Não tinha dois cêntimos, para raspar um no outro.”

Uma evolução indesejável: a família Trump como hipóbole de uns certos EUA?

“No mundo da minha família, dinheiro é a única coisa que conta. O valor de uma pessoa? É determinado por quanto dinheiro possui. How much is he/she worth?”

Quando Trump foi eleito, o líder religioso do Irão, disse que a América tinha revelado a sua verdadeira cara.

E Drucker salientava que os EUA têm uma grande economia e uma sociedade doente.

Liberdade?: é uma coisa. Autorrealização, outra. Sucesso uma terceira. O culto do dinheiro, uma quarta ainda. E uma parte dos EUA têm evoluído ao longo deste contínuo negativo. Uma evolução indesejável.

Liberdade para autorrealização é um valor que faz uma sociedade saudável e funcional.

Sucesso a todo o custo (não basta eu ganhar, é preciso que os outros percam – Gore Vidal) e o culto do dinheiro apodrecem o tecido social. O resultado é (actualmente crescente nos EUA) morbilidade, isto é, incapacidade psicológica de adaptação ao quotidiano e distúrbios de vários tipos: crimes, shoot outs, tensões raciais e famílias desfeitas (70% das mães afro-americanas são solteiras).

A Bíblia lembra que ou se adora Deus ou o dinheiro e o culto deste, seja onde for, é tóxico para uma sociedade. Onde vale tudo, os princípios faltam.

Mas tenha-se presente: o mundo deve muito aos EUA. E precisa também muito de (uns certos) EUA.

MINISTRO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO DE ANGOLA EM ENTREVISTA À "VIDA ECONÓMICA"

Angola "abraça" a nova Câmara de Agricultura Luso-Angolana

Págs. II e III



Entrevista

NUNO VIEIRA E BRITO, EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA ALIMENTAÇÃO E DA INVESTIGAÇÃO AGROALIMENTAR

"Separar saúde de bem-estar [animal] é um erro político, técnico e científico"

Pág. V

Destaques

PRESIDENTE DA CASA DO DOURO QUER "AUMENTO SUSTENTADO DAS VENDAS DE VINHO DO PORTO"

Reserva Qualitativa no Douro "não é remédio repetível nos próximos anos"

Pág. VI

Frulact amplia fábrica do Canadá

Pág. VII

MINISTRO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO DE ANGOLA EM ENTREVISTA À “VIDA ECONÓMICA”

Angola “abraça” a nova Câmara de

Num momento em que, “no mundo, os países parecem isolar-se”, a nova Câmara de Agricultura Luso-Angolana (CLAA), acabada de criar, “surge num momento muito bom”, garante o ministro da Economia e Planeamento de Angola. Num exclusivo à “Vida Económica” por telefone a partir de Luanda, Sérgio dos Santos, em funções desde janeiro, diz que a posição do Governo angolano é, “logicamente, abraçar todas as iniciativas e, muito mais, entre empresários angolanos e portugueses”. Realçando as “relações históricas” entre os dois países, o governante não tem dúvidas de que “Portugal conhece muito bem Angola e, numa situação em que precisamos de investidores, os investidores portugueses são muito bem-vindos”. E Angola está a apostar forte na agricultura. Entre os vários programas de incentivos, está em preparação o Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial. “No total, os fundos chegam a cerca de 200 milhões de euros” para apoiar o investimento no setor.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Acaba de ser constituída a Câmara de Agricultura Luso-Angolana (CLAA). Que projeto é este?

Sérgio dos Santos – Eu não tenho grandes informações. Estou em contacto com os cooperantes da iniciativa. Dizem que a perspetiva é arrancar o quanto antes. A nossa posição, enquanto Ministério da Economia e Planeamento, é, logicamente, abraçar todas as iniciativas e, muito mais, entre empresários angolanos e portugueses. Por causa das nossas relações históricas, mas, também, porque Portugal conhece muito bem Angola e, numa situação em que precisamos de investidores, os investidores portugueses são muito bem-vindos. Os investidores, os fornecedores, os clientes, enfim, Portugal e Angola estão muito ligados e por isso fazemos questão que essas estruturas entre os empresários vinguem.

VE – A agricultura é um setor no qual Angola está agora a apostar em força. Não é assim?

SdS – A agricultura, no nosso contexto nacional, tem um peso em termos de estrutura do Produto Interno Bruto de 5% e é um fator de alavanca da nossa indústria, que também tem um peso pequeno, de 4,5%. Nós ainda temos a maior parte da nossa economia, da nossa atividade produtiva, justificada em termos de volume e também de valor no setor petrolífero. Mas, com sabe, o setor petrolífero é muito volátil, empre-



Sérgio dos Santos, ministro da Economia e Planeamento de Angola.

ga poucas pessoas, porque é intensivo em capital. E é perfeitamente normal para um país com tanta terra arável [cerca de 58 milhões de hectares] e tanta água que a agricultura e a indústria sejam as principais opções de desenvolvimento, porque vão propiciar emprego e estabilidade para as pessoas. Desde logo a segurança alimentar, que é muito importante.

VE – As bases para a criação desta Câmara de Agricultura Luso-Angolana foram lançadas pelo ex-ministro

“A agricultura, no nosso contexto nacional, tem um peso em termos de estrutura do PIB de 5% e é um fator de alavanca da nossa indústria, que também tem um peso pequeno, de 4,5%”

da Agricultura português, Capoulas dos Santos, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro António Costa a Luanda, em setembro de 2018. A Comissão Instaladora diz que foi criado um fundo de 60 milhões de euros disponibilizados pela União Europeia, em que 48 milhões são especificamente dirigidos a projetos agrícolas. Tem conhecimento deste fundo e de como vai ser gerido?

SdS – Não, não tenho. Nós temos várias iniciativas com a União Europeia e, no domínio da agricultura, devo dizer que temos iniciativas com membros da União Europeia, como França e a Alemanha. Esses mecanismos ligados a financiamentos que depois suportam

projetos privados não carecem muito da nossa intervenção como Governo. No entanto, também temos mecanismos de financiamento para a agricultura, com o envolvimento do Governo. Temos o Compacto Lusófono [entre o BAfD - Banco Africano de Desenvolvimento, Portugal e os PALOP – países africanos de língua oficial portuguesa], que é um mecanismo com o Banco Africano de Desenvolvimento, que envolve o Governo português, o Governo angolano e, no que diz respeito ao Compacto Lusófono, estamos a pensar [a sua

aplicação] quer para a agricultura, quer para a indústria. Finalmente, temos aqui no Ministério da Economia e Planeamento um projeto muito interessante para a exportação de café e de frutas com a União Europeia. Em uma componente mais humilde, mais pequena, de cerca de quatro milhões de euros, que visa apoiar a elaboração de projetos e estudos. Havendo este cruzamento de iniciativas, temos a certeza que os empresários angolanos e portugueses podem ter vários apoios para estreitar parcerias.

VE – Portanto, o Governo angolano disponibiliza apoios para o desenvolvimento de projetos agrícolas e

também para apoio à exportação de produtos alimentares angolanos para a União Europeia e, concretamente, para Portugal. É assim?

SdS – Nós temos algumas questões que ainda têm de ser resolvidas, nomeadamente o tema da qualidade. Precisamos resolver questões ligadas às normas exigidas para a exportação para a União Europeia, nomeadamente para Portugal. E o apoio que tem de ser dado aos empresários é que melhorem na sua formulação, para terem uma entrada no mercado de acordo com essas regras.

VE – Regras sanitárias, de qualidade?

SdS – Regras em termos de qualidade, também de gestão das empresas, para que sejam empresas com certificação em termos contabilísticos, operacionais, mas que os produtos também tenham o reconhecimento laboratorial que se exige.

VE – E o Governo dará apoios aos empresários para melhorem estas certificações?

SdS – Pois. É nesse contexto que se insere o apoio que a União Europeia presta ao Governo de Angola. Os fundos que temos previstos são fundamentalmente para permitir o quadro do cumprimento em termos de qualidade para as normas de exportação para a União Europeia. E esse apoio que a União Europeia nos dá é fundamental.

VE – E estamos a falar de que montante financeiro?

SdS - Num programa concreto que estamos a implementar – e estamos a

Agricultura Luso–Angolana

falar de café, em concreto, e também de frutas tropicais –, estamos a falar de um pacote de 20 milhões de euros, em várias componentes.

VE – E este apoio de 20 milhões já está disponível?

SdS – Os 20 milhões de euros são para apoio orçamental, portanto para programas do Governo, concretos, virados para a intervenção em termos de fomento empresarial. São fundos que deverão ser executados no âmbito do 10º FED [Fundo Europeu de Desenvolvimento], que durante dois anos vão estar disponíveis em várias “tranches” e nas várias componentes. Componentes ligadas com o tema de que acabámos de falar, a certificação dos exportadores, o recenseamento dos exportadores, o fortalecimento, a capacitação institucional dos nossos institutos que cuidam das componentes de produção de café e intervenção no domínio do suporte de extensão produtiva para as frutas. São várias componentes. Estes são fundos para despesas orçamentais.

Mas também – dizia – existem fundos que estão ligados para o investimento privado. E aí temos um projeto, com a participação da Agência Francesa de Desenvolvimento e do Banco Mundial, um pacote que tem doações mistas para financiar o setor privado no domínio da agricultura. E, aí, estamos a falar de um pacote mais vasto, de 78 milhões de euros. Está em fase de estruturação. As operações com os bancos em Angola, a estruturação dos planos de finan-

O Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial vai estar disponível em oito das 18 províncias de Angola nos próximos tempos. Tem uma componente pública de cerca de 122 milhões de euros. No total, os fundos chegam a cerca de 200 milhões de euros.

ciamento, etc, muito brevemente vão ficar disponíveis. Este projeto chama-se Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial e que vai estar disponível em oito das 18 províncias de Angola nos próximos tempos. Tem também uma componente pública. No total, os fundos chegam a cerca de 200 milhões de euros. Há também uma envolvente de serviços de investimento público – melhoria de estradas, intervenção no domínio da irrigação, enfim... – e uma componente privada, que é esta que acabei de descrever, de 78 milhões de euros. A componente pública é a diferença para os 200 milhões, ou seja, cerca de 122 milhões de euros.

VE – Quando diz que a estruturação dos planos de financiamento com a banca estarão disponíveis muito brevemente, significa quando?

SdS – Estamos a falar de 2020/2021.

VE – Tem alguma estimativa de quanto o setor agrícola em Angola poderá crescer fruto da concretização destes investimentos?

SdS – É muito difícil fazer esse cálculo

agora, porque não temos ainda a perspetiva dos projetos privados que podem ser alavancados. A equipa do projeto, liderada pelo Ministério da Agricultura, está agora a desenhar a fase final, que vai ser a fase de execução dos financiamentos e, por aí, nós vamos ter uma ideia. Mas pensamos que 200 milhões de euros investidos na agricultura poderão, sim, trazer um crescimento do volume de produção agrícola. É tudo uma questão de ver no concreto como esses projetos que estão a ser concebidos vão ser aplicados.

VE – Voltando à Câmara de Agricultura Luso-Angolana, percebi que tem uma expectativa positiva em relação à sua criação. Crê que pode ser a alavanca do reforço das relações comerciais entre Portugal e Angola, concretamente no domínio da agricultura, e ao fomento do investimento português em Angola?

SdS – Sim, eu considero que este tipo de iniciativas são as que nós precisamos de ver acontecer entre empresários portugueses e angolanos. Nós temos de criar uma sinergia muito gran-

de para que o investimento português se faça e se sinta bem em Angola e – porque não? – o investimento angolano também se faça e se sinta bem em Portugal. Sempre fomos países muito complementares, um e outro, e penso que os empresários devem assumir este papel de ligar – continuar a ligar, porque já estão ligados – os povos e também a produção. Muita da nossa indústria e da nossa agricultura pode beneficiar dos avanços que Portugal tem. Nomeadamente no domínio da tecnologia, Portugal situa-se bem na Europa. De resto, nós temos na nossa indústria de bebidas uma grande intervenção, equipamento que é desenhado e concebido em Portugal, e podemos contar com Portugal na parte da agroindústria. Como também podemos contar com os quadros, que conhecem bem a agronomia e podem ajudar nos desafios que Angola tem. Por outro lado, a presença em Portugal de produtos que só nós temos em Angola, produtos tropicais, faz a diferença, completamente, incluindo na Europa.

VE – Está otimista quanto à criação desta Câmara?

SdS – Sim. E muito mais quando esta iniciativa surge num momento em que, no mundo, os países parecem isolar-se. E é importante que a resposta a esta crise tenha um sentido diferente. Temos de garantir que a globalização não recue. Temos de fazer com que as pessoas estejam mais próximas. Esta iniciativa surge num momento muito bom.

CLAA: “fomento das relações comerciais entre empresas portuguesas e angolanas”

O desafio tinha sido lançado pelo ex-ministro português da Agricultura, Capoulas dos Santos, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro António Costa a Luanda, em setembro de 2018. Dois anos volvidos, os empresários dos dois países juntaram-se com os objetivos de manter a cooperação e fomentar a relação bilateral no sentido do estabelecimento de parcerias estratégicas no sector agrícola, criando a Câmara de Agricultura Luso-Angolana (CLAA – <http://www.cciportugal-angola.pt/>). Fausto Rodrigues é o fundador da comissão instaladora da Câmara.

A CLAA terá como principal atividade “o fomento das relações comerciais entre empresas portuguesas e angolanas, numa altura em que a agricultura se tornou numa prioridade na cooperação bilateral”, assume a Câmara numa comunicação enviada à “Vida Económica”. O objetivo é “reforçar a agricultura familiar e reduzir a fome em Angola, principalmente nas províncias do Sul – Namibe, Cunene e Kwanza Sul –, muito afetadas pela seca”.



À “Vida Económica”, Teresa Margarida Freitas, colaboradora da CLAA, revelou que a apresentação da Câmara em Portugal será feita “na próxima semana, 7 de setembro, em Montemor-o-Velho”, explicando que estão envolvidas “várias associações portuguesas” ligadas ao agroalimentar, entre elas a Portugal

Fresh, a Portugal Foods e os clusters InovCluster e AgroCluster do Ribatejo (Nersant).

Portugal Fresh e InovCluster desconhecem CLAA

A “Vida Económica” questionou Gon-

çalo Andrade, presidente da Portugal Fresh, que apenas disse que “vamos ter uma reunião para conhecer o projeto, mas não estamos envolvidos”.

Também a coordenadora executiva da InovCluster negou qualquer contacto com a recém-criada CLAA. “Não, não estamos envolvidos. Só se for uma pretensão deles. Ainda não entraram em contacto connosco. Nunca ouvi falar. Vejo agora que foi criada a 30 de julho”, disse à “Vida Económica” Natácha Pinto. Referiu, aliás, que “Angola é um mercado com o qual não temos grande ligação em exportação, nem é um mercado-alvo das nossas empresas”.

Certo é que no website da CLAA são já dezenas as empresas que constam como associadas, entre elas muitas portuguesas. Desde bancos – CGD, BPI, Millennium BCP, Novo Banco – a empresas do agroalimentar – Cerealis, Sumol+Compal, Vieira de Castro, Ramirez, Sicasal, Sovena –, muitas são as organizações portuguesas já associadas à estrutura.

Mudança de tutela política dos animais de companhia para o Ministério do Ambiente pode “revelar-se gravemente danosa”

“A produção e a detenção animal deverá estar sob a alçada do ministério e da entidade que tem competências técnicas para garantir o cumprimento da legislação em vigor e assegurar o bem-estar dos animais”, defende Ana Sofia Santos, presidente da Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica (APEZ). Em entrevista à “Vida Económica”, alerta que a mudança de tutela política do Ministério da Agricultura (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV) para o Ministério do Ambiente e Ação Climática “poderá revelar-se gravemente danosa, devido à perda do conhecimento e experiência dos profissionais que estão na DGAV”. Não falando no “esvaziamento do Ministério da Agricultura”, que tem, “infelizmente, sido uma constante”.

Vida Económica - Faz sentido a mudança de tutela política dos animais de companhia do Ministério da Agricultura (DGAV) para o Ministério do Ambiente?
Ana Sofia Santos - A produção e a detenção animal deverão estar sob alçada do ministério e da entidade que tem competências técnicas para garantir o cumprimento da legislação em vigor e assegurar o bem-estar dos

“Engenheiros zootécnicos integram, apesar de em número manifestamente insuficiente, os quadros da DGAV. O reforço destes profissionais deveria ser uma prioridade”

animais. Na nossa opinião, essas entidades são o Ministério da Agricultura e a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária que, tal como as entidades antecessoras Direção-Geral dos Serviços Pecuários e Direção-Geral de Veterinária, tem vindo, ao longo dos anos, a atualizar as normas de bem-estar animal. E tem contribuído, na sua atuação, para uma melhoria significativa no controlo e fiscalização do cumprimento das mesmas, tanto nas espécies domésticas como pecuárias. O seu trabalho só não foi mais longe por manifestar falta de



Ana Sofia Santos, presidente da Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica (APEZ), avisa que “o esvaziamento do Ministério da Agricultura tem, infelizmente, sido uma constante”.

meios humanos e materiais. O provimento desses meios deveria ser a prioridade, para permitir uma ação mais eficaz, não a retirada de competências. Existem vários profissionais que têm competências e que desempenham um papel fulcral no panorama da proteção e bem-estar animal, em todas as suas vertentes, como profundos conhecedores do comportamento e necessidades dos animais. Entre eles, os engenheiros zootécnicos, que integram, apesar de em número manifestamente insuficiente, os quadros da DGAV. O reforço destes profissionais deveria ser uma prioridade.

VE - Que consequências podem advir dessa mudança da tutela política dos animais de companhia?

ASS - Esta mudança poderá revelar-se gravemente danosa, devido à perda do conhecimento e experiência dos profissionais que estão na DGAV. Para além da separação de outras áreas fundamentais para os animais de companhia e de produção (entre outras, higiene e sanidade, identificação e registo, conservação e melhoramento), por forma a garantir precisamente as condições de bem-estar dos mesmos. A garantia das condições de bem-estar animal e de saúde pública só pode ser realizada através de uma análise integrada, feita por equipas

multidisciplinares e nunca de forma parcelar.

VE – O ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, indicou, entretanto, a professora e antiga bastonária da Ordem dos Médicos Veterinários Laurentina Pedrosa como Provedora do Animal.

ASS - A criação de uma provedoria do animal, num ministério que não tem manifestamente quadros técnicos com experiência e competências profissionais na área, é não só desdobramento financeiro como uma perda significativa de tempo, conhecimento adquirido e duplicação de competências.

VE - Receia pelo desmembramento da DGAV e do Ministério da Agricultura, como tem sido dito por múltiplas personalidades ligadas ao Agroalimentar?

ASS - O esvaziamento do Ministério da Agricultura tem, infelizmente, sido uma constante. Vemos com preocupação esta realidade. A passagem das Florestas para o Ministério do Ambiente foi o primeiro desses sinais, colocando em causa a eficiência e coordenação de um setor que, na sua maioria, é agro-silvo-pastoril. O mesmo se repete agora com a mudança dos animais de companhia. É um sinal político de desvalorização do setor primário e de perda de influência política. Pode-se argumentar que os animais de companhia não têm ou não devem estar sob alçada da agricultura... a definição de animal de companhia poderá, se assim se quiser, ser bastante ambígua. Neste sentido, esta passagem abre, na nossa opinião, um precedente preocupante.

DGAV gere orçamento anual de mais de 72,4 milhões e “vai manter-se na tutela do Ministério da Agricultura”



Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) funciona com um orçamento anual de mais de 72,4 milhões de euros (72.484.534 euros para 2020), tem nos seus quadros 536 técnicos superiores (nos quais não estão incluídos os médicos veterinários municipais) e “vai manter-se na tutela do Ministério da Agricultura”, garantiu a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, em resposta às questões colocadas pela “Vida Económica”.

“Certamente que sim”, reforça a governante quanto à permanência daquela estrutura na sua alçada, não se alargando, porém, em comentários quanto à nova solução – mudança de tutela política dos animais de companhia do Ministério da Agricultura (DGAV) para o Ministério do Ambiente e Ação Climática.

“Considerando que o assunto está a ser alvo de adequada análise e que a mesma ainda decorre, é prematuro anunciar a data em que a nova solução estará implementada”, diz.

Uma coisa é certa para Maria do Céu Antunes: “O papel desta instituição deve sair reforçado, no que respeita às competências que lhe são reconhecidas em matéria de saúde e proteção animal e vegetal”. A ministra argumenta dizendo que “esta decisão encontra total alinhamento na estratégia comunitária do Prado ao Prato, na perspetiva das novas políticas de sustentabilidade do sistema alimentar (“The European Green Deal”), assegurando e reforçando o papel da DGAV nos controlos oficiais de toda a cadeia agroalimentar, incluindo alimentação

animal e autorização e utilização de produtos fitofármacos e de medicamentos veterinários”.

A “Vida Económica” questionou a ministra sobre se não teme uma desagregação de competências, de ‘know-how’ e de relevância da DGAV. Maria do Céu Antunes não comenta. Apenas refere que, “atualmente, esta matéria [animais de companhia] merece a intervenção de várias autoridades competentes, sendo a DGAV uma dessas entidades”. E faz questão de sublinhar “as competências próprias que estão reconhecidas às câmaras municipais quando estamos a abordar a temática relativa aos animais errantes, uma vez que os procedimentos inerentes à sua captura e recolha é da sua total responsabilidade”, sendo que a mesma situação é aplicável nos casos de animais agressores ou objeto de intervenção compulsiva”.

Esta atuação, diz a ministra da Agricultura, “justifica-se por razões de saúde pública, de segurança e de tranquilidade de pessoas e outros animais, e, ainda, de segurança de bens”.

Por outro lado, “as normas de boas práticas para a captura de animais de companhia são emanadas pela DGAV”, refere Maria do Céu Antunes, explicando que “à DGAV está reconhecido o papel de entidade reguladora no que se refere às políticas de saúde e bem-estar animal, pretendendo-se que se mantenha como tal, também por força dos normativos internacionais vigentes, explanados quer pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) quer pelas instituições europeias”.

“Separar saúde de bem-estar [animal] é um erro político, técnico e científico”

A mudança de tutela política dos animais de companhia do Ministério da Agricultura (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária – DGAV) para o Ministério do Ambiente e Ação Climática “é um erro, mais que político, técnico e científico”. E “um erro” que se “agrava quando se segrega os outros animais que não de companhia, contrariando todos os postulados relevantes em Saúde Pública”. A afirmação é do ex-secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar. Em entrevista à “Vida Económica”, Nuno Vieira e Brito teme pelo “desmembramento do Ministério da Agricultura” e não tem dúvidas que esta decisão política provocará “bicefalia de responsabilidades e competências, descoordenação e burocracia, maiores necessidades de recursos pela duplicação de tarefas”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Faz sentido mudança de tutela política dos animais de companhia do Ministério da Agricultura (DGAV) para o Ministério do Ambiente?

Nuno Vieira e Brito - Tem-se constatado, em momentos de crise como o atual de pandemia, que as respostas a crises sanitárias funcionam de forma mais eficaz quando existe maior responsabilidade, coordenação e um menor número de intervenientes. Separar saúde de bem-estar é um erro, mais que político, técnico e científico. Que apenas se agrava quando se segrega os outros animais que não de companhia, contrariando todos os postulados relevantes em Saúde Pública, nomeadamente da interação entre as diferentes espécies animais e, mesmo, o Homem.

Espero, profundamente, que não se concretize (mesmo porque não reconheço capacidade técnica no Ambiente para assumir estas competências) e estou seguro que, caso ocorra, e mal se constate o erro, este seja rapidamente reversível.



Nuno Vieira e Brito, ex-secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, diz que a DGAV “teve um percurso globalmente positivo, apesar de um manifesto subfinanciamento para todas as suas áreas de intervenção”.

VE – O ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, indicou, entretanto, a professora e antiga bastonária da Ordem dos Médicos Veterinários Laurentina Pedrosa como Provedora do Animal.

NVB - Considero positivo uma Prove-

Mudança de tutela política provocará “bicefalia de responsabilidades e competências, descoordenação e burocracia, maiores necessidades de recursos pela duplicação de tarefas e uma imagem internacional diminuída e incompreendida”

doria do Animal, com funções de acompanhamento, que deveria estar incorporada em ministérios políticos (como o da Presidência) ou, em caso de áreas técnicas, na Justiça ou Agricultura. No Ambiente, é inexplicável e incompreensível.

VE - Que consequências podem advir dessa mudança de tutela política dos animais de companhia?

NVB - O Ministério do Ambiente tem já agregado algumas competências do Ministério da Agricultura, como as Florestas, sem uma nítida diferenciação de políticas e ações que permitam valorizar positivamente esta opção. Pretende, agora, agregar outra área, para a qual não tem sensibilidade e se afigura, dentro do Ministério (infelizmente), como menor, dado o peso do setor energético e as políticas de alterações climáticas. Provocará esta mudança, no entanto, bicefalia de res-

pensabilidades e competências, descoordenação e burocracia, maiores necessidades de recursos pela duplicação de tarefas e uma imagem internacional diminuída e incompreendida.

VE - Receia pelo desmembramento da DGAV e do Ministério da Agricultura, como tem sido dito por múltiplas personalidades ligadas ao Agroalimentar?

NVB - A DGAV foi constituída em 2012, no seguimento das boas práticas internacionais que os nossos parceiros comunitários apresentavam.

Juntando áreas técnicas distintas que necessitavam de se conhecer e respeitar, [a DGAV] teve um percurso globalmente positivo, apesar de um manifesto subfinanciamento para todas as suas áreas de intervenção. Reforçar e não desmembrar deverá ser a política a seguir, esperando que cada Governo não pretenda deixar história (mesmo que triste) nas sucessivas alterações de diplomas. Dar tempo e meios

será, sim, o desafio que a todos deveria unir, numa estratégia inteligente de recursos e valorização técnica e pessoal.

Mais que o desmembramento do Ministério da Agricultura, a sua enorme perda de influência é uma preocupação constante. Somos um país com uma ele-

vada ocupação de território em meio rural (+ 80%), profundamente desertificado, que necessita de políticas fortes que combatam este imenso desequilíbrio. E estas passam, necessariamente, pela Agricultura. E o sentido que constatamos é precisamente o inverso – as Florestas no Ambiente; a Alimentação e a Internacionalização (que tanto me ocuparam) na Economia Negócios Estrangeiros, AICEP; os Fundos, no Ministério da Coesão; até os animais, a sua saúde e bem-estar, no Ambiente. Um Ministério só se justifica (alguns países integram a Agricultura em ministérios da área económica) se tiver políticas estruturantes, recursos para as executar e dirigentes com dimensão política e/ou técnica que as permitam implementar. Estou muito ansioso que tal aconteça, para bem de Portugal e de todos nós que vivemos no mundo rural.

PRESIDENTE DA CASA DO DOURO QUER “AUMENTO SUSTENTADO DAS VENDAS DE VINHO DO PORTO

Reserva Qualitativa no Douro “não é remédio repetível nos próximos anos”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Região Demarcada do Douro (RDD) “está a produzir, neste momento, um excedente de 10 mil pipas de vinho do Porto para o introduzir no mercado aos poucos nos próximos dez anos, esperando que este venha a estabilizar e recuperar”, afirma o presidente da Casa do Douro/Federação Renovação do Douro (CD/FRD). Em entrevista à “Vida Económica”, António Lencastre diz que a criação da Reserva Qualitativa para a região “não é mais do que um amortecedor para impedir uma quebra abrupta de rendimento dos viticultores”. Não é, porém, um “remédio repetível nos próximos anos”. Para o também produtor e engarrafador de vinho do Porto, “a saída segura passa por conseguir um aumento sustentado das vendas de vinho do Porto em quantidade e valor”. E, para isso, “é necessário investir mais e melhor em promoção”.

Vida Económica - Sabe quantas empresas vão ser abrangidas pela Reserva Qualitativa?

António Lencastre - A Reserva Qualitativa pode ser comparada ao benefício, pois é, de facto, uma autorização dada ao viticultor para produzir mosto a beneficiar destinado a Reserva Qualitativa. Por isso abrange todos os viticultores que têm direito a benefício, todas as cooperativas, todos os produtores engarrafadores e todos os comerciantes de vinho do Porto que desejem fazer esse investimento. Para que todos ficassem em igualdade de condições, permitiu-se a utilização dos certificados de existência de vinho do Porto, em Reserva Qualitativa, como instrumento de garantia do IVDP [Instituto dos Vinhos do Douro e Porto], para dar cobertura a operações de financiamento para constituir uma Reserva Qualitativa.

VE - A Casa do Douro foi informada sobre como vai ser feito o cálculo do número de pipas/litros de mosto por empresa?

AL - Essa conta não faz sentido, pois o processo decorre de forma diferente. A cada viticultor é atribuída uma autorização de produção do mosto apto a vinho



Reserva Qualitativa para o Douro vai ter dotação orçamental máxima de cinco milhões de euros, a suportar pelo orçamento do IVDP, e apoiar 10 mil pipas de 550 litros de mosto

do Porto, do qual 89,1% destina-se ao benefício normal e 10,9% é destinado à Reserva Qualitativa. O viticultor de posse dessa autorização pode ficar com ela e produzir o seu próprio vinho de reserva qualitativa, ou poderá entregar numa cooperativa ou poderá vendê-la a uma empresa comerciante de vinho do Porto. Em todos os casos, tudo se assemelha a um benefício normal. A Casa do Douro/Federação Renovação do Douro e o Conselho Interprofissional [do IVDP] foram os mentores desta solução.

VE - Quando deverá ser pago esse apoio às empresas? No final da vindima?

AL - O apoio de 500 euros/pipa de mosto a beneficiar será pago a quem constituir a Reserva Qualitativa, o que será expresso na declaração de colheita e produção de 2020. As uvas destinadas a Reserva Qualitativa vendidas a terceiros deverão estar pagas ao viticultor até 15 de dezembro de 2020. Dessa forma, quem constituir uma reserva qualitativa receberá o apoio até 31 de dezembro de 2020. Quem optar por fazer a sua própria reserva qualitativa, o que incluir também as cooperativas, receberá o seu apoio até 31 de dezembro de 2020.

VE - E como é que dinheiro vai chegar aos produtores?

AL - Para os viticultores, o recebimento dos valores referentes às uvas vendidas destinadas a Reserva Qualitativa será processado de forma idêntica ao benefício, via conta de produtores do IVDP, com a diferença de que terá que estar pago até 15 de dezembro 2020, para que, quem constituir a Reserva Qualitativa, possa receber o respetivo apoio. O

valor indicativo, prometido pelo comércio, para aquisição das uvas da Reserva Qualitativa deverá ser idêntico ao do restante benefício e próximo dos valores do ano passado.

VE - A criação desta Reserva vai resolver o problema?

AL - A crise criada pelo Covid-19 está instalada, para durar, é transversal a todos os setores de atividade, e não há instrumentos que a façam desaparecer como num passe de mágica. Quando concebemos a Reserva Qualitativa tivemos a intenção de amenizar a quebra de receita face à expectável diminuição de benefício em 2020. Esta estratégia teria ainda a bondade de, como efeito colateral, retirar uvas destinadas a DOC Douro diminuindo excedentes e desestimulando a quebra de preços.

Mas, de qualquer forma, a RDD está a produzir, neste momento, um excedente de 10 mil pipas de vinho do Porto para o introduzir no mercado aos poucos nos próximos dez anos, esperando que este se venha a estabilizar e recuperar. Por isso, a Reserva Qualitativa não é mais do que um amortecedor para impedir uma quebra abrupta de rendimento dos viticultores, mas não é remédio repetível nos próximos anos. A saída segura passa por conseguir um aumento sustentado das vendas de vinho do Porto em quantidade e valor, e para isso é necessário investir mais e melhor em promoção. Neste momento, gostaríamos de ver cumprida a promessa do comércio de garantir a compra, até 15 de janeiro 2020, das 102 mil pipas de mosto generoso autorizadas para a vindima de 2020.

Miguel Anaya demite-se da Casa do Douro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Miguel Anaya, vice-presidente da Casa do Douro/Federação Renovação do Douro, demitiu-se a 7 de agosto das suas funções, revelou o próprio à “Vida Económica”.

Numa comunicação enviada ao presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação, Miguel Anaya alegou que, “ao longo dos últimos quatro meses, reiterei sucessivamente à Direção que, encontrando-nos nós em ano eleitoral, se dispusesse a antecipar as eleições para antes da campanha de vindimas de 2020 ou que apresentasse a sua demissão em bloco no intuito de regenerar uma direção gasta e isolada e alcançar uma nova legitimidade que só o voto democrático dos associados pode atribuir”.

Miguel Anaya considera ainda que “este projeto diretivo encontra-se esgotado e eivado de irregularidades e disfuncionalidades”. Entre elas, o facto de a FRD se encontrar “numa situação financeira e económica não só de extrema debilidade, com um passivo acumulado de mais de uma centena de milhar de euros, mas, essencialmente, não tem forma de se dotar de qualquer tipo de financiamento ou ajuda para ultrapassar esta situação deficitária”.

Além do mais, diz, “encontra-se em falta com vários meses de salários aos seus trabalhadores”, encontrando-se ainda “com os seus serviços por liquidar e em regime de cessação, como o são a energia elétrica, o clipping, etc”.

Por outro lado, “os seus associados não se encontram dispostos a contribuir para esta Federação na atual composição diretiva – uns porque, na realidade, não podem, outros porque, deliberadamente, não querem ou entendem não dever –, porquanto, apesar de várias deliberações em assembleias gerais, a Direção nunca se aproximou dos seus associados e, inclusivamente, até se afastou, exercendo um mandato isolado dos seus federados e apoiando-se unicamente num grupo de ‘yes men’”, lê-se na comunicação de Miguel Anaya, a que a “Vida Económica” teve acesso.

Além destes argumentos, o também jurista discorda “do apoio da Federação Renovação do Douro/Casa do Douro ao vogal da Direção, Dr. Leandro Macedo, enquanto titular de um movimento que já se declarou ir concorrer às eleições para a Casa do Douro preconizadas pela Lei da esquerda parlamentar se e quando tal processo eleitoral ocorrer”. E para Miguel Anaya não há dúvidas: “o Dr. Leandro, bem assim como um outro candidato integrador da Direção, o Eng.º Viana, NÃO PODEM estar nos órgãos sociais da Direção enquanto candidatos à dita Nova Casa da Douro, porquanto existe um notório conflito de interesses”.

“Sérios riscos” de sanidade vegetal com sementes enviadas pelo correio



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Ministério da Agricultura lançou um alerta para “o envio, por via postal, de pequenos pacotes de sementes, não solicitados, provenientes de países asiáticos”. Diz o Ministério tutelado por Maria do Céu Antunes que “esta situação está também a ser reportada em vários países da União Europeia e por países terceiros”.

De acordo com o comunicado divulgado esta terça-feira, “as embalagens não estão identificadas como contendo sementes e, para além das sementes de várias espécies vegetais, constatou-se que estas poderão ainda conter solo, larvas mortas ou, ainda, estruturas de fungos”.

Acresce que “nenhuma destas embalagens vem acompanhada de Certificado Fitossanitário”, que é o documento que atesta o cumprimento de exigências fitossanitárias do país. Ora, para o Ministério da Agricultura, tal “acarreta sérios riscos do ponto de vista da sanidade vegetal, pela possibilidade de veicularem pragas e doenças ou ainda pelo perigo de se tratarem de espécies nocivas ou invasoras”.

A “Vida Económica” constatou a publicação de várias notícias internacionais relacionadas com este assunto, nomeadamente no Brasil e nos Estados Unidos, relatando depoimentos de cidadãos de vários estados americanos que garantem ter recebido pacotes não solicitados de sementes oriundos da China. Em quatro desses estados, autoridades locais terão já emitido comunicados a alertar para a situação, sendo que os departamentos de agricultura de Washington, Louisiana, Kansas e da Virgínia terão confirmado o recebimento desses pacotes por cidadãos dessas regiões.

O Ministério da Agricultura de Portugal “solicita a todos os que recebam embalagens de sementes não solicitadas que não as semeiem, nem as coloquem no lixo”, mas que “as mesmas sejam entregues num serviço regional da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária ou numa Direção Regional de Agricultura e Pescas”.

Caso não seja possível a entrega em mãos, o Ministério de Maria do Céu Antunes pede “que estas sementes sejam enviadas, com a embalagem original, incluindo a etiqueta de expedição”, para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV, Campo Grande 50 - 1700-093 Lisboa), devendo ser indicado um contacto tendo em conta a eventual necessidade de recolha de esclarecimentos adicionais.

Frulact amplia fábrica do Canadá

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Estava prevista para 2019, mas arranca na próxima semana, “dia 8 de setembro” de 2020, a construção da ampliação da unidade industrial que a Frulact detém em Kingston, Ontário, no leste do Canadá, inaugurada pelo Primeiro-Ministro português, António Costa, em maio de 2018. A informação foi confirmada à “Vida Económica” por João Miranda, que é agora o chairman da empresa, após a alienação da companhia em janeiro último ao fundo de capital de risco Ardian.

Além dos 20 milhões de euros de investimento inicial, a empresa da Maia anunciou, à data da inauguração, o investimento de mais seis milhões de euros no reforço da capacidade de produção.

Agora, em declarações à “Vida Económica”, João Miranda não adianta o montante financeiro associado a essa operação – “manteremos o montante de investimento por revelar” –, mas assume que vão “recrutar mais pessoas”. Isto, embora o número de colaboradores a contratar não seja divulgado. Em 2018, o então CEO da Frulact disse à “Vida Económica” em Kingston que o objetivo era “alargar o número de colaboradores para 75”. “A Frulact Canada emprega atualmente cerca de 55 pessoas”, revela agora o gestor.

“Esta expansão já estava pensada e, inclusive, projetada e a operação [de aquisição do portefólio de clientes] da Sensient Technologies Corporation confirma a decisão de expansão”. Os trabalhos estarão concluídos no “terceiro trimestre de 2021”

O Governo canadiano apoiou o investimento inicial da Frulact no país com 3,9 milhões de euros (seis milhões de dólares canadianos), através da Agência Federal para o Desenvolvimento Económico para o Sul do Ontário ‘FedDev Ontario’ e do Fundo de Desenvolvimento do Este de Ontário.

Tratava-se da oitava fábrica da Frulact em 30 anos de atividade. Dois anos depois dessa inauguração, a empresa já leva mais de 32 anos de operação, mantém-se como um dos cinco maiores ‘players’ mundiais de preparados para a indústria alimentar, mas deixou de ser uma empresa familiar. Passou a ser detida a 100% pelo fundo de investimento francês Ardian.

Ampliação concluída “no terceiro trimestre de 2021”

Em entrevista à Vida Económica” em janeiro último, o ainda CEO, João Miranda, explicava que “chegámos a um momento em que o que faz sentido à



Unidade industrial da Frulact em Kingston, Ontário, no leste do Canadá.

Frulact no estado em que está é fazer aquisições. Aquisições de negócios que já existam dentro dos ingredientes e que possam entrar no portefólio”.

E é o que começa a suceder. Em finais de julho, a empresa adquiriu, sem revelar montantes financeiros, o portefólio de clientes da americana Sensient Technologies Corporation, o que também justifica agora o arranque da ampliação da fábrica do Canadá, que abastece aquele mercado.

“Esta expansão já estava pensada e,

“Tempos tão extraordinários e imprevisíveis”

A “Vida Económica” questionou o chairman sobre qual será a capacidade de produção total daquela fábrica, mas o gestor prefere “não divulgar a capacidade de produção das nossas unidades”.

Em 2018, João Miranda referia que a ampliação permitirá atingir um volume de faturação nesta unidade de 28 milhões de euros em 2020 (registou 4,7 milhões em 2017 e previa atingir 15 milhões em 2018).

Questionado agora pela “Vida Económica”, o gestor apenas diz que “a integração do portefólio de clientes e respetivos produtos que faziam parte da carteira da Sensient Technologies Corporation vai permitir-nos estender a operação comercial à região Centro-Oeste dos Estados Unidos, ampliando assim a nossa mancha de atuação e de influência no mercado norte-americano”.

Aquando da inauguração da fábrica no Canadá, João Miranda mostrou uma certeza: a autorização de exportação para os EUA “foi decisiva” para o crescimento da empresa no mercado norteamericano,

E nem a pandemia da Covid-19 trava a expansão da Frulact. Ciente de que a crise pandémica está a “afetar negativamente todos os setores da economia e a sociedade em geral”, João Miranda reconhece: “o nosso setor de atividade felizmente tem sido dos menos afetados”.

E “em tempos tão extraordinários e imprevisíveis como os atuais”, o novo investimento na unidade de Kingston que agora arranca assim como a aquisição do portefólio da Sensient “reforçam a dinâmica e o compromisso da Frulact, assumidos a seu tempo pela Ardian, com todos os seus stakeholders”.

A Frulact faturou cerca de 115 milhões de euros em 2019 e emprega mais de 725 pessoas em Portugal, França, Marrocos, África do Sul e Canadá.

inclusive, projetada e a operação da Sensient Technologies Corporation confirma a decisão de expansão”, diz João Miranda. “Os trabalhos vão iniciar-se já no próximo dia 8 de setembro e estarão concluídos no terceiro trimestre de 2021”.

Com a expansão, “a unidade industrial de Kingston passará a ter mais 4100 metros quadrados de área operacional coberta, o dobro da área atual, bem como aumentará significativamente a sua capacidade produtiva”. O terreno adquirido pela Frulact em Kingston, onde está implantada a nova fábrica, atinge os 60.700 m2.

Esta ampliação também deverá acolher a “instalação de novos equipamentos com a mais recente tecnologia, implicando melhorias em termos de qualidade e segurança alimentar, para além de que iremos também aumentar a atual capacidade de armazenagem, tornando-se assim numa das mais importantes unidades industriais do grupo Frulact”, revela João Miranda.

Reposição da Electricidade Verde agrada aos agricultores

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Nove associações ligadas à produção agrícola emitiram uma posição conjunta mostrando “grande regozijo” pelo facto de, na alteração ao Orçamento de Estado para 2020, ter sido contemplada a reposição da Eletricidade Verde.

A medida consta na Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, que veio alterar a Lei nº2/2020, de 31 de março, e que prevê um reforço do orçamento do IFAP para assegurar a operacionalização do apoio aos custos com a eletricidade nas atividades de produção, armazenagem, conservação e comercialização de produtos agrícolas e pecuários, a atribuir a agricultores, produtores pecuários, cooperativas agrícolas e organizações de produtores.

Em entrevista publicada no suplemento “AgroVida” de maio, a ministra da Agricultura, questionada já nessa altura sobre esta pretensão do setor, tinha manifestado a intenção de conseguir esse apoio. “São medidas (...) que têm de ser estudadas como um todo para podermos ter respostas consentâneas com aquilo que é a capacidade do país de



dar resposta e, por outro lado, aquilo que são as necessidades dos agricultores”, disse a governante, acrescentando que “a nossa expectativa neste momento é de conseguir ir buscar o pagamento do gasóleo agrícola ao mercado para podermos também injetar mais rapidamente dinheiro e garantir a liquidez das empresas”.

Energia: “um significativo encargo para os agricultores”

Os signatários desta posição conjunta fazem notar que “os custos relaciona-

dos com a energia representam para os agricultores portugueses e para as suas organizações de produtores um significativo encargo, que coloca em causa a sua competitividade económica face aos seus congéneres de outros Estados-membros”.

Se é verdade que, dizem, tem havido um “esforço” por parte dos produtores nacionais e das suas organizações no sentido de “usarem a energia de uma forma cada vez mais eficiente, recorrendo à tecnologia que existe no mercado”, certo é que “o custo com a energia continua a ser um encargo com muita

expressão”.

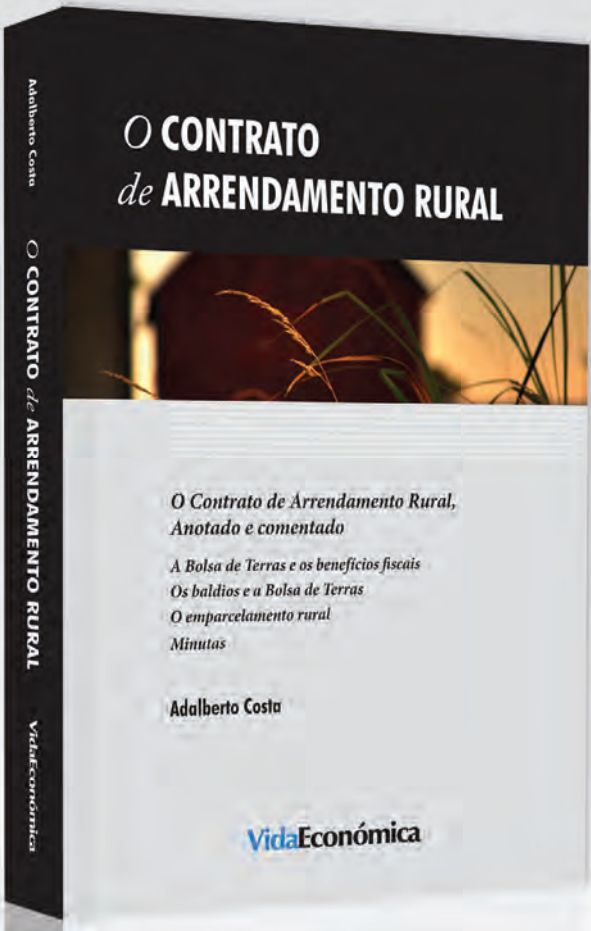
Daí considerarem que esta medida é “extremamente importante”, indo “de encontro às solicitações efetuadas nos últimos anos para que, à semelhança do que ocorre com os nossos congéneres espanhóis, seja reposto um apoio que já existiu no passado e que se revelou tão importante para a competitividade da nossa agricultura”.

Por outro lado, e numa altura em que “o país tem reconhecidamente aumentado em vários setores a sua vertente exportadora”, as associações consideram que a recuperação deste apoio “vai contribuir para uma maior dinâmica de mercado por parte dos agricultores e das suas organizações, que passam assim a ter uma maior capacidade negocial”.

O valor do apoio a conceder aos agricultores envolve os seguintes apoios: a) 20 % do valor da fatura para as explorações agrícolas até 50 hectares, ou explorações agropecuárias com até 80 cabeças normais; b) 10 % do valor da fatura para as explorações agrícolas com área superior a 50 hectares, explorações agropecuárias com mais de 80 cabeças normais e cooperativas e organizações de produtores.

Ficha Técnica: Edição e coordenação: Teresa Silveira | Email: teresasilveira@vidaeconomica.pt | Paginação: Célia César e Flávia Leitão | Periodicidade: Mensal

PUB



O CONTRATO de ARRENDAMENTO RURAL

Anotado e comentado, inclui legislação complementar em que destacamos a Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro e a Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro (relativas à Bolsa Nacional de Terras) e ainda minutas, resenha de jurisprudência e tabela de correspondências.

Temas abordados:

- A legislação Portuguesa e o Arrendamento Rural
- Os tipos de arrendamento
- O que mais interessa à execução do contrato
- Alterações à renda fixada no contrato
- O subarrendamento e as cedências contratuais
- A conservação e a beneficiação dos prédios rústicos
- O contrato de arrendamento rural e o fisco
- O procedimento para a atualização da renda

Título: O Contrato de Arrendamento Rural
Autores: Adalberto Costa
Nº de págs.: 528 | Preço: € 24

Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt>

Pedidos para: **VidaEconómica** - R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO
Tel. 223 399 400 • E-mail encomendas: encomendas@vidaeconomica.pt

(recortar ou fotocopiar)

Nome _____ Nº Contribuinte

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Morada _____

C. Postal

--	--	--	--

 -

--	--	--	--

 _____ E-mail _____

☐ Solicito o envio do livro **O CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL**

☐ Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 453138891 13 05 (é necessário enviar comprovativo)

☐ Para o efeito envio cheque/vale nº _____, s/ o _____, no valor de €

--	--	--	--	--

☐ Solicito envio de referência de multibanco para o email _____

☐ Solicito o envio à cobrança. (Acrescem 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA _____

Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A.. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>.